

GOVERNO DO PIAUÍ

Diário



Oficial

ANO LXXXIV - 126º DA REPÚBLICA

Teresina(PI) - Sexta-feira, 17 de abril de 2015 • Nº 71

LEIS E DECRETOS

SECRETARIA DE GOVERNO

DECRETOS DE 31 DE MARÇO DE 2015

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX, do art. 102, da Constituição Estadual, **R E S O L V E**

NOMEAR, de conformidade com o disposto no inciso II, do art. 10, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994,

SERGIO IDELANO DANTAS, para exercer o Cargo em Comissão, de Coordenador de Articulação, símbolo DAS-2, da Secretaria de Governo, com efeitos a partir de 02 de Março de 2015.

ROSSANA DE ANDRADE OLIVEIRA, para exercer o Cargo em Comissão, de Gerente Regional, símbolo DAS-3, da Secretaria de Governo, com efeitos a partir de 02 de Março de 2015.

VALDIELSON DE OLIVEIRA MONTEIRO, para exercer o Cargo em Comissão, de Coordenador de Regionais, símbolo DAS-2, da Secretaria de Governo, com efeitos a partir de 02 de Março de 2015.

DECRETOS DE 13 DE ABRIL DE 2015

SAMUEL DE ARAÚJO RIBEIRO, para exercer o Cargo em Comissão, de Assistente de Serviços I, símbolo DAS-1, da Secretaria de Governo, com efeitos a partir de 01 de Abril de 2015.

KATARINA CHAIANI PEREIRA IDELFONSO, para exercer o Cargo em Comissão, de Coordenador de Monitoramento, símbolo DAS-2, da Secretaria de Governo, com efeitos a partir de 01 de Abril de 2015.

MAXWELL SANTOS GUIMARAES, para exercer o Cargo em Comissão, de Assistente de Serviços I, símbolo DAS-1, da Secretaria de Governo, com efeitos a partir de 01 de Abril de 2015.

FRANCISCO DE ASSIS ALVES NETO, para exercer o Cargo em Comissão, de Coordenador de Articulação, símbolo DAS-2, da Secretaria de Governo, com efeitos a partir de 01 de Abril de 2015.

DECRETO DE 14 DE ABRIL DE 2015

REJANE LÊDA PEREIRA DE SOUSA, para exercer o Cargo em Comissão, de Assistente de Serviços I, símbolo DAS-1, da Secretaria de Governo, com efeitos a partir de 01 de Abril de 2015.

COORDENADORIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

DECRETOS DE 13 DE ABRIL DE 2015

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX, do art. 102, da Constituição Estadual, **R E S O L V E**

NOMEAR, de conformidade com o disposto no inciso II, do art. 10, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994,

MARIA DA LUZ DO NASCIMENTO VANDERLEI, para exercer o Cargo em Comissão, de Coordenador da Diversidade, símbolo DAS-2, da Coordenadoria Estadual de Políticas para as Mulheres, com efeitos a partir de 01 de Abril de 2015.

MARIA DO CARMO FERNANDES, para exercer o Cargo em Comissão, de Coordenador do Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, símbolo DAS-2, da Coordenadoria Estadual de Políticas para as Mulheres, com efeitos a partir de 01 de Abril de 2015.

LOUISE SOARES DE OLIVEIRA, para exercer o Cargo em Comissão, de Coordenador das Mulheres Trabalhadoras Rurais, símbolo DAS-2, da Coordenadoria Estadual de Políticas para as Mulheres, com efeitos a partir de 01 de Abril de 2015.

JACIANE ALVES DA COSTA, para exercer o Cargo em Comissão, de Assistente de Serviços I, símbolo DAS-1, da Coordenadoria Estadual de Políticas para as Mulheres, com efeitos a partir de 01 de Abril de 2015.

NELMA LOPES DA SILVA, para exercer o Cargo em Comissão, de Assessor Técnico I, símbolo DAS-2, da Coordenadoria Estadual de Políticas para as Mulheres, com efeitos a partir de 01 de Abril de 2015.

NAYARA JULIANA RIBEIRO DA COSTA, para exercer o Cargo em Comissão, de Diretor Administrativo-Financeiro, símbolo DAS-4, da Coordenadoria Estadual de Políticas para as Mulheres, com efeitos a partir de 01 de Abril de 2015.

ANDREIA DE ARAUJO SILVA, para exercer o Cargo em Comissão, de Diretor de Planejamento e Gestão de Políticas para Mulheres, símbolo DAS-4, da Coordenadoria Estadual de Políticas para as Mulheres, com efeitos a partir de 01 de Abril de 2015.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

DECRETO DE 14 DE ABRIL DE 2015

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX, do art. 102, da Constituição Estadual, **R E S O L V E**

NOMEAR, de conformidade com o disposto no inciso II, do art. 10, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994,

KERCIA COSTA CHAVES NASTACIO, para exercer o Cargo em Comissão, de Assessor Técnico II, símbolo DAS-3, da Secretaria de Planejamento, com efeitos a partir de 01 de Abril de 2015.

Of. 177

PORTARIAS E RESOLUÇÕES



INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO PIAUÍ

Ato do Sr. Diretor Geral do IAPEP

PORTARIA GDG Nº093/2015 – CONCEDER, de conformidade com a Lei Complementar nº 040 de 14.07.2004, combinada com Emenda Constitucional nº 41/2003, Lei Federal nº 8.213/91, a **JOSE MILTON CRUZ BATISTA** nascido em 04.03.1952, na condição de marido da segurada deste Instituto, **MARIA DE LOURDES NEVES DA CRUZ BATISTA**, servidora do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, falecida em 03.09.2013, o benefício Previdenciário da Pensão no valor de R\$ 1.136,36 (mil cento e trinta e seis reais e trinta e seis centavos) com efeitos a partir de 03.09.2013, na forma discriminada no verso desta portaria e de conformidade com o Processo Nº AA.040.1.010556/13-25.

PORTARIA GDG Nº094/2015 – CONCEDER, de conformidade com a Lei Complementar nº 040 de 14.07.2004, combinada com Emenda Constitucional nº 41/2003, Lei Federal nº 8.213/91, a **PAULO ROBERTO ARAUJO** nascido em 10.08.1956, na condição de marido da segurada deste Instituto, **LUCIA DE FATIMA JORGE DE OLIVEIRA**, servidora do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, falecida em 21.07.2013, o benefício Previdenciário da Pensão no valor de R\$ 729,17 (setecentos e vinte e nove reais e dezessete centavos) com efeitos a partir de 21.07.2013, na forma discriminada no verso desta portaria e de conformidade com o Processo Nº AA.040.1.009013/13-01.

PORTARIA GDG Nº095/2015 – CONCEDER, de conformidade com a Lei Complementar nº 040 de 14.07.2004, combinada com Emenda Constitucional nº 41/2003, Lei Federal nº 8.213/91, a **CÍCERA LAVES DO NASCIMENTO**, nascida em 22.07.1957, na condição de companheira do segurado deste Instituto, **FRANCISCO DE ASSIS SEABRA**, servidor do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, falecido em 27.07.2013, o benefício Previdenciário da Pensão no valor de R\$ 2.331,35 (dois mil trezentos e trinta e um reais e cinco centavos) com efeitos a partir de 01.09.2013, na forma discriminada no verso desta portaria e de conformidade com o Processo Nº AA.040.1.009502/13-57.

PORTARIA GDG Nº096/2015 – CONCEDER, de conformidade com a Lei Complementar nº 040 de 14.07.2004, combinada com Emenda Constitucional nº 41/2003, Lei Federal nº 8.213/91, a **ELOI PEREIRA DE SOUSA** nascido em 01.12.1936, na condição de marido da segurada deste Instituto, **MARIA DIRENICE MELO DE SOUSA**, servidora do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, falecida em 12.09.2013, o benefício Previdenciário da Pensão no valor de R\$ 2.685,29 (dois mil seiscentos e oitenta e cinco reais e vinte e nove centavos) com efeitos a partir de 12.09.2013, na forma discriminada no verso desta portaria e de conformidade com o Processo Nº AA.040.1.011593/13-85.

PORTARIA GDG Nº097/2015 – CONCEDER, de conformidade com a Lei Complementar nº 040 de 14.07.2004, combinada com Emenda Constitucional nº 41/2003, Lei Federal nº 8.213/91, a **JOÃO VICTOR WAQUIM**, nascido em 23.11.2000, na condição de filho menor da segurada deste Instituto, **ADELIA WAQUIM**, servidora do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, falecida em 24.04.2013, o benefício Previdenciário da Pensão no valor de R\$ 2.759,04 (dois mil setecentos e cinquenta e nove reais e quatro centavos) com efeitos a partir de 17.09.2013, na forma discriminada no verso desta portaria e de conformidade com o Processo Nº AA.040.1.010612/13-83.

PORTARIA GDG Nº098/2015 – CONCEDER, de conformidade com a Lei Complementar nº 040 de 14.07.2004, combinada com Emenda Constitucional nº 41/2003, Lei Federal nº 8.213/91, a **LICÍNIO PEREIRA NETO**, nascido em 27.07.1938, na condição de marido da segurada deste Instituto, **GERALDA MARIA DA SILVA**, servidora do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, falecida em 09.07.2013, o benefício Previdenciário da Pensão no valor de R\$ 2.524,54 (dois mil quinhentos e vinte e quatro reais e cinquenta e quatro centavos) com efeitos a partir de 09.07.2013, na forma discriminada no verso desta portaria e de conformidade com o Processo Nº AA.040.1.008262/13-06.

PORTARIA GDG Nº099/2015 – CONCEDER, de conformidade com a Lei Complementar nº 040 de 14.07.2004, combinada com Emenda Constitucional nº 41/2003, Lei Federal nº 8.213/91, a **LÍDIA MARIA DE SOUSA BARBOSA**, nascido em 05.02.1964, na condição de mulher do segurado deste Instituto, **LUIZ GONZAGA DA GRAÇA**, servidor do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, falecido em 11.11.2012, o benefício Previdenciário da Pensão no valor de R\$ 1.392,59 (mil trezentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos) com efeitos a partir de 01.12.2012, na forma discriminada no verso desta portaria e de conformidade com o Processo Nº AA.040.1.013540/13-95.

PORTARIA GDG Nº100/2015 – CONCEDER, de conformidade com a Lei Complementar nº 040 de 14.07.2004, combinada com Emenda Constitucional nº 41/2003, Lei Federal nº 8.213/91, a **LÍDIA MARIA DE SOUSA BARBOSA**, nascido em 05.02.1964, na condição de mulher do segurado deste Instituto, **LUIZ GONZAGA DA GRAÇA**, servidor do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, falecido em 11.11.2012, o benefício Previdenciário da Pensão no valor de R\$ 5.698,01 (cinco mil seiscentos e noventa e oito reais e um centavo) com efeitos a partir de 11.11.2012, na forma discriminada no verso desta portaria e de conformidade com o Processo Nº AA.040.1.013461/13-00.

PORTARIA GDG Nº101/2015 – CONCEDER, de conformidade com a Lei Complementar nº 040 de 14.07.2004, combinada com Emenda Constitucional nº 41/2003, Lei Federal nº 8.213/91, a **MARIADA CRUZ ARAUJO LOPES**, nascida em 24.02.1980, na condição de mulher. Cauã Victor Lopes de Araujo, nascido em 11.07.2004 e Eric Victor Lopes de Araujo, nascido em 27.12.2009, filhos menores do segurado deste Instituto, **JOSÉ NITO DOS REIS LOPES**, servidor do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, falecido em 11.05.2013, o benefício Previdenciário da Pensão no valor de R\$ 1.165,67 (mil cento e sessenta e cinco reais e sete centavos) com efeitos a partir de 25.06.2013, na forma discriminada no verso desta portaria e de conformidade com o Processo Nº AA.040.1.007216/13-57.

PORTARIA GDG Nº102/2015 – CONCEDER, de conformidade com a Lei Complementar nº 040 de 14.07.2004, combinada com Emenda Constitucional nº 41/2003, Lei Federal nº 8.213/91, a **MARIA GENI BATISTA DE CASTRO MATOS**, nascida em 07.03.1958, na condição de mulher do segurado deste Instituto, **IRAPUAN ANTONIO DE OLIVERIA MATOS**, servidor do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, falecido em 02.08.2013, o benefício Previdenciário da Pensão no valor de R\$ 2.670,08 (dois mil seiscentos e setenta reais e oito centavos) com efeitos a partir de 02.08.2013, na forma discriminada no verso desta portaria e de conformidade com o Processo Nº AA.040.1.009089/13-61.

PORTARIA GDG Nº103/2015 – CONCEDER, de conformidade com a Lei Complementar nº 040 de 14.07.2004, combinada com Emenda Constitucional nº 41/2003, Lei Federal nº 8.213/91, a **MARIA ALZENIR CARDOSO LOMA**, nascida em 03.04.1966, na condição de mulher do segurado deste Instituto, **FRANCISCO CARDOSO**, servidor do Quadro de Pessoal da Polícia Militar do Piauí, falecido em 11.08.2005, o benefício Previdenciário da Pensão no valor de R\$ 2.797,07 (dois mil setecentos e noventa e sete reais e sete centavos), com efeitos a partir de 08.05.2013, na forma discriminada no verso desta portaria e de conformidade com o Processo Nº 2008011005, rateada com Maria Alzenira da Costa Lima, consoante processo nº TC-0-017598/98.

PORTARIA GDG Nº104/2015 – CONCEDER, de conformidade com a Lei Complementar nº 040 de 14.07.2004, combinada com Emenda Constitucional nº 41/2003, Lei Federal nº 8.213/91, a **MARIA RAIMUNDA CARNEIRO DE SOUSA BRAZ**, nascida em 02.12.1935, na condição de mulher do segurado deste Instituto, **ARTUR BRAZ**, servidor do Quadro de Pessoal da Polícia Militar do Piauí, falecido em 16.02.2013, o benefício Previdenciário da Pensão no valor de R\$ 2.822,01 (dois mil oitocentos e vinte e dois reais e um centavo), com efeitos a partir de 08.04.2013, na forma discriminada no verso desta portaria e de conformidade com o Processo Nº AA.040.1.003746/13-84.

PORTARIA GDG Nº105/2015 – CONCEDER, de conformidade com a Lei Complementar nº 040 de 14.07.2004, combinada com Emenda Constitucional nº 41/2003, Lei Federal nº 8.213/91, a **MARIA CÉLIA DE SOUSA BRAGA**, nascida em 20.11.1969, na condição de mulher do segurado deste Instituto, **FERNANDO BRAGA**, servidor do Quadro de Pessoal da Polícia Militar do Piauí, falecido em 06.03.2013, o benefício Previdenciário da Pensão no valor de R\$ 2.928,10 (dois mil novecentos e vinte e oito reais e dez centavos), com efeitos a partir de 08.04.2013, na forma discriminada no verso desta portaria e de conformidade com o Processo Nº AA.040.1.003787/13-93.

PORTARIA GDG Nº106/2015 – CONCEDER, de conformidade com a Lei Complementar nº 040 de 14.07.2004, combinada com Emenda Constitucional nº 41/2003, Lei Federal nº 8.213/91, a **ANTONIAMARIA DA CONCEIÇÃO DE CASTRO SOUSA**, nascida em 14.02.1962, na condição de mulher do segurado deste Instituto, **JOSE FERNANDES DE SOUSA**, servidor do Quadro de Pessoal da Polícia Militar do Piauí, falecido em 10.02.2013, o benefício Previdenciário da Pensão no valor de R\$ 2.802,37 (dois mil oitocentos e cinco reais e trinta e sete centavos), com efeitos a partir de 12.03.2013, na forma discriminada no verso desta portaria e de conformidade com o Processo Nº AA.040.1.002736/13-06.

PORTARIA GDG Nº107/2015 – CONCEDER, de conformidade com a Lei Complementar nº 040 de 14.07.2004, combinada com Emenda Constitucional nº 41/2003, Lei Federal nº 8.213/91, a **EXPEDITA MARIA RIBEIRO MELO**, nascida em 16.10.1937, na condição de mulher do segurado deste Instituto, **OTAVIO DE MELO LEITÃO**, servidor do Quadro de Pessoal da Polícia Militar do Piauí, falecido em 09.03.2013, o benefício Previdenciário da Pensão no valor de R\$ 3.105,82 (três mil cento e cinco reais e oitenta e dois centavos), com efeitos a partir de 09.03.2013, na forma discriminada no verso desta portaria e de conformidade com o Processo Nº AA.040.1.003166/13-30.

PORTARIA GDG Nº108/2015 – CONCEDER, de conformidade com a Lei Complementar nº 040 de 14.07.2004, combinada com Emenda Constitucional nº 41/2003, Lei Federal nº 8.213/91, a **MARIA VILMA DE OLIVEIRA**, nascida em 01.04.1945, na condição de ex-mulher do segurado deste Instituto, **JOSE MARIA DE OLIVEIRA**, servidor do Quadro de Pessoal da Polícia Militar do Piauí, falecido em 17.08.2012, o benefício Previdenciário da Pensão no valor de R\$ 274,85 (duzentos e setenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos), com efeitos a partir de 22.11.2012, na forma discriminada no verso desta portaria e de conformidade com o Processo Nº AA.040.1.013389/12-85, rateada com Constancia Joana Maria de Jesus, consoante processo nº AA.040.1.012917/12-37.

PORTARIA GDG Nº109/2015 – CONCEDER, de conformidade com a Lei Complementar nº 040 de 14.07.2004, combinada com Emenda Constitucional nº 41/2003, Lei Federal nº 8.213/91, a **CONSTANCIA JOANA MARIA DE JESUS**, nascida em 27.10.1952, na condição de companheira do segurado deste Instituto, **JOSE MARIA DE OLIVEIRA**, servidor do Quadro de Pessoal da Polícia Militar do Piauí, falecido em 17.08.2012, o benefício Previdenciário da Pensão no valor de R\$ 1.249,33 (mil duzentos e quarenta e nove reais e trinta e três centavos), com

efeitos a partir de 08.11.2012, na forma discriminada no verso desta portaria e de conformidade com o Processo Nº AA.040.1.012917/12-37, rateada com Maria Vilma de Oliveira, consoante processo nº AA.040.1.013389/12-85.

PORTARIA GDG Nº110/2015 – CONCEDER, de conformidade com a Lei Complementar nº 040 de 14.07.2004, combinada com Emenda Constitucional nº 41/2003, Lei Federal nº 8.213/91, a **ROSA MODESTO DA COSTA**, nascida em 15.04.1946, na condição de companheira do

segurado deste Instituto, **JOSÉ EUSTORGIO DA SILVA**, servidor do Quadro de Pessoal da Secretaria de Segurança, falecido em 04.03.2011, o benefício Previdenciário da Pensão no valor de R\$ 953,85 (novecentos e cinquenta e três reais e oitenta e cinco centavos), com efeitos a partir de 01.06.2011, na forma discriminada no verso desta portaria e de conformidade com o Processo Nº AA.040.1.004561/12-00.

PORTARIA GDG Nº111/2015 – CONCEDER, de conformidade com a Lei Complementar nº 040 de 14.07.2004, combinada com Emenda Constitucional nº 41/2003, Lei Federal nº 8.213/91, a **RAIMUNDA RODRIGUES BATISTA**, nascido em 14.07.1946, na condição de mulher do segurado deste Instituto, **FRANCISCO DAS CHAGAS BATISTA**, servidor do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, falecido em 07.12.2012, o benefício Previdenciário da Pensão no valor de R\$ 1.897,72 (mil oitocentos e noventa e sete reais e setenta e dois centavos) com efeitos a partir de 01.02.2013, na forma discriminada no verso desta portaria e de conformidade com o Processo Nº AA.040.1.014346/12-42.

PORTARIA GDG Nº112/2015 – CONCEDER, de conformidade com a Lei Complementar nº 040 de 14.07.2004, combinada com Emenda Constitucional nº 41/2003, Lei Federal nº 8.213/91, a **JOAQUIM VIEIRA DE MOURA**, nascido em 15.01.1937, na condição de marido da segurada deste Instituto, **MARIA DA LUZ MOURA**, servidora do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, falecida em 01.04.2013, o benefício Previdenciário da Pensão no valor de R\$ 1.161,47 (mil cento e sessenta e um reais e quarenta e sete centavos) com efeitos a partir de 01.04.2013, na forma discriminada no verso desta portaria e de conformidade com o Processo Nº AA.040.1.004314/13-81.

PORTARIA GDG Nº113/2015 – CONCEDER, de conformidade com a Lei Complementar nº 040 de 14.07.2004, combinada com Emenda Constitucional nº 41/2003, Lei Federal nº 8.213/91, a **JOSE SOARES DE SOUSA**, nascido em 02.09.1922, na condição de marido da segurada deste Instituto, **MARIA DA ANUNCIACÃO RODRIGUES SOARES**, servidora do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, falecida em 10.01.2013, o benefício Previdenciário da Pensão no valor de R\$ 2.297,52 (dois mil duzentos e noventa e sete reais e cinquenta e dois centavos) com efeitos a partir de 09.04.2013, na forma discriminada no verso desta portaria e de conformidade com o Processo Nº AA.040.1.003807/13-86.

PORTARIA GDG Nº114/2015 – CONCEDER, de conformidade com a Lei Complementar nº 040 de 14.07.2004, combinada com Emenda Constitucional nº 41/2003, Lei Federal nº 8.213/91, a **ANTONIO FEITOSA DOS SANTOS NEVES**, nascido em 13.10.1948, na condição de marido da segurada deste Instituto, **MARIA DA PAZ LOBÃO CORREA FEITOSA**, servidora do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, falecida em 13.06.2013, o benefício Previdenciário da Pensão no valor de R\$ 2.268,07 (dois mil duzentos e sessenta e oito reais e sete centavos) com efeitos a partir de 13.06.2013, na forma discriminada no verso desta portaria e de conformidade com o Processo Nº AA.040.1.007051/13-29.

PORTARIA GDG Nº115/2015 – CONCEDER, de conformidade com a Lei Complementar nº 040 de 14.07.2004, combinada com Emenda Constitucional nº 41/2003, Lei Federal nº 8.213/91, a **LUZANIRA ROSENDO MÁXIMO BARBOSA**, nascida em 23.12.1947, na condição de mulher do segurado deste Instituto, **JOSE GIL BARBOSA**, servidor do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, falecido em 30.04.2013, o benefício Previdenciário da Pensão no valor de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais) com efeitos a partir de 01.06.2013, na forma discriminada no verso desta portaria e de conformidade com o Processo Nº AA.040.1.005631/13-00.

PORTARIA GDG Nº116/2015 – CONCEDER, de conformidade com a Lei Complementar nº 040 de 14.07.2004, combinada com Emenda Constitucional nº 41/2003, Lei Federal nº 8.213/91, a **LUZANIRA ROSENDO MÁXIMO BARBOSA**, nascida em 23.12.1947, na condição de mulher do segurado deste Instituto, **JOSE GIL BARBOSA**, servidor do Quadro de Pessoal da Tribunal de Justiça, falecido em 30.04.2013, o benefício Previdenciário da Pensão no valor de R\$ 7.613,42 (sete mil seiscentos e treze reais e quarenta e dois centavos) com efeitos a partir de 01.06.2013, na forma discriminada no verso desta portaria e de conformidade com o Processo Nº AA.040.1.005632/13-12.

PORTARIA GDG Nº117/2015 – CONCEDER, de conformidade com a Lei Complementar nº 040 de 14.07.2004, combinada com Emenda Constitucional nº 41/2003, Lei Federal nº 8.213/91, a **JOSE UILSON NOGUEIRA BARBOSA**, nascido em 29.09.1956, na condição de filho inválido da segurada deste Instituto, **MARIA ALEXANDRINO BARBOSA**, servidora do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, falecida em 27.03.2008, o benefício Previdenciário da Pensão no valor de R\$ 1.053,55 (mil cinquenta e três reais e cinquenta e cinco centavos) com efeitos a partir de 01.06.2013, na forma discriminada no verso desta portaria e de conformidade com o Processo Nº AA.040.1.006388/13-80.

PORTARIA GDG Nº118/2015 – CONCEDER, de conformidade com a Lei Complementar nº 040 de 14.07.2004, combinada com Emenda Constitucional nº 41/2003, Lei Federal nº 8.213/91, a **JULIO CESAR DE ALENCAR**, nascido em 10.02.2002, na condição de filho inválido da segurada deste Instituto, **MARIA HELENA PEREIRA**, servidora do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, falecida em 13.03.2007, o benefício Previdenciário da Pensão no valor de R\$ 2.191,37 (dois mil cento e noventa e um reais e trinta e sete centavos) com efeitos a partir de 16.11.2012, na forma discriminada no verso desta portaria e de conformidade com o Processo Nº AA.040.1.009184/13-03 e TC-035554/08.

PORTARIA GDGNº119/2015 – CONCEDER, de conformidade com a Lei Complementar nº 040 de 14.07.2004, combinada com Emenda Constitucional nº 41/2003, Lei Federal nº 8.213/91, a **JOSE CAETANO DA SILVA**, nascido em 02.07.1924, na condição de marido da segurada deste Instituto, **IRACEMA BASTOS SILVA**, servidora do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, falecida em 30.06.2013, o benefício Previdenciário da Pensão no valor de R\$ 1.053,55 (mil cinquenta e três reais e cinquenta e cinco centavos) com efeitos a partir de 19.09.2013, na forma discriminada no verso desta portaria e de conformidade com o Processo Nº AA.040.1.010815/13-92.

PORTARIA GDG Nº120/2015 – CONCEDER, de conformidade com a Lei Complementar nº 040 de 14.07.2004, combinada com Emenda Constitucional nº 41/2003, Lei Federal nº 8.213/91, a **FRANCISCO DAS CHAGAS SIQUEIRA BARBOSA**, nascido em 21.11.1941, na condição de marido da segurada deste Instituto, **MARIA DA CONCEIÇÃO DE CARVALHO BARBOSA**, servidora do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, falecida em 02.06.2013, o benefício Previdenciário da Pensão no valor de R\$ 2.105,62 (dois mil cento e cinco reais e sessenta e dois centavos) com efeitos a partir de 02.06.2013, na forma discriminada no verso desta portaria e de conformidade com o Processo Nº AA.040.1.06517/13-54.

PORTARIA GDG Nº121/2015 – CONCEDER, de conformidade com a Lei Complementar nº 040 de 14.07.2004, combinada com Emenda Constitucional nº 41/2003, Lei Federal nº 8.213/91, a **FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA**, nascido em 13.09.1953, na condição de marido da segurada deste Instituto, **MARIA DOS REMEDIOS SALES DE OLIVEIRA**, servidora do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, falecida em 31.08.2013, o benefício Previdenciário da Pensão no valor de R\$ 1.150,12 (mil cento e cinquenta reais e doze centavos) com efeitos a partir de 31.08.2013, na forma discriminada no verso desta portaria e de conformidade com o Processo Nº AA.040.1.010586/13-22.

PORTARIA GDG Nº122/2015 – CONCEDER, de conformidade com a Lei Complementar nº 040 de 14.07.2004, combinada com Emenda Constitucional nº 41/2003, Lei Federal nº 8.213/91, a **DAVID SILVA VIANA**, nascido em 30.12.1931, na condição de marido da segurada deste Instituto, **SANTUÁRIA VIEIRADA SILVA**, servidora do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação,

falecida em 17.08.2013, o benefício Previdenciário da Pensão no valor de R\$ 771,09 (setecentos e setenta e um reais e nove centavos) com efeitos a partir de 17.08.2013, na forma discriminada no verso desta portaria e de conformidade com o Processo Nº AA.040.1.0100054/13-52.

PORTARIA GDG Nº123/2015 – CONCEDER, de conformidade com a Lei Complementar nº 040 de 14.07.2004, combinada com Emenda Constitucional nº 41/2003, Lei Federal nº 8.213/91, a **CARLOS PORTELA LEAL**, nascido em 12.17.1934, na condição de marido da segurada deste Instituto, **MARIA DA CRUZ PORTELA LEAL**, servidora do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, falecida em 03.07.2013, o benefício Previdenciário da Pensão no valor de R\$ 1.919,56 (mil novecentos e dezenove reais e cinquenta e seis centavos) com efeitos a partir de 03.07.2013, na forma discriminada no verso desta portaria e de conformidade com o Processo Nº AA.040.1.008109/13-72.

PORTARIA GDG Nº127/2015 - ALTERAR, a Portaria GDG Nº 234/2004, de 28 de abril de 2004, publicada no D.O.E Nº088 de 13.05.2004, que concedeu o benefício previdenciário de pensão em favor de **MARIA FELIX FERREIRA LIMA**, nascida em 02.02.36, na condição de companheira do ex-segurado **JOSÉ DE ARAUJO MENDONÇA**, do quadro de pessoal da Secretaria da Fazenda, falecido em 28.05.2003, no sentido de **mudar a composição da pensão em especial a condição especial de trabalho com base na fundamentação legal vigente no computo da pensão acima referida, conforme determinação do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, constante do Processo TC-O-025903/2004. Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 28.05.2003. Publique-se, cientifique-se e cumpra-se.**

Of. 713



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ - SESAPI

EXTRATO DAS PORTARIAS EXPEDIDAS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ-SESAPI.

O Secretário de Estado da Saúde do Piauí, no uso de suas prerrogativas legais, RESOLVE:

• **PORTARIA nº 754, de 06 de Abril de 2015** – Referente ao PROCESSO SESAPI Nº AA.900.1.006664/15-72, de acordo com o Artigo 91, da Lei Complementar nº 13, de 03.01.94, conceder 90 (Noventa) dias de Licença Prêmio a **MARIA DE JESUS OLIVEIRA**, Cargo: Escrivário, Classe: II-B, Matrícula: nº. 038274-4, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, prestando serviços: Hospital Roosevelt Bastos – Porto - PI, referente ao Quinquênio de 01/09/1999 a 31/08/2004, a partir de 01/05/2015 a 29/07/2015.

• **PORTARIA nº 755, de 06 de Abril de 2015** – Referente ao PROCESSO SESAPI Nº AA.900.1.005480/15-77, de acordo com o Artigo 91, da Lei Complementar nº 13, de 03.01.94, conceder 180 (Cento e Oitenta) dias de Licença Prêmio a **DORALICE LIBORIO ALVES**, Cargo: Aux. de Serviços, Classe: I-C, Matrícula: nº. 162580-2, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, prestando serviços: Hospital Estadual Teresinha Nunes de Barros – São João do Piauí, referente ao Decênio de 15/08/1987 a 14/08/1997, a partir de 02/03/2015 a 28/08/2015.

• **PORTARIA nº 756, de 06 de Abril de 2015** – Referente ao PROCESSO SESAPI Nº AA.900.1.005880/15-39, de acordo com o Artigo 91, da Lei Complementar nº 13, de 03.01.94, conceder 180 (Cento e Oitenta) dias de Licença Prêmio a **MARIA DO CARMO DE SENA VIEIRA**, Cargo: Atendente, Classe: III-E, Matrícula: nº. 038098-9, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, prestando serviços: Hospital José de Rocha Furtado – União - PI, referente ao Decênio de 01/01/1981 a 31/12/1990, a partir de 01/04/2015 a 27/09/2015.

• **PORTARIA nº 757, de 06 de Abril de 2015** – Referente ao PROCESSO SESAPI Nº AA.900.1.001216/15-11, de acordo com o Artigo 91, da Lei Complementar nº 13, de 03.01.94, conceder 90 (Noventa) dias de Licença Prêmio a DEUSELENA ALVES DA SILVA, Cargo: Atendente, Classe: I-E, Matrícula: nº. 036698-6, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, prestando serviços: Unidade Básica de Saúde Felipe Eulálio de Pádua – Promorar - PI, referente ao Quinquênio de 01/07/1992 a 30/06/1997, a partir de 01/02/2015 a 01/05/2015.

• **PORTARIA nº 758, de 06 de Abril de 2015** – Referente ao PROCESSO SESAPI Nº AA.900.1.006103/15-08, de acordo com o Artigo 94, da Lei Complementar nº 13, de 03.01.94, conceder Retorno ao Trabalho a(o) Servidor(a): JOSÉ NILTON MENDES DE SOUSA, Cargo: Téc. em Enfermagem, Classe: I-B, Matrícula nº. 209904-7, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, prestando serviços no (a): Hospital Regional Manoel de Sousa Santos – Bom Jesus – PI. A partir de 29.03.15.

• **PORTARIA nº 759, de 06 de Abril de 2015** – Referente ao PROCESSO SESAPI Nº AA.900.1.006661/15-44, conceder LICENÇA SEM VENCIMENTO referente ao Art. 94, da Lei complementar nº 13, de 03/01/94 a: FRANCISCO GOMES DA SILVA, Cargo: Aux. de Serviços, Matrícula nº: 208929-7, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, prestando serviços no (a): Dugp/Sede/Sesapi – Teresina - PI. Por 01 (Um) Ano. A partir de 01/04/15 a 01/04/16. Para tratar de assuntos particulares.

• **PORTARIA nº 760, de 06 de Abril de 2015** – Referente ao PROCESSO SESAPI Nº AA.900.1.007258/15-24, conceder LICENÇA SEM VENCIMENTO referente ao Art. 94, da Lei complementar nº 13, de 03/01/94 a: CAROLINA DIAS TEODÓSIO SILVA, Cargo: Téc. em Enfermagem, Classe: I-B, Matrícula nº: 228772-2, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, prestando serviços no (a): Hospital Tibério Nunes – Floriano - PI. Por 02 (Dois) Anos. A partir de 26/03/15 a 26/03/17. Para tratar de assuntos particulares.

• **PORTARIA nº 761, de 06 de Abril de 2015** – Referente ao PROCESSO SESAPI Nº AA.900.1.005192/15-15, de acordo com o Artigo 91, da Lei Complementar nº 13, de 03.01.94, conceder 90 (Noventa) dias de Licença Prêmio a LUSIA ROSA DA SILVA MINEIRO, Cargo: Aux. de Serviços, Classe: I-D, Matrícula: nº. 040339-3, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, prestando serviços: Hospital Local Nilo Lima – Castelo do Piauí, referente ao Quinquênio de 03/06/2000 a 02/06/2005, a partir de 01/04/2015 a 29/06/2015.

• **PORTARIA nº 762, de 06 de Abril de 2015** – Referente ao PROCESSO SESAPI Nº AA.900.1.006216/15-20, de acordo com o Artigo 91, da Lei Complementar nº 13, de 03.01.94, conceder 90 (Noventa) dias de Licença para Capacitação a MARIA ROSA DE MORAIS MILANEZ, Classe: I-B, Cargo: Enfermeiro, Matrícula: nº. 168500-7, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, prestando serviços: Duvas – Teresina – PI, referente ao Quinquênio de 13/06/2005 a 12/06/2010 a partir de 01/04/2015 a 29/06/2015.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se Gabinete do Secretário de Estado da Saúde do Piauí, em Teresina-PI, 06 de Abril de 2015.

Francisco de Assis de Oliveira Costa
Secretário de Estado da Saúde do Piauí

Of. 773

PORTARIA EXPEDIDA PELA SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ-SESAPI.

O Secretário da Saúde do Estado do Piauí, no uso de suas prerrogativas legais, RESOLVE:

“**PORTARIA SESAPI/GAB Nº 864/2015, de 14 de Abril de 2015.** Designar, OTONIEL LUCIANO DA SILVA, Técnico em Contabilidade, Matrícula nº 024630-1, para exercer a função de Supervisor Técnico, da Unidade Integrada de Saúde do Mocambinho, da Secretaria de Estado da Saúde do Piauí, Símbolo DAI-7.

Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Secretário da Saúde do Estado do Piauí, em Teresina-PI, 14 de Abril de 2015.

FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA COSTA
Secretário de Estado da Saúde do Piauí

Of. 859



Secretaria de Mineração, Petróleo e Energias Renováveis.
Gabinete do Secretário

SEMINPER

SECRETARIA DE MINERAÇÃO, PETRÓLEO E ENERGIAS RENOVÁVEIS

PORTARIA Nº 01/2015 – GAB/SEMINPER

O SECRETÁRIO DE MINERAÇÃO,
PETRÓLEO E ENERGIAS
RENOVÁVEIS, no uso de suas
atribuições legais,

RESOLVE designar ALEXANDRE JOSÉ DA SILVEIRA NETO, Diretor Administrativo Financeiro, Matrícula nº 287517-9 da Secretaria de Mineração, Petróleo e Energias Renováveis, como tomador de Suprimento de Fundo deste Órgão.

Publique-se, Cumpra-se.

Secretaria de Mineração, Petróleo e Energias Renováveis, em Teresina(PI), 16 de abril de 2015.

LUIS COELHO DA LUZ FILHO
Secretario de Mineração, Petróleo e Energias Renováveis.

Of. 176

Diário Oficial

6

Teresina(PI) - Sexta-feira, 17 de abril de 2015 • Nº 71



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DAS SAÚDES DO PIAUÍ - SESAPI
GABINETE DO SECRETÁRIO

PORTARIA SESAPI/GAB. N.º 000825

TERESINA(PI), 13 de abril de 2015.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o disposto no art. § 1º do art. 168 da Lei Complementar nº 13/94 (Estatuto do Servidor);

Considerando o Ofício nº 08/2015, datado de 13/04/2015 da Comissão Permanente de Sindicância – SESAPI,

RESOLVE:

01. PRORROGAR os efeitos da Portaria SESAPI/GAB. N.º 000297, de 12/02/2015 em seu item – 04, no tocante ao afastamento preventivo do servidor ANTONIO MARÇAL DE SOUSA VAL, médico obstetra, matrículas funcionais n.º 180974-1 e 286999-3, lotado no Hospital Estadual Dirceu Arcoverde – HEDA, de Parnaíba-PI, com fulcro no § 1º do art. 168 da Lei Complementar nº 13/94 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Piauí), pelo prazo de 30 (trinta) dias, bem como seja dado ciência ao mesmo, sem prejuízo de sua remuneração.

02. Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de 20/04/2015.

**Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.**

Teresina (PI), 13 de abril de 2015.

FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA COSTA
Secretário de Estado da Saúde do Piauí

Of. 818



Governo do Estado do Piauí
Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Piauí
Vinculado à SDR

PORTARIA GAB.DIGER/ 041 /2015

O Diretor Geral do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Piauí – EMATER, no uso das atribuições que lhe confere o Regulamento Geral da Autarquia,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear o servidor **José Wilson Almeida Amaral**, Agente Técnico de Serviço, matrícula nº 022995-4, da Função Gratificada de Supervisão de Patrimônio / Coordenação de Logística, Abastecimento e Serviços, símbolo DAÍ 6.

Artigo 2º - A presente Portaria entra em vigor a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Teresina, 11 de Março de 2015

Marcos Vinicius do Amaral Oliveira
DIRETOR GERAL

PORTARIA GAB.DIGER/ 043 /2015

O Diretor Geral do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Piauí – EMATER, no uso das atribuições que lhe confere o Regulamento Geral da Autarquia,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear o servidor **Aldo Gomes de Queiroz**, Extensionista Rural II de Nível Médio, matrícula nº 169733-1, da Função Gratificada de Supervisor Territorial de Porto que abrange os municípios de Campo Largo do Piauí e Nossa Senhora dos Remédios / Coordenação Regional de Esperantina, símbolo DAÍ 6.

Artigo 2º - A presente Portaria entra em vigor a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Teresina, 23 de Março de 2015

Marcos Vinicius do Amaral Oliveira
DIRETOR GERAL

PORTARIA GAB.DIGER/ 061 /2015

O Diretor Geral do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Piauí – EMATER, no uso das atribuições que lhe confere o Regulamento Geral da Autarquia,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear o servidor **Sidney de Sousa e Silva**, Extensionista Rural II de Nível Médio, matrícula nº 169748-0, como Supervisor Territorial de Bom Jesus que abrange os municípios de Currais e Redenção do Gurgueia / Coordenação Regional de Bom Jesus, símbolo DAÍ 6.

Artigo 2º - A presente Portaria entra em vigor a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Teresina, 13 de Abril de 2015

Marcos Vinicius do Amaral Oliveira
DIRETOR GERAL

PORTARIA GAB.DIGER/ 062 /2015

O Diretor Geral do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Piauí – EMATER, no uso das atribuições que lhe confere o Regulamento Geral da Autarquia,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear a servidora **Maria Alves da Guia Arrais**, Extensionista Rural II de Nível Médio, matrícula nº 022361-1, como Supervisor Territorial de Parnaguá que abrange o município de Riacho Frio / Coordenação Regional de Corrente, símbolo DAÍ 6.

Artigo 2º - A presente Portaria entra em vigor a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Teresina, 13 de Abril de 2015

Marcos Vinicius do Amaral Oliveira
DIRETOR GERAL

PORTARIA GAB.DIGER/ 059 /2015

O Diretor Geral do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Piauí – EMATER, no uso das atribuições que lhe confere o Regulamento Geral da Autarquia,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear o servidor **Eduardo Almeida V. Guimarães**, Extensionista Rural I, matrícula nº 022788-9, como Supervisor Territorial de José de Freitas que abrange o município de Lagoa Alegre / Coordenação Regional de Teresina, símbolo DAÍ 6.

Artigo 2º - A presente Portaria entra em vigor a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Teresina, 13 de Abril de 2015

Marcos Vinicius do Amaral Oliveira
DIRETOR GERAL

PORTARIA GAB.DIGER/ 060 /2015

O Diretor Geral do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Piauí – EMATER, no uso das atribuições que lhe confere o Regulamento Geral da Autarquia,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear o servidor **Edivaldo Francisco e Silva Moraes**, Extensionista Rural II de Nível Médio, matriculanº 022544-4, como Supervisor Territorial de Campinas do Piauí que abrange os municípios de Floresta do Piauí e Santo Inácio do Piauí / Coordenação Regional de Oeiras, símbolo DAI 6.

Artigo 2º - A presente Portaria entra em vigor a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Teresina, 13 de Abril de 2015

Marcos Vinicius do Amaral Oliveira
DIRETOR GERAL

Of. 242



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SEAD
UNIDADE DE GESTÃO DE PESSOAS

Portaria nº 004/15/UGP Teresina, 30 de março de 2015.

A DIRETORA DA UNIDADE DE GESTÃO DE PESSOAS, através da Coordenação de Pessoal da Secretaria de Administração, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o deferimento da Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor, por meio da Portaria nº 182/2003, mas ainda não fruída;

CONSIDERANDO o preenchimento dos requisitos previstos nos artigos 91, 92 e 93 da redação da Lei Complementar Estadual nº 13/1994;

CONSIDERANDO o preenchimento dos requisitos necessários à concessão da Licença Prêmio por Assiduidade antes da edição da Lei Complementar Estadual nº 84/2007;

RESOLVE conceder a **FRANCISCO ALCIDES DA CUNHA**, Agente Operacional de Serviços II D, lotado nesta Secretaria de Administração, a fruição e gozo de 90(noventa) dias de Licença Prêmio por Assiduidade, retroativo ao período de 02/03/2015 à 30/05/2015, referente a três quinquênios de 01/04/1988 a 31/03/2003, nos termos da Lei Complementar nº 13/94.

Cumpra-se e Publique-se

Maria Lucilene de Sousa
Diretora da Unidade de Gestão de Pessoas - SEAD

Portaria nº 003/15/UGP Teresina, 30 de março de 2015.

A DIRETORA DA UNIDADE DE GESTÃO DE PESSOAS, através da Coordenação de Pessoal da Secretaria de Administração, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o deferimento da Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor, por meio da Portaria nº 088/2008, mas ainda não fruída;

CONSIDERANDO o preenchimento dos requisitos previstos nos artigos 91, 92 e 93 da redação da Lei Complementar Estadual nº 13/1994;

CONSIDERANDO o preenchimento dos requisitos necessários à concessão da Licença Prêmio por Assiduidade antes da edição da Lei Complementar Estadual nº 84/2007;

RESOLVE conceder a **MARIA DAS GRAÇAS DE MIRANDA**, Agente Técnico de Serviços III E, lotada nesta Secretaria de Administração, a fruição e gozo de 45(quarenta e cinco) dias de Licença Prêmio por Assiduidade, retroativo ao período de 19/02/2015 à 04/04/2015, referente a três quinquênios de 01/06/1993 a 31/05/2003, nos termos da Lei Complementar nº 13/94.

Cumpra-se e Publique-se

Maria Lucilene de Sousa
Diretora da Unidade de Gestão de Pessoas - SEAD

Portaria nº 007/15/UGP

Teresina, 30 de março de 2015.

A DIRETORA DA UNIDADE DE GESTÃO DE PESSOAS, através da Coordenação de Pessoal da Secretaria de Administração, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o deferimento da Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor, por meio da Portaria nº 175/2003, mas ainda não fruída;

CONSIDERANDO o preenchimento dos requisitos previstos nos artigos 91, 92 e 93 da redação da Lei Complementar Estadual nº 13/1994;

CONSIDERANDO o preenchimento dos requisitos necessários à concessão da Licença Prêmio por Assiduidade antes da edição da Lei Complementar Estadual nº 84/2007;

RESOLVE conceder a **JOSETE MARI DE OLIVEIRA CORRÊA** Agente Técnico de Serviços III D, lotada nesta Secretaria de Administração, a fruição e gozo de 30(trinta) dias de Licença Prêmio por Assiduidade, retroativo ao período de 03/03/2015 à 01/04/2015, referente a três quinquênios de 01/04/1988 a 31/03/2003, nos termos da Lei Complementar nº 13/94.

Cumpra-se e Publique-se

Maria Lucilene de Sousa
Diretora da Unidade de Gestão de Pessoas - SEAD

Portaria nº 006/15/UGP

Teresina, 30 de março de 2015.

A DIRETORA DA UNIDADE DE GESTÃO DE PESSOAS, através da Coordenação de Pessoal da Secretaria de Administração, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o deferimento da Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor, por meio da Portaria nº 004/2011, mas ainda não fruída;

CONSIDERANDO o preenchimento dos requisitos previstos nos artigos 91, 92 e 93 da redação da Lei Complementar Estadual nº 13/1994;

CONSIDERANDO o preenchimento dos requisitos necessários à concessão da Licença Prêmio por Assiduidade antes da edição da Lei Complementar Estadual nº 84/2007;

RESOLVE conceder a **MARIADALUZ CARDOSO DE ARAÚJO** Agente Técnico de Serviços III E, lotada nesta Secretaria de Administração, a fruição e gozo de 30(trinta) dias de Licença Prêmio por Assiduidade, retroativo ao período de 23/02/2015 à 24/03/2015, referente a dois quinquênios de 01/04/1988 a 31/03/1998, nos termos da Lei Complementar nº 13/94.

Cumpra-se e Publique-se

Maria Lucilene de Sousa
Diretora da Unidade de Gestão de Pessoas - SEAD

Portaria nº 008/15/UGP

Teresina, 06 de abril de 2015.

A DIRETORA DA UNIDADE DE GESTÃO DE PESSOAS, através da Coordenação de Pessoal da Secretaria de Administração, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o deferimento da Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor, por meio da Portaria nº 039/2008, mas ainda não fruída;

CONSIDERANDO o preenchimento dos requisitos previstos nos artigos 91, 92 e 93 da redação da Lei Complementar Estadual nº 13/1994;

CONSIDERANDO o preenchimento dos requisitos necessários à concessão da Licença Prêmio por Assiduidade antes da edição da Lei Complementar Estadual nº 84/2007;

RESOLVE conceder a **MARIA JOSE SOARES SIQUEIRA** Agente Técnico de Serviços III E, lotada nesta Secretaria de Administração, a fruição e gozo de 45(quarenta e cinco) dias de Licença Prêmio por Assiduidade, do período de 23/03/2015 à 06/05/2015, referente a três quinquênios de 01/08/1988 a 31/07/2003, nos termos da Lei Complementar nº 13/94.

Cumpra-se e Publique-se

Maria Lucilene de Sousa
Diretora da Unidade de Gestão de Pessoas - SEAD

Portaria nº 005/15/UGP Teresina, 30 de março de 2015.

A DIRETORA DA UNIDADE DE GESTÃO DE PESSOAS, através da Coordenação de Pessoal da Secretaria de Administração, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o deferimento da Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor, por meio da Portaria nº 064/2008, mas ainda não fruída;

CONSIDERANDO o preenchimento dos requisitos previstos nos artigos 91, 92 e 93 da redação da Lei Complementar Estadual nº 13/1994;

CONSIDERANDO o preenchimento dos requisitos necessários à concessão da Licença Prêmio por Assiduidade antes da edição da Lei Complementar Estadual nº 84/2007;

RESOLVE conceder a **PAULO DE TARSO VELOSO MACHADO**, Agente Superior de Serviços II A, lotado nesta Secretaria de Administração, a fruição e gozo de 90 (noventa) dias de Licença Prêmio por Assiduidade, retroativo ao período de 09/03/2015 à 06/06/2015, referente a um quinquênio de 11/08/1998 a 10/08/2003, nos termos da Lei Complementar nº 13/94.

Cumpra-se e Publique-se

Maria Lucilene de Sousa
Diretora da Unidade de Gestão de Pessoas - SEAD

Of. 589



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



PORTARIA Nº092/2015 – GDGTeresina-PI, 16 de abril de 2015.

ODIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO PIAUÍ - DETRAN/PI, no uso das atribuições legais, conferidas pelo art. 15, inciso IX, do Decreto Estadual nº 7.766, de 10 de novembro de 1988;

RESOLVE:

Art. 1º -**NOMEAR**, a partir de 16 de abril de 2015, **FRANCISCO DAS CHAGAS FERREIRA**, matrícula nº 016321-0, para o cargo de Supervisor I do DETRAN/PI, Símbolo DAÍ-4, até ulterior deliberação.

Art. 2º -Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Cientifique-se, Publique-se Cumpra-se.

Arão Martins do Rêgo Lobão
Diretor Geral – DETRAN/PI

PORTARIA Nº093/2015 – GDGTeresina-PI, 16 de abril de 2015.

ODIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO PIAUÍ - DETRAN/PI, no uso das atribuições legais, conferidas pelo art. 15, inciso IX, do Decreto Estadual nº 7.766, de 10 de novembro de 1988;

RESOLVE:

Art. 1º -**NOMEAR**, a partir de 16 de abril de 2015, **OSMARINA OLIVEIRA DE SOUSA**, matrícula nº 016480-1, para o cargo de Supervisor I do DETRAN/PI, Símbolo DAÍ-4, até ulterior deliberação.

Art. 2º -Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Cientifique-se, Publique-se Cumpra-se.

Arão Martins do Rêgo Lobão
Diretor Geral – DETRAN/PI

Of. 167



PORTARIA DDPDR - Nº 74/2015

ADIRETORA DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS REGIONAIS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 28, I da lei complementar estadual nº 059/05 e teor das Portarias GDGP nº 279/13, 280/13 e 281/13, publicadas no Diário Oficial do Estado nº 181, de 23 de setembro de 2013.

CONSIDERANDO o pedido verbal do Defensor Público interessado, Dr. Daniel Gaze Fabris, titular da 1ª Defensoria Pública de Floriano, em razão do excesso de sessões de júris designados para ocorrer na Semana Nacional do Júri em Floriano-PI;

RESOLVE:

DESIGNAR extraordinariamente o **DR. DANIEL GAZE FABRIS**, titular da 1ª Defensoria Pública de Floriano, para auxiliar o Dr. Jefferson Calume de Oliveira, titular da 4ª Defensoria Pública de Floriano, nas sessões do Tribunal Popular do Júri da Comarca Floriano-PI, no período de 13 a 17 de Abril de 2015.

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA DIRETORIA DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS REGIONAIS em Teresina-PI, 14 de Abril de 2015.

ANDRÉA DE JESUS CARVALHO
DIRETORA DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS REGIONAIS

PORTARIA DDPDR Nº 075/2015

ADIRETORA DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS REGIONAIS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 28, I da lei complementar estadual nº 059/05 e teor das Portarias GDGP nº 279/13, 280/13 e 281/13, publicadas no diário oficial do Estado nº 181, de 23 de setembro de 2013.

CONSIDERANDO antecipação de gozo de licença paternidade concedido ao Defensor Público, Dr. Joacy Vandro Miranda e Silva, através da Portaria Nº 014/2015 - CGP;

RESOLVE:

Art. 1º. **REVOGAR** a PORTARIA DDPDR Nº 065/2015.
Art. 2º. **DESIGNAR** o Defensor Público, Dr. Jarbas Machado, titular da 3ª Defensoria Pública de Parnaíba-PI, para substituir na 4ª Defensoria Pública de Parnaíba-PI, nos dias 13 e 14 de abril de 2015, em decorrência de licença paternidade.

Art. 3º. **DESIGNAR** o Defensor Público, Dr. Jarbas Machado, titular da 3ª Defensoria Pública de Parnaíba-PI, para substituir na 4ª Defensoria Pública de Parnaíba-PI, no período de 20 de abril a 19 de maio de 2015, em decorrência de concessão de férias.

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA DIRETORIA DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS REGIONAIS, em Teresina, 15 de abril de 2015.

ANDRÉA DE JESUS CARVALHO
DIRETORA DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS REGIONAIS

PORTARIA DDPDR Nº 076/2015

ADIRETORA DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS REGIONAIS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 28, I da lei complementar estadual nº 059/05 e teor das Portarias GDGP nº 279/13, 280/13 e 281/13, publicadas no diário oficial do Estado nº 181, de 23 de setembro de 2013.

CONSIDERANDO o deferimento de 01 (um) dia de falta compensatória em razão da realização do Plantão Judiciário durante o recesso forense, da Defensora Pública, Dra. Ana Carolina de Freitas Tapety, através da Portaria Nº 049/2015 - GCGDP;

RESOLVE:

DESIGNAR a Dra. Gisela Mendes Lopes, titular da 1ª Defensoria Pública de Esperantina-PI, para ATUAR na 2ª Defensoria Pública de Esperantina-PI, no dia 23 de abril de 2015.

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA DIRETORIA DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS REGIONAIS, em Teresina, 15 de abril de 2015.

ANDRÉA DE JESUS CARVALHO
DIRETORA DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS REGIONAIS

PORTARIA DDPN Nº 077/2015

ADIRETORA DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS REGIONAIS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 28, I da lei complementar estadual nº 059/05 e teor das Portarias GDPG nº 279/13, 280/13 e 281/13, publicadas no diário oficial do Estado nº 181, de 23 de setembro de 2013.

CONSIDERANDO o cumprimento integral dos requisitos exigidos na Portaria GDPG nº 280/2013;

RESOLVE:

CONCEDER à Defensora Pública, Dra. Wênia da Silva Moura, titular da Defensoria Pública de Valença-PI, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 2014, fracionado em 03 (três) etapas:

- 1ª etapa: de 20 a 29 de julho de 2015;
- 2ª etapa: de 09 a 18 de dezembro de 2015; e
- 3ª etapa: de 11 a 20 de janeiro de 2016.

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA DIRETORIA DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS REGIONAIS, em Teresina, 16 de abril de 2015.

ANDRÉA DE JESUS CARVALHO
DIRETORA DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS REGIONAIS

PORTARIA DDPN Nº 078/2015

ADIRETORA DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS REGIONAIS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 28, I da lei complementar estadual nº 059/05 e teor das Portarias GDPG nº 279/13, 280/13 e 281/13, publicadas no diário oficial do Estado nº 181, de 23 de setembro de 2013.

CONSIDERANDO a concessão de férias à Defensora Pública, Dra. Wênia da Silva Moura, através da Portaria DDPN Nº 077/2015;

RESOLVE:

DESIGNAR o Dr. Leandro Ferraz Damasceno Ribeiro, titular da Defensoria Pública de Jaicós-PI, para substituir na Defensoria Pública de Valença-PI, pelo período de 30 (trinta) dias, fracionados em 03 (três) etapas:

- 1ª etapa: de 20 a 29 de julho de 2015;
- 2ª etapa: de 09 a 18 de dezembro de 2015; e
- 3ª etapa: de 11 a 20 de janeiro de 2016.

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA DIRETORIA DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS REGIONAIS, em Teresina, 16 de abril de 2015.

ANDRÉA DE JESUS CARVALHO
DIRETORA DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS REGIONAIS

Of. 027

DIRETORIA DOS NÚCLEOS ESPECIALIZADOS

PORTARIA Nº 032/2015 DNE

O DIRETOR dos Núcleos Especializados da DPE, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 13, inciso XII c/c art. 36, VII, da Lei Complementar Estadual nº 059, de 30 de novembro de 2005 e portaria GDPG nº 279/13.

RESOLVE:

DESIGNAR a Defensora Pública DANIELA NEVES BONA para SUBSTITUIR a Drª Karla Cibele Teles de Mesquita Andrade na 2ª Defensoria Pública da Infância e Juventude nos dias 16 e 17 de abril do corrente ano em virtude de folga por plantão efetivamente realizado.

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

DIRETORIA DOS NÚCLEOS ESPECIALIZADOS, Teresina, 08 de abril de 2015.

Alessandro Andrade Spíndola
Defensor Diretor dos Núcleos Especializados

PORTARIA Nº 033/2015 DNE

O DIRETOR dos Núcleos Especializados da DPE, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 13, inciso XII c/c art. 36, VII, da Lei Complementar Estadual nº 059, de 30 de novembro de 2005 e portaria GDPG nº 279/13.

RESOLVE:

REPROGRAMAR o 2º período de férias concedido à Drª ANA PATRÍCIA PAES LANDIM SALHA por meio da Portaria nº 113/2014 DNE para os dias compreendidos entre 10 de setembro de 2015 a 29 de setembro de 2015, conforme autoriza o artigo 4º, § 1º da Portaria GDPG nº 280/2013.

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

DIRETORIA DOS NÚCLEOS ESPECIALIZADOS, Teresina 13 de abril de 2015.

Alessandro Andrade Spíndola
Defensor Diretor dos Núcleos Especializados

PORTARIA Nº 34/2015 DNE

O DIRETOR dos Núcleos Especializados da DPE, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 13, inciso XII c/c art. 36, VII, da Lei Complementar Estadual nº 059, de 30 de novembro de 2005 e portaria GDPG nº 279/13.

RESOLVE:

REVOGAR a Portaria nº 17/2015 desta Diretoria que designava o Drº ERIC LEONARDO PIRES DE MELO para substituir a Drª Carla Samara Martins Fernandes do dia 27 de abril ao dia 30 de abril do corrente ano em virtude de folga por plantão efetivamente realizado.

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

DIRETORIA DOS NÚCLEOS ESPECIALIZADOS, Teresina 13 de abril de 2015.

Alessandro Andrade Spíndola
Defensor Diretor dos Núcleos Especializados

PORTARIA Nº 035/2015 DNE

O DIRETOR dos Núcleos Especializados da DPE, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 13, inciso XII c/c art. 36, VII, da Lei Complementar Estadual nº 059, de 30 de novembro de 2005 e portaria GDPG nº 279/13.

RESOLVE:

DESIGNAR a Defensora Pública LUDMILLA MARIA REIS PAES LANDIM para SUBSTITUIR a Drª Carla Samara Martins Fernandes na 1ª Defensoria Pública dos Juizados Especiais do 27 ao dia 30 de abril do corrente ano em virtude de folga por plantão efetivamente realizado.

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

DIRETORIA DOS NÚCLEOS ESPECIALIZADOS, Teresina, 13 de abril de 2015.

Alessandro Andrade Spíndola
Defensor Diretor dos Núcleos Especializados

PORTARIA Nº 036/2015 DNE

O DIRETOR dos Núcleos Especializados da DPE, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 13, inciso XII c/c art. 36, VII, da Lei Complementar Estadual nº 059, de 30 de novembro de 2005 e portaria GDPG nº 279/13.

RESOLVE:

REPROGRAMAR o 2º período de substituição do Drº IGO CASTELO BRANCO SAMPAIO no Núcleo da Saúde que havia sido designado pela Portaria nº 114-2014 DNE para os dias compreendidos entre 10 de setembro a 29 de setembro de 2015, conforme autoriza o artigo 4º, § 1º da Portaria GDPG nº 280/2013.

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

DIRETORIA DOS NÚCLEOS ESPECIALIZADOS, Teresina 13 de abril de 2015.

Alessandro Andrade Spíndola
Defensor Diretor dos Núcleos Especializados

Of. 037

Diário Oficial

10

Teresina(PI) - Sexta-feira, 17 de abril de 2015 • Nº 71

PORTARIA GDPG Nº 224/2015 Teresina(PI), 15 de abril de 2015.

A Defensora Pública Geral do Estado do Piauí, no uso da competência que lhe confere o art. 100 da LC 80/94 c/c os arts. 13 e 84, da LC Estadual 59/2005, e tendo em vista o disposto nos artigos 88, da LC Estadual 59/2005 e arts. 164 e s. da LC Estadual 13/1994

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR Rosa Mendes Viana Formiga, Defensora Pública, matrícula nº 170228-9, **Andrea Melo de Carvalho**, Defensora Pública, matrícula nº 197831-4; e **Eric Leonardo Pires de Melo**, Defensor Público, matrícula nº 170229-7; para, sob a presidência da primeira, constituírem Comissão de Processo Administrativo Disciplinar visando à apuração de eventuais responsabilidades administrativas descritas no Processo nº 02027, de 01/08/2014, bem como proceder ao exame dos atos e fatos conexos que emergirem no curso dos trabalhos.

Art. 2º - DESIGNAR Débora Cunha Vieiras Cardoso, Defensora Pública, matrícula nº 169133-3 e **Silvio Cesar Queiroz Costa**, Defensor Público, matrícula nº 170227-X, como suplentes da aludida comissão de processo administrativo disciplinar.

Art. 3º - Estabelecer o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos da referida Comissão, consoante regra estabelecida no art. 173 da LC Estadual 13/1994 (Estatuto dos Servidores do Estado do Piauí), aplicável por determinação do art. 88 da LC Estadual 59/2005.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Francisca Hildete leal Evangelista Nunes
Defensora Pública Geral

Of. 239



COORDENADORIA DE ENFRENTAMENTO AS DROGAS

PORTARIA Nº 01/2015

TERESINA - PI, 16 DE ABRIL DE 2015

O Coordenador Geral da Coordenadoria de Enfrentamento as Drogas no uso das atribuições legais e em conformidade com Art. 2º do Decreto Estadual nº 11.758 de 09 de Junho de 2005 e o Decreto Estadual nº 13.565 de 10/03/2009, RESOLVE:

Art 1º designar o servidor **REGINALDO DE ARAUJO SANTIAGO**, CPF: 643.006.843-91 como portador de Suprimento de Fundo desta Coordenadoria em Teresina - PI.

Art 2º determinar que esta portaria entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sâmio Falcão Mendes
Coordenador Geral

Of. 153

LICITAÇÕES E CONTRATOS



Governo do Estado do Piauí
Empresa de Gestão de Recursos do Estado do Piauí S/A

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 007/2012

CONTRATO Nº 007/2012
CONTRATANTE: EMPRESA DE GESTÃO DE RECURSOS DO ESTADO DO PIAUÍ - EMGERPI
CONTRATADA: TRANSDelta LOCADORA LTDA ME
DO OBJETO: O presente Termo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº. 007/2012, por mais 06(seis) meses, conforme o disposto no artigo 57, II, da Lei nº 8.666/1993.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 57, inc. II da Lei nº 8.666/93
COBERTURA ORÇAMENTARIA: Unidade Orçamentária: 21205.04122902-146; Fonte de Recurso: 00; Elemento de Despesa: 339039
DATA: 14 de abril de 2015.
ASSINATURAS: JOSÉ RICARDO PONTES BORGES (Diretor Presidente), pela EMGERPI, e Artur Moura Napoleão do Rêgo, pela Empresa TRANSDeltaLOCADORA LTDA ME.

Of. 432



PUBLICAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS DE 2015



ORD	PROCESO	CONTRATO	PROCEDIMENTO	OBJETO / OBJETIVO	CONTRATADO	VIGÊNCIA	VALOR
01	171/15	001/2015	Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93	Aquisição de Reagentes	Presenius Hemocare Brasil Ltda	30 (Trinta) dias	4.834,19

JURANDIR MARTINS DOS SANTOS FILHO
Diretor Geral do HEMOPI

Of. 152



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL REGIONAL DEOLINDO COUTO - OERIRAS - PIAUÍ

AVISO DE CANCELAMENTO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2015 MODALIDADE: CONVITE Nº 001/2015

OBJETO: A prestação de serviços técnicos especializados para informatização do Hospital Regional Deolindo Couto - HRDC.

HOSPITAL REGIONAL DEOLINDO COUTO DE OERIRAS-PI. ATRAVÉS DE SUA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, TORNA PÚBLICO A TODOS OS INTERESSADOS QUE A LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONVITE Nº 001/2015, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA INFORMATIZAÇÃO DO HOSPITAL REGIONAL DEOLINDO COUTO - HRDC, ATRAVÉS DE LOCAÇÃO DE SISTEMAS ESPECÍFICOS PARA GERENCIAMENTO HOSPITALAR, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO DOS USUÁRIOS E SUPORTE TÉCNICO, EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NESTE EDITAL, FOI CANCELADA POR INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO E TOTAL INTERESSE E CONCORDÂNCIA DOS LICITANTES PARTICIPANTES.

OUTRAS INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS NA SALA DE LICITAÇÃO DO H.R.D.C., COM A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.

Oeiras, 15 de Abril de 2015.

José de Arimatéia Tomé de Sousa
Presidente da Comissão de Licitação - CPL

Of. 102



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ
HOSPITAL REGIONAL TIBÉRIO NUNES - FLORIANO-PI

O Hospital Regional Tibério Nunes vem ratificar as publicações abaixo:

Dispensa de licitação nº 70/2015 – Processo nº 70/2015
Empresa: Medica Hospitalar **Objeto:** Medicamentos
Valor: 4.571,85. Fundamentação: Art.24, inc. IV da Lei 8.666/93

Dispensa de licitação nº 82/2015 – Processo nº 82/2015
Empresa: Ricek **Objeto:** material de Limpeza
Valor: 1.770,00. Fundamentação: Art.24, inc. IV da Lei 8.666/93

Dispensa de licitação nº 91/2015 – Processo nº 91/2015
Contrato(a): F. de A Fernandes **Objeto:** manut. Equip. lavanderia.
Valor: 1.690,00. Fundamentação: Art.24, inc. IV da Lei 8.666/93

Dispensa de licitação nº 60/2015 – Processo nº 60/2015
Empresa: Control Pragas **Objeto:** Dedetização.
Valor: 4.135,82. Fundamentação: Art.24, inc. IV da Lei 8.666/93

Dispensa de licitação nº 93/2015 – Processo nº 93/2015
Empresa: Beethoven Brandão **Objeto:** Pneus.
Valor: 4.400,00. Fundamentação: Art.24, inc. IV da Lei 8.666/93

Dispensa de licitação nº 94/2015 – Processo nº 94/2015
Empresa: Beethoven Brandão **Objeto:** serv. de manut. veiculo.
Valor: 210,00. Fundamentação: Art.24, inc. IV da Lei 8.666/93

Of. 039



RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2015-CPL PROCESSO - 1093-2015

ÁGUAS E ESGOTOS DO PIAUÍ S/A-AGESPISA, com sede na Avenida Marechal Castelo Branco, nº 101 – N – Cabral, CEP: 64.000-810 em Teresina-PI, através da Comissão Permanente de Licitação – CPL, torna público, para conhecimento dos interessados, o resultado da empresa vencedora referente à **Tomada de Preços nº 01/15 -CPL**

EMPRESA VENCEDORA:
CONSTRUTORA LAURITA
CNPJ: 01.091.402/0001-01

O processo encontra-se na Comissão Permanente de Licitação – CPL, Maiores informações pelo telefone (86) 3222-0043.

Teresina, 16 de Abril de 2014

Carlos Alberto Matão Lemos
Presidente da CPL

Raimundo Nonato Farias Trigo
Diretor Presidente Interino

Of. 455



EXTRATO CONTRATUAL

PROCEDIMENTO: 002/2015

OBJETO: Contratação de empresa de Assessoria Jurídica.

CONTRATANTE: CENTRO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DE PICOS – CAMPI, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF de nº 14.360.356/0001-40, Organização Social Contrato de Gestão nº 419/2013 celebrado com o Estado do Piauí, a Secretaria Estadual de Saúde e o Município de Picos – PI.

CONTRATADO: FALCÃO E MENDES ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrito no CNPJ/MF de nº 15.753.525/0001-75, com sede na Rua Olavo Bilac, nº 1759, sala 07, centro sul, Teresina – PI.

VALOR DA CONTRATAÇÃO: R\$ 5.254,00 (cinco mil, duzentos e cinquenta e quatro reais).

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 05 de fevereiro de 2015.

VIGÊNCIA: 1 (um) mês.

Picos – PI, 05 de fevereiro de 2015.

MILENA VALDINÉIA DA SILVA
Diretora Geral

Of. 016

EXTRATO CONTRATUAL

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO: 006/2015

OBJETO: SERVIÇOS TERCEIRIZADOS NAS FUNÇÕES: AUXILIAR DE PORTARIA E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

CONTRATANTE: Centro de Assistência Médica de Picos – CAMPI, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF de nº 14.360.356/0001-40, Organização Social conforme Contrato de Gestão nº 419/2013 celebrado com o Estado do Piauí, a Secretaria Estadual de Saúde e o Município de Picos – PI, com sede na Avenida Senador Helvídio Nunes de Barros, nº 8182, Paraibinha, Picos - PI.

CONTRATADO: MANDACARU LOCAÇÕES E LIMPEZA – pessoa jurídica de direito privado, CNPJ: 17.052.294/0001-06, situada na Rua Antônio J. do Nascimento, 80, Centro, Alegrete do Piauí – PI.

VALOR DA CONTRATAÇÃO: O valor mensal deste contrato é de R\$ 16.476,24 (dezesseis mil quatrocentos e setenta e seis reais e vinte e quatro centavos).

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 06 de março de 2015.

Picos – PI, 06 de março de 2015.

MILENA VALDINÉIA DA SILVA
Diretora Geral

EXTRATO CONTRATUAL

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO: 004/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS CONTÁBIL.

CONTRATANTE: Centro de Assistência Médica de Picos – CAMPI, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF de nº 14.360.356/0001-40, Organização Social conforme Contrato de Gestão nº 419/2013 celebrado com o Estado do Piauí, a Secretaria Estadual de Saúde e o Município de Picos – PI, com sede na Avenida Senador Helvídio Nunes de Barros, nº 8182, Paraibinha, Picos - PI.

CONTRATADO: DATAPICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ Nº 06.270.154/0001-80, com sede na Rua São José nº 273, centro de Picos - PI

VALOR DA CONTRATAÇÃO: O valor mensal deste contrato é de R\$ 3.100,96 (três mil e cem reais e noventa e seis centavos)

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 30 de Março de 2015.

Picos – PI, 30 de Março de 2015.

MILENA VALDINÉIA DA SILVA
Diretora Geral

Of. 015



**ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO SÍTIO-PI**

AVISO DE LICITAÇÃO/TP07/2015

A Prefeitura Municipal de Lagoa do Sítio-PI, comunica que fará realizar às 09:00h do dia **05/05/2015**, procedimento licitatório na modalidade **Tomada de Preço n.º 07/2015**, objetivando a contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de **PNEUS, CÂMARAS DE AR, FILTRO LUBRIFICANTE, FILTRO DE AR, FILTRO COMBUSTÍVEL E ÓLEO LUBRIFICANTE**, para o suprimento da Frota de Veículos da Prefeitura Municipal de Lagoa do Sítio – PI e Secretarias Municipais durante o exercício financeiro/2015, fonte de recurso: FPM, FUNDEB 40%, FMS, ICMS, FE, CO-FINANCIAMENTO DO ESTADO e ORÇAMENTO GEERAL/2015. E que o Edital e seu Anexo encontram-se a disposição na Rua do FUNDEC n.º 675, Centro. PMLS/CPL.

Antônio Isalmir de Moura Matildes
Presidente da CPL.

**ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO SÍTIO-PI**

AVISO DE LICITAÇÃO/TP08/2015

A Prefeitura Municipal de Lagoa do Sítio-PI, comunica que fará realizar às 10:30h do dia **05/05/2015**, procedimento licitatório na modalidade **Tomada de Preço n.º 08/2015**, objetivando a contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de Material de Informática para o exercício/2015, fonte de recurso: FPM, FUNDEB 40%, CO – FINANCIAMENTO, FMS, PAB, FMAS, ICMS, FE e Recursos Próprios. E que o Edital e seu Anexo encontram-se a disposição na Rua do FUNDEC n.º 675, Centro. PMLS/CPL.

Antônio Isalmir de Moura Matildes
Presidente da CPL

P.P. 18703

PREFEITURA MUNICIPAL DE PICOS PIAUÍ

AVISO DE LICITAÇÃO

OMUNICÍPIO DE PICOS, através da **CPL**, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL n.º 029/2015**, do tipo **MENOR PREÇO POR GLOBAL, ADJUDIÇÃO POR ITEM**, em 30/04/2015, às 08:30H, tendo como objeto aquisição de carga de gás GPL envasado P-13, P-45 e vasilhames para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Picos e suas Secretarias. Valor estimado: R\$ 206.469,60. **RECURSO**: FPM, IPVA, ICMS, ARRECADADO, ISS, ITR E OUTRAS RECEITAS PRÓPRIAS, RECURSOS SUS, IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS SAÚDE, IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS MDE **EDITAL**: Setor de Licitações - Rua Marcos Parente, 155, centro, Picos, Piauí.

OMUNICÍPIO DE PICOS, através da **CPL**, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL n.º 030/2015**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE, ADJUDIÇÃO POR ITEM**, em 30/04/2015, às 10:00H, tendo como objeto contratação de empresa(s) para prestação de serviços de xérox, encadernação e plastificação, recarga de cartuchos e toner para impressoras, da Prefeitura Municipal de Picos-PI e suas Secretarias. Valor estimado: LOTE I – RECARGA CARTUCHO/TONER: R\$53.800,50; LOTE II – XÉROX: R\$31.050,00; LOTE III – ENCADERNAÇÃO E PLASTIFICAÇÃO: R\$9.865,00. **RECURSO**: FPM, IPVA, ICMS, ARRECADADO, ISS, ITR E OUTRAS RECEITAS PRÓPRIAS, QSE, FUNDEB 40%, RECURSOS FNAS, RECURSOS SUS, IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS SAÚDE, RECURSOS FNDE. **EDITAL**: Setor de Licitações - Rua Marcos Parente, 155, centro, Picos, Piauí.

OMUNICÍPIO DE PICOS, através da **CPL**, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL n.º 031/2015**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE, ADJUDIÇÃO POR ITEM**, em 30/04/2015, às 11:30H, tendo como objeto contratação de empresa(s) para

prestação de serviços de manutenção dos poços tubulares do Município de Picos-PI. Valor estimado: R\$ LOTE I-: R\$87.000,00; LOTE II: R\$71.200,00. **RECURSO**: FPM, IPVA, ICMS, ARRECADADO, ISS, ITR E OUTRAS RECEITAS PRÓPRIAS. **EDITAL**: Setor de Licitações - Rua Marcos Parente, 155, centro, Picos, Piauí.

Picos, 16 de abril de 2015.

Maycon João de Abreu Luz
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DO PIAUÍ-PI

AVISO DE LICITAÇÃO

OMUNICÍPIO DE PALMEIRA DO PIAUÍ-PI, através da **CPL**, torna público que realizará licitação, na modalidade **TOMADA DE PREÇOS N.º 002/2015**, do tipo **MENOR PREÇO E ADJUDIÇÃO GLOBAL**, em 06/05/2015 às 15:30h. Objeto Prestação de serviços de limpeza pública e coleta de lixo. **RECURSO**: Orçamento Geral/FMP/ISS/2015. **VALOR MENSAL**: R\$ 52665,83. Edital: Praça Né Luz, 322, Centro, Palmeira do Piauí-PI, fone/fax 89-3568-1206.

Palmeira do Piauí, 16 de abril de 2015.

Gardênia Pereira Lima
Presidente da CPL

P.P. 18707

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTO DO BURITI-PI

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Canto do Buriti - PI, realizará Concorrência n.º 001/2015, menor preço e adjudicação global, em 19/05/2015, às 08:30hs. Objeto: Construção de um CEPI – Centro de Educação da Primeira Infância - Creche Tipo “B”. Recursos: FPM, ICMS, Arrecadação Municipal e FNDE. Valor Previsto: R\$ 2.202.378,27. Abertura/Edital/Informações: Praça Santana, n.º 517, Centro – Tel: (89) 3531-2323.

Canto do Buriti (PI), 16 de abril de 2015.
Presidente da CPL

P.P. 18709

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA HORA-PI

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Boa Hora-PI, realizará licitação na modalidade Tomada de Preços n.º 001/2015, menor preço e adjudicação global, em 06/05/2015, às 08:30hs. Objeto: Contratação de empresa para execução dos serviços de construção do Centro de Referência de Assistência Social. Valor previsto: R\$ 353.750,00. Recursos: Orçamento do Município e Convênio firmado com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Contato: (86) 3241-1131. Retirada de Edital/Abertura dos Envelopes: Av. Pedro Coelho de Resende, Centro, Boa Hora-PI. Boa Hora (PI), 15 de abril de 2015. Presidente da CPL

P.P. 18710

CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL-PI

AVISO DE LICITAÇÃO

A Câmara Municipal de Cocal (PI), avisa aos interessados que fará realizar às 09:00 horas do dia 05/05/2015, a abertura da licitação na modalidade Tomada de Preços N.º 003/2015, do tipo Menor Preço Global, objetivando a contratação de empresa para a aquisição de combustível, para atender a Câmara Municipal de Cocal, com valor previsto de R\$38.784,90 que serão pagos com recursos próprios. O Edital encontra-se à disposição dos interessados na sede da Câmara Municipal de Cocal, com à CPL, sito à rua José Barcelos Fontenele, 530, Centro, fone (86)33621517, Cocal, Piauí. Cocal (PI), 16 de abril de 2015. Leandro Ferreira de Sousa-Presidente CPL.

P.P. 18711

PREFEITURAMUNICIPALDEMONTEALEGREDOPIAUI

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 013/2014 TOMADA DE PREÇO Nº 007/2014

Assinatura em 10 de abril de 2015. Publicado no mural da Prefeitura e no Jornal Diários dos Municípios. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Monte Alegre, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.554.232/0001-78 neste ato representado pelo seu Prefeito, Senhor Davinelson Soares Rosal portador do RG nº 765.853 SSP-PI e CPF nº 831.747.616-20, brasileiro, casado, residente e domiciliado Av. Luis Brandão, 89, centro Monte Alegre Piauí. CONTRATADA: JOSUE ALVES DA SILVA - ME, CNPJ: 13.006.562/0001-94, com sede na Av. José Honório Granja, nº S/N, bairro Cidade Nova, Cep: 64.978-000, em Morro Cabeça no Tempo, Estado do Piauí, neste ato representada pelo seu sócio – titular o senhor Josué Alves da Silva, CPF: 823.877.963-49. OBJETIVO: O presente termo aditivo tem como objetivo a PRORROGAÇÃO do prazo de execução e o prazo de vigência do Contrato firmado entre as partes em mais 04 (quatro) meses, e nos termos previstos alterando assim sua Cláusula décima do contrato que tem por objeto execução das obras de Reforma Geral e Construção do Abrigo de Resíduos Sólidos da Unidade de Saúde Anfrísio Neto Castelo Branco. DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS: Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes. PROCESSO ADMINISTRATIVO: 019/2014. MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO Nº 007/2014.

PREFEITURAMUNICIPALDEFLORIANO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 010/2015

Processo Administrativo 4699/2015. A PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANO, por intermédio da sua Comissão Permanente de Licitação – CPL comunica aos interessados que fará licitação na modalidade Pregão Presencial Para Sistema de Registro de Preços (do tipo menor preço por item), (art. 45, I, art. 15 da Lei nº 8.666/93); (art. 4, X da Lei Federal nº 10.520/02); às 09h, no dia 07/05/2015, na Sala de Reuniões desta Prefeitura Municipal (Centro Administrativo), situada na Praça Francisco Nunes, s/n, Centro, Floriano (PI), destinada ao REGISTRO DE PREÇO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS (ETANOL, GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL COMUM, ÓLEO DIESEL S-10 e ARLA) PARA ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS OFICIAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANO-PI, conforme especificado no processo administrativo, sob a regência da Lei nº 8666/93, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores. Fonte de Recursos: 001, 003, 004, 005, 006, 008, 009, 010. Poderão participar da licitação os fornecedores que tiverem especialidade correspondente e manifestem seu interesse. Valor Estimado Previsto: R\$ 0,01 (Hum centavo). O Edital completo estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura, que deverão comparecer munidos de pen drive ou outra mídia móvel.

AVISO DE LICITAÇÃO – REPETIÇÃO PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 006/2015

Processo Administrativo 0647/2015. A Prefeitura Municipal de Floriano, por intermédio da sua Comissão Permanente de Licitação – CPL, comunica aos interessados que fará abertura de licitação na modalidade Pregão Presencial Para Sistema de Registro de Preços (do tipo menor preço por item), (art. 45, I, art. 15 da Lei nº 8.666/93); (art. 4, X da Lei Federal nº 10.520/02); às 09h, no dia 08/05/2015, na Sala de Reuniões desta Prefeitura Municipal (Centro Administrativo), situada na Praça Francisco Nunes, s/n, Centro, Floriano (PI), destinada ao REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO – GLP (13 Kg e 45 kg) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE FLORIANO-PI, conforme especificado no processo administrativo, sob a regência da Lei nº 8666/93, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores. Fonte de Recursos: 001, 004, 005, 006, 008, 009, 010. Poderão participar da licitação os fornecedores que tiverem especialidade correspondente e manifestem seu interesse. Valor Estimado Previsto: R\$0,01 (hum centavo). O Edital completo estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura, que deverão comparecer munidos de pen drive ou outra mídia móvel.

Floriano (PI), 16 de abril de 2015.
ROGÉRIO DE MOURA MARQUES
Pregoeiro Municipal

P.P. 18705

OUTROS

De MINDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA CNPJ 04.626.098/0001-48, toma público que requereu à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAR, Licença Prévia de Instalação e Outorga Preventiva com vistas a reservar determinado volume outorgável, para: 14.400m³/ano. Empreendimento: Poço Tubular. Denominação da fonte: Loteamento Santana III data Formosa, Zona Rural do município de Teresina-Piauí. Localização geográfica: S 05° 09' 35,48" e W 42° 40' 54,20"; Localização hidrográfica: Bacia-Parnaíba; Sub-bacia-Dif Médio Parnaíba; Finalidade: Industrial.

M.M.C. METAL CARAJÁS LTDA – CNPJ 11.474.4585/0001-09 – Toma pública que requereu junto à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí – SEMAR-PI, Licença Prévia e de Instalação e Outorga Preventiva para perfuração de um poço tubular na localidade “lotes no. 19 a 23, Quadra H. Loteamento Polo Empresarial Sul – Teresina (PI)”. Coordenadas Geográficas: 05°12'17,6" S e 42°44'45,9" W. Bacia do Parnaíba, Sub-Bacia Médio Parnaíba. Consumo anual 3.650 m³/ano, para consumo humano

P.P. 18705

PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PIAUÍ 2ª Vara/PI

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

O DOUTOR MÁRCIO BRAGA MAGALHÃES, Juiz Federal da 2ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Piauí/1 Região.

FAZ SABER

a quem possa interessar e para conhecimento de terceiros do INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA promove, neste Juízo Federal, AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA, Processo nº 35038-48.2014.4.01.4000, classe 05118, contra SANTO AUGUSTO NE ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA, CNPJ nº 07.082.462/0001-44, com sede na Alameda Rio Negro, nº 585, Ed. Paduaui, 5º andar, Conjunto 51C, Alphaville Centro Industrial e Empresarial, Baueri, Estado de São Paulo, proprietário do imóvel rural denominado “PATOS e PATINHOS”, com área registrada de 958,3087 ha (novecentos e cinquenta e oitos hectares, trinta ares e oitenta e sete centiares), como atesta os assentos nº R-1-1.877, fls. 51/51v, Livro 2-II R-1-1.186, fls. 50/50v, Livro 2-I e R-1-1.185, fls. 49/49v, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Monsenhor Gil/PI, encravado no município de Curralinhos, neste Estado, tendo sido o imóvel *suso-referido* declarado de interesse social, para fins de reforma agrária. E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam, no futuro, alegar ignorância, expedi o presente edital, que será publicado e afixado, na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Teresina, Capital do Estado do Piauí, em 06 de fevereiro de 2015. Eu, Sheila Maria Barradas Monteiro de Santana, Técnico Judiciário, o digitei. E eu, Raimundo Nonato Rodrigues Bezerra, Diretor de secretaria da 2ª vara, conferi e subscrevi.

P. P. 18704

ALESAT COMBUSTÍVEIS S/A, CNPJ: 23.314.594/0048-74, localizada na Av. Dep. Paulo Ferraz, s/n, Pátio Ferroviário do Itararé, Livramento, Teresina/PI, torna público que recebeu da SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS – SEMAM em 26/03/2015, a Licença Ambiental de Operação nº 068/2015, com data de validade até 26/03/2016 para atividade de COMÉRCIO ATACADISTA DE ÁLCOOL CARBURANTE, DIODIESEL, GASOLINA E DEMAIS DERIVADOS DE PÉTRÓLEO.

P.P. 18708

Diário Oficial

14



Teresina(PI) - Sexta-feira, 17 de abril de 2015 • Nº 71

EÓLICA PEDRA DO SAL S.A.

CNPJ nº 08.448.356/0001-02 - NIRE 22 3 0000820-0

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Eólica Pedra do Sal S.A. ("Pedra do Sal" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário.

1. Perfil Institucional

A Companhia tem autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para estabelecer-se como produtora independente de energia elétrica mediante a exploração do Parque Eólico Pedra do Sal, situado no município de Parnaíba, estado do Piauí.

O parque eólico, em operação comercial desde dezembro de 2008, tem capacidade instalada de 18 MW¹ e capacidade comercial de 5,7 MW médios, totalmente contratada com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) até o ano de 2028, por meio do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa).

2. Controle Acionário

A totalidade do capital social da Pedra do Sal pertence à Tractebel Energias Complementares Participações Ltda. (TBLP), uma holding controlada pela Tractebel Energia S.A. (Tractebel Energia), a maior companhia privada de geração de energia elétrica do Brasil.

3. Ambiente Macroeconômico

Ao longo de 2014, os indicadores econômicos apontaram para a desaceleração da atividade econômica no Brasil. Segundo o boletim Focus, divulgado pelo Banco Central do Brasil (Bacen), a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) é de 0,15%, inferior em 2,15 p.p. ao registrado em 2013.

4. Desempenho Operacional

Em 2014, a geração total bruta de Pedra do Sal alcançou 63,8 GWh, inferior em 2,6% em relação aos 65,5 GWh gerados em 2013.

¹ As informações não financeiras contidas nestas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, entre outras não são examinadas pelos auditores independentes.

O índice de disponibilidade, desconsiderando-se as paradas programadas, atingiu 98,4% no ano de 2014, 0,8 p.p. menor do verificado em 2013, que foi de 99,2%. Quando consideradas todas as paradas, a disponibilidade global em 2014 foi de 89,7% (98,2% em 2013).

5. Desempenho Econômico-Financeiro:

a) Principais indicadores

Indicadores	2014	2013	Variação %
Receita líquida de vendas	18.885	18.288	3,26
Lucro bruto	10.181	9.918	2,65
Margem bruta	53,9%	54,2%	(0,3) p.p.
EBITDA (Lajida) ¹	14.548	14.380	1,17
Margem EBITDA (Lajida) ²	77,0%	78,6%	(1,6) p.p.
Resultado financeiro	(2.029)	(3.360)	(39,61)
Lucro líquido do exercício	7.279	6.151	18,34
Margem líquida	38,5%	33,6%	4,9 p.p.

¹ EBITDA (Lajida): lucro líquido + imposto de renda e contribuição social + despesas financeiras, líquidas + depreciação e amortização.

² Margem EBITDA (Lajida): EBITDA/receita líquida de vendas.

b) Principais comentários sobre o desempenho econômico e financeiro

O crescimento do lucro líquido entre os exercícios comparados decorreu, substancialmente, da elevação da receita de venda de energia e do aumento da receita de aplicação financeira da Companhia.

6. Agradecimentos

A Administração de Pedra do Sal agradece a contribuição de todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia no ano de 2014.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31.12.2014	31.12.2013	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31.12.2014	31.12.2013
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	12.221	12.442	Fornecedores		334	353
Contas a receber de clientes	5	5.090	5.189	Financiamento	10	4.611	4.326
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	6	102	544	Dividendos	11	1.729	4.009
Outros créditos fiscais a recuperar	7	1.509	1.412	Outros passivos circulantes		116	102
Outros ativos circulantes		214	250			6.790	8.790
		19.136	19.837				
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Realizável a longo prazo				Financiamento	10	49.237	53.693
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	6	1.550	780			49.237	53.693
Outros créditos fiscais a recuperar	7	2.897	4.060	Patrimônio líquido	11		
Depósitos vinculados	8	2.914	2.685	Capital social		33.133	33.133
		7.361	7.525	Reservas de lucros		806	442
Imobilizado	9	68.655	73.071	Dividendos adicionais propostos		5.186	4.382
Intangível		-	7			39.125	37.957
		76.016	80.603	Total		95.152	100.440
Total		95.152	100.440				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31.12.2012	33.133	134	1.910	-	35.177
Dividendos aprovados pela AGO	-	-	(1.910)	-	(1.910)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	6.151	6.151
Destinações propostas à AGO:					
- Reserva legal	-	308	-	(308)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(1.461)	(1.461)
- Dividendos adicionais propostos	-	-	4.382	(4.382)	-
Saldos em 31.12.2013	33.133	442	4.382	-	37.957
Dividendos aprovados pela AGO	-	-	(4.382)	-	(4.382)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	7.279	7.279
Destinações propostas à AGO:					
- Reserva legal	-	364	-	(364)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(1.729)	(1.729)
- Dividendos adicionais propostos	-	-	5.186	(5.186)	-
Saldos em 31.12.2014	33.133	806	5.186	-	39.125

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua →*

* continuação		EÓLICA PEDRA DO SAL S.A.			
		CNPJ nº 08.448.356/0001-02 - NIRE 22 3 0000820-0			
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013		DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013			
(Em milhares de reais)		(Em milhares de reais)			
	Nota	31.12.2014	31.12.2013		
	12	18.885	18.288		
Receita líquida de vendas				Fluxo de caixa das atividades operacionais	31.12.2014
Custos da energia vendida				Lucro antes dos tributos	6.490
Pessoal		(144)	(69)	Ajustes para conciliar o lucro:	
Serviços de terceiros		(2.564)	(2.229)	Depreciação e amortização	4.528
Encargos de uso da rede elétrica		(891)	(829)	Juros sobre financiamento	3.861
Depreciação e amortização		(4.528)	(4.530)	Juros sobre depósitos vinculados	(285)
Aluguéis		(470)	(469)	Baixa de bens do ativo imobilizado	1
Outros		(107)	(244)	Lucro ajustado	16.096
		(8.704)	(8.370)	Redução (aumento) nos ativos	
Lucro bruto		10.181	9.918	Contas a receber de clientes	99
Receitas (despesas) operacionais				Imposto de renda e contribuição social a recuperar	(328)
Despesas gerais e administrativas				Outros créditos fiscais a recuperar	1.066
Serviços administrativos		(129)	(126)	Depósitos vinculados	56
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(32)	58	Outros ativos	38
		(161)	(68)	(Aumento) redução nos passivos	
Lucro antes do resultado financeiro		10.020	9.850	Fornecedores	(19)
Receitas (despesas) financeiras				Imposto de renda e contribuição social	(712)
Renda de aplicações financeiras		1.606	589	Outros passivos	14
Renda de depósitos vinculados		285	201	Caixa gerado pelas operações	16.308
Juros sobre financiamento	10	(3.861)	(4.090)	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-
Outras despesas financeiras, líquidas		(59)	(60)	Pagamento de juros sobre financiamento	(3.873)
		(2.029)	(3.360)	Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	12.435
Lucro antes dos tributos		7.991	6.490	Atividades de investimento	
Imposto de renda	13	(517)	(238)	Aplicação no imobilizado	(106)
Contribuição social	13	(195)	(101)	Caixa líquido das atividades de investimento	(106)
Lucro líquido do exercício		7.279	6.151	Atividades de financiamento	
A Companhia não possui resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração específica relativa a este resultado.					
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.					
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013					
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)					
1 - CONTEXTO OPERACIONAL					
A Eólica Pedra do Sal S.A. ("Pedra do Sal" ou "Companhia"), com sede no município de Parnaíba, estado do Piauí (PI), foi constituída em 07.11.2006, com o objeto de projetar, construir, implantar, operar e manter a Usina, bem como o respectivo sistema de transmissão associado, comercializar a energia elétrica e desenvolver atividades direta ou reflexamente relacionadas à consecução de seu objetivo social.					
A Pedra do Sal não tem empregados e sua administração é realizada pela controladora indireta Tractebel Energia, que cobra pela prestação de serviços e reembolso das despesas incorridas com pessoal diretamente dedicado às atividades da usina.					
2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS					
As demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor e o real como moeda funcional.					
A Administração, quando necessário, se baseia em julgamentos e estimativas para o registro de certas transações. As principais estimativas utilizadas pela Companhia que afetam suas demonstrações contábeis são as vidas úteis do ativo imobilizado.					
As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 30.03.2015.					
3 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS					
a) Ativos e passivos financeiros					
a.1) Caixa e equivalentes de caixa					
São mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo e são compostos pelo caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata sem risco significativo de mudança de valor de mercado.					
As aplicações financeiras são classificadas como ativos financeiros mantidos para negociação, em função da intenção de resgate no curto prazo, estando registradas pelo custo de aquisição e mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.					
a.2) Contas a receber de clientes					
São registradas inicialmente pelo valor da venda e posteriormente pelo custo amortizado.					
a.3) Depósitos vinculados					
São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. Inicialmente são contabilizados pelo valor depositado e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações do valor justo são reconhecidas no resultado quando auferidas.					
a.4) Financiamento					
É reconhecido inicialmente pelo valor justo e posteriormente mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.					
b) Imobilizado					
São registrados ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel - as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam a vida útil estimada dos bens. As vidas úteis dos ativos relativos aos investimentos iniciais previstos no Projeto Original são limitadas ao prazo da autorização da usina.					
c) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado - Impairment					
A Companhia avalia periodicamente os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis dessas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis.					
d) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes					
Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, reduzido de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridas.					
e) Reconhecimento da receita de venda de energia					
A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre a mesma.					
f) Contrato de arrendamento					
Os arrendamentos mantidos pela Companhia são considerados como operacional,					

**EÓLICA PEDRA DO SAL S.A.**

CNPJ nº 08.448.356/0001-02 - NIRE 22 3 0000820-0

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

onde os valores contratados são reconhecidos no resultado durante a vigência do contrato.

g) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis.

4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2014	31.12.2013
Caixa e depósitos bancários à vista	1.157	1.248
Citibank - Fundo de Investimento Exclusivo		
Operações Compromissadas com Títulos Públicos Federais¹		
Nota do Tesouro Nacional (NTN - B)	2.108	938
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	8.956	10.256
	11.064	11.194
	12.221	12.442

A Companhia é participante do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora indireta, Tractebel Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo, o qual pode ter suas cotas resgatadas a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos.

¹ São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais.

5 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31.12.2014	31.12.2013
Faturamento mensal	2.423	2.476
Ajuste financeiro anual	2.667	2.713
	5.090	5.189

Referem-se a valores vencidos a receber da Eletrobras pela venda da totalidade da sua energia assegurada através do Proinfa. Os valores faturados mensalmente são recebidos em parcelas iguais em 20, 30 e 40 dias após o mês de competência do faturamento.

De acordo com os termos do contrato, o faturamento mensal da energia é composto por duas parcelas: (i) uma relativa à energia contratada, cuja base é a energia assegurada do parque eólico; e (ii) a outra referente ao ajuste financeiro, que corresponde à diferença entre a energia contratada e a efetivamente gerada pelo parque eólico. Este ajuste financeiro é apurado ao final de cada ano e compensado com o faturamento mensal correspondente ao ano seguinte, na proporção de 1/12 por mês.

6 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

	31.12.2014	31.12.2013
Circulante		
Imposto de renda	82	417
Contribuição social	20	127
	102	544
Não circulante		
Imposto de renda	981	592
Contribuição social	569	188
	1.550	780

A Companhia ingressou, no ano de 2014, com pedido de restituição de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 1.550.

7 - CRÉDITOS FISCAIS A RECUPERAR

Referem-se a créditos de PIS e Cofins decorrentes de aquisições de máquinas e equipamentos e de gastos com a construção de edificações para a implantação do parque eólico.

Os créditos relativos às aquisições de máquinas e equipamentos podem ser compensados no próprio mês de sua constituição e os oriundos de gastos com a construção de edificações são compensados mensalmente na proporção de 1/24 avos.

8 - DEPÓSITOS VINCULADOS

Refere-se ao valor aplicado em conta reserva para garantir o pagamento dos serviços da dívida, em cumprimento às exigências contidas no contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

9 - IMOBILIZADO

a) Composição	Taxa média de depreciação %	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	31.12.2014	31.12.2013
Em serviço						
Edificações e benfeitorias	3,37	1.899	(402)	1.497	1.560	1.560
Máquinas e equipamentos	4,76	93.675	(26.536)	67.139	71.442	71.442
Móveis e utensílios	6,25	31	(12)	19	22	22
		95.605	(26.950)	68.655	73.024	73.024
Em curso						
						47
		95.605	(26.950)	68.655	73.071	73.071

b) Mutação

	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldos em 31.12.2012	1.623	75.874	26	26	77.523
Ingressos	-	21	-	47	68
Transferências	1	-	(1)	-	-
Depreciação	(64)	(4.453)	(3)	-	(4.520)
Saldos em 31.12.2013	1.560	71.442	22	47	73.071
Ingressos	-	-	-	106	106
Transferências	1	152	-	(153)	-
Depreciação	(64)	(4.454)	(3)	-	(4.521)
Baixas	-	(1)	-	-	(1)
Saldos em 31.12.2014	1.497	67.139	19	-	68.655

c) Autorização do órgão regulador

A Companhia é detentora da autorização para exploração do Parque Eólico Pedra do Sal, com capacidade instalada de 18 MW, pelo prazo de 30 anos a contar da data de 02.10.2002.

10 - FINANCIAMENTO

a) Composição	31.12.2014		31.12.2013			
	Não Circulante		Não Circulante			
BNDES	Circulante	circulante	Total	Circulante	circulante	Total
Principal	4.456	49.237	53.693	4.159	53.693	57.852
Encargos	155	-	155	167	-	167
	4.611	49.237	53.848	4.326	53.693	58.019

b) Mutação

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2012	3.815	58.159	61.974
Juros	4.090	-	4.090
Transferências	4.466	(4.466)	-
Amortização de principal	(3.882)	-	(3.882)
Pagamento de juros	(4.163)	-	(4.163)
Saldos em 31.12.2013	4.326	53.693	58.019
Juros	3.861	-	3.861
Transferências	4.456	(4.456)	-
Amortização de principal	(4.159)	-	(4.159)
Pagamento de juros	(3.873)	-	(3.873)
Saldos em 31.12.2014	4.611	49.237	53.848

c) Vencimentos do financiamento apresentado no passivo não circulante

Ano	Valor
2016	4.774
2017	5.115
2018	5.481
2019	5.872
2020	6.292
2021 a 2023	21.703
	49.237

continua →

* continuação		EÓLICA PEDRA DO SAL S.A.		
		CNPJ nº 08.448.356/0001-02 - NIRE 22 3 0000820-0		
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013				
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)				
d) Condições contratadas				
Juros: TJLP ² + 1,92% a.a. (a TJLP que exceder 6% a.a. é incorporada ao principal). Amortização: Mensal até o vencimento do contrato, em dezembro de 2023.				
e) Garantias				
As garantias são as seguintes: (i) Alienação fiduciária de bens e equipamentos; (ii) Totalidade das ações representativas do capital social; e (iii) Recebíveis e conta reserva do serviço da dívida.				
f) Compromisso contratual (covenant)				
O <i>covenant</i> (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ³ ≥ 1,3) está sendo integralmente atingido pela Companhia.				
² Taxa de juros de longo prazo.				
³ Índice de Cobertura do Serviço da Dívida: Geração de caixa da atividade/ Serviço da dívida.				
11 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
a) Capital social				
O capital social da Companhia em 31.12.2014 e 31.12.2013 é de R\$ 33.133, totalmente subscrito e integralizado, representado por 33.133.110 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, das quais 33.133.109 pertencem a TBLP, controlada da Tractebel Energia.				
b) Reservas de lucros e dividendos mínimos obrigatórios				
A Companhia constituiu reserva legal correspondente a 5% do lucro líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios correspondem a 25% do lucro líquido ajustado.				
c) Dividendos adicionais propostos				
A Companhia está propondo para aprovação da AGO de 2015 a distribuição de dividendos adicionais propostos no montante de R\$ 5.186.				
12 - CONCILIAÇÃO DA RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS				
Em atendimento às exigências do CPC 30 - Receitas, a tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita líquida de vendas:				
	31.12.2014	31.12.2013		
Receita operacional bruta				
Suprimento de energia elétrica	20.810	20.153		
Deduções da receita operacional				
PIS e Cofins	(1.925)	(1.865)		
Receita líquida de vendas	18.885	18.288		
13 - CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS NO RESULTADO				
	31.12.2014		31.12.2013	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos tributos	7.991	7.991	6.490	6.490
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Despesa às alíquotas nominais	1.998	719	1.623	584
Diferenças permanentes:				
Depreciação acelerada				
incentivada	(1.225)	(441)	(1.224)	(440)
Outras	(232)	(84)	(161)	(43)
	541	195	238	101
Dedução adicional	(24)	-	-	-
Imposto no resultado	517	195	238	101
Alíquota efetiva	6,47%	2,44%	3,67%	1,56%
Em 31.12.2014, a Companhia possui R\$ 15.932 (R\$ 16.860 em 31.12.2013) de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social cujos créditos fiscais diferidos não foram reconhecidos em função de sua baixa probabilidade de recuperação, visto a expectativa de futura mudança de regime tributário do "Lucro real" para "Lucro presumido".				
14 - GERENCIAMENTO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS				
a) Gestão de risco				
Para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, a Companhia segue integralmente as regras do Comitê de Gerenciamento de Riscos da Tractebel Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco a seguir descritos.				
a.1) Risco de mercado				
Estes riscos estão relacionados com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas ao seu financiamento - a TJLP, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. O saldo da dívida contratada com essa característica em 31.12.2014 é de R\$ 53.848. De acordo com a análise de sensibilidade preparada pela Companhia, para cada 0,5 p.p. de aumento da TJLP, os juros anuais da Companhia seriam elevados em R\$ 258.				
a.2) Risco de crédito				
Nas operações de aplicação no mercado financeiro, a Companhia prioriza a aplicação em títulos públicos, possuindo também política de determinação de limites de crédito para as instituições financeiras, que é revisada periodicamente pelo Comitê Financeiro da controladora indireta Tractebel Energia, com base em critérios internos e em ratings divulgados pelas agências classificadoras de risco.				
a.3) Risco de liquidez				
A Companhia, no intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, utiliza a política de caixa mínimo, revisado anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.				
b) Valor de mercado dos instrumentos financeiros				
O valor contábil do financiamento com BNDES corresponde ao valor justo desse instrumento para empreendimentos equivalentes. A Companhia não detém contrato de troca de índices ou moeda (<i>swaps</i>) ou que envolva operações com derivativos. O valor justo das aplicações financeiras está avaliado pelos preços cotados em mercado ativo das operações e ativos financeiros que compõem o Fundo de Investimento Exclusivo.				
15 - COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO				
a) Contrato de uso do sistema de distribuição				
A Companhia mantém contrato com a Companhia Energética do Piauí (Cepisa) para uso do sistema de distribuição, cuja vigência é pelo prazo da autorização ou a extinção da transmissora, o que ocorrer primeiro. Em 31.12.2014 o saldo a realizar do contrato é de R\$ 17.663 (R\$ 19.343 em 31.12.2013).				
b) Contrato de venda de energia				
A Pedra do Sal possui energia contratada com a Eletrobras, através do Proinfa, até 2028. O valor remanescente do contrato em 31.12.2014 é de R\$ 260.194 (R\$ 262.505 em 31.12.2013).				
c) Contrato de operação e manutenção				
A Companhia mantém contrato de operação e manutenção de aerogeradores com a empresa Wobben Windpower Indústria e Comércio Ltda., vigente até 12.02.2021 e atualizado anualmente pelo IGP-M. O valor remanescente do contrato em 31.12.2014 é de R\$ 10.646.				
d) Contrato de arrendamento				
A Companhia possui um contrato de arrendamento operacional do terreno onde está localizado o seu parque eólico, com vigência até janeiro de 2029, com possibilidade de renovação de acordo com a vontade das partes envolvidas. O valor mensal pago corresponde a um percentual sobre a receita operacional bruta.				
16 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS				
A Companhia mantém contrato com a sua controladora indireta Tractebel Energia, com início em 01.01.2014 e prazo de duração de quatro anos, cujo objeto é a prestação de serviços administrativos e financeiros. Os valores contratados são reajustados anualmente pela variação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC). O valor anual do contrato é de R\$ 83 (base 2015).				
DIRETORIA EXECUTIVA		CONTADOR		
José Carlos Cauduro Minuzzo Diretor Presidente	Sergio Roberto Maes Diretor Técnico-Operacional	Marcelo Cardoso Malta Diretor Administrativo e Financeiro	Márcio dos Santos Rosa CRC SC-023609/O-7 continua →*	

EÓLICA PEDRA DO SAL S.A.	
CNPJ nº 08.448.356/0001-02 - NIRE 22 3 0000820-0	
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
<p>* continuação</p> <p>Aos Conselheiros, Diretores e Acionistas da Eólica Pedra do Sal S.A. Parnaíba - PI</p> <p>Examinamos as demonstrações financeiras da Eólica Pedra do Sal S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.</p> <p>Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.</p> <p>Responsabilidade dos auditores independentes Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.</p> <p>Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações</p>	<p>financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.</p> <p>Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.</p> <p>Opinião Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eólica Pedra do Sal S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p> <p style="text-align: right;"> Florianópolis, 30 de março de 2015</p> <p>KPMG Auditores Independentes Claudio Henrique Damasceno Reis CRC SC-000071/F-8 Contador CRC SC-024494/O-1</p>

P.P. 18706

EDITAL

O Sr. **EMANOELMESSIAS OLIVEIRA MARTINS**, inscrito no CPF: 362.626.333-91, toma público que **REQUEREU** junto a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAR, a **RENOVAÇÃO** da Autorização de Desmate – ADD nº 01.000069/14 e AA.130.1.006397/11-02 da **FAZENDA SETE LAGOAS**, localizado na zona rural do município de Curimatá-PI.

EDITAL

ASra. **EVELYNEDOURADO PARANAGUÁ MARTINS**, inscrita no CPF: 500.884.323-00, toma público que **REQUEREU** junto a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAR, a **RENOVAÇÃO** da Autorização de Desmate – ADD nº 01.000068/14 e AA.130.1.006394/11 da **FAZENDA SETE LAGOAS II**, localizado na zona rural do município de Curimatá-PI.

EDITAL

O Sr. **EMANOELMESSIAS OLIVEIRA MARTINS**, inscrito no CPF: 362.626.333-91, toma público que **REQUEREU** junto a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAR, a **MUDANÇA de TITULARIDADE** da Licença de Instalação nº 6390/11 e Autorização de Desmate – ADD nº 6391/11, bem como a **RENOVAÇÃO** da Autorização de Desmate – ADD nº 01.00070/14 e AA.130.1.006391/11-56 da **FAZENDA SETE LAGOAS I**, localizado na zona rural do município de Curimatá-PI, anteriormente titulado **JACOB NOGUEIRA PARANAGUÁ FILHO**, inscrito no CPF/MF sob o nº 579.091.723-20

P.P. 18701

A COOTASP - Cooperativa dos Transportadores Autônomos do Sul do Piauí, inscrita no CNPJ: 05.755.835/0001-75 e Inscrição estadual: 19532033-6, localizada na Rua: Candeias, 528, Bairro: Portal do Cerrado, CEP: 64860-000, cidade de Uruçuí-PI, vem através deste tornar público a sua atual diretoria, assim como os nomes de seus associados.

DIRETORIA: PRESIDENTE- Paulo Roberto Luccas Alves, VICEPRESIDENTE- Daione Marcos Cassol, SECRETÁRIO- Amilton Toledo Pereira, TESOREIRA- Jane Terezinha Bueno Cordasso, CONSELHO FISCAL- Carlos Alberto Dietrich, Roger da Luz Dietrich, Gedeon Carvalho Borges.

RELACÃO DOS SÓCIOS: Álvaro Mateo Cucolotto, Antônio Camilo dos Santos, Anderson Chagas da Silva, Anderson de Lima, Airon Barreiras Santos, Amilton Toledo Pereira, Armando Eberhart, Aureliano Fonseca Damasceno, Carlos Alberto Dietrich, Cleciane da Silva Trindade, Candido Neto Duarte do Lago, Daniel Verner Pinto Sandes, Daione Marcos Cassol, Edmo Nunes Rosa, Erivalda Chirle Oliveira Correia, Francisco Erivaldo Medeiros de Araujo, Evaldo Gomes dos Santos, Gabriel Cassiano Gomes Brito, Gedeon Carvalho Borges, Cleyson Araújo da Rocha, Gilson Alves de Andrade, Helano Pereira de Sá, Jane Terezinha Bueno Cordasso, Juvancy Fontinele Cavalcante, José Heriberto dos Santos, José Valcy Coutinho, Marcos Aparecido da Silva, Paulo Roberto Luccas Alves, Pedro Ribeiro de Sousa Filho, Rosivaldo Barreto Costa, Tirson Andrade, Roger da Luz Dietrich, Ronaldo de Almeida da Fonseca, Salviano de Sousa Antunes, Claudir Francisco de Quadros, Natanael Ribeiro da Silva, José Euzie Malveira Sousa, Salomão Pereira de Sousa Neto, Rubens Alberes Rodrigues Mendes, Luiz Rodrigues Neto, Edinaldo Manoel Nativo, José Alesandro da Silva Simplicio, Genesio Francisco Marcos, Antônio Carlos Tolfo, Francisco Ilário Vieira da Silva.

P.P. 18702



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE TRANSPORTES - SETRNAS

**EDITAL DE SUSPENSÃO
SUSPENSÃO DE AUTORIZAÇÃO DO
SERVIÇO DE FRETAMENTO**

A Secretaria de Estado de Transportes do Piauí comunica e notifica a Empresa **João Turismo Ltda.**, que, por ter infringido por desvio de finalidade, ao § 2º do art. 137 do Decreto nº 14.538 de 20.07.2011, e esgotados os prazos concedidos para o contraditório e a ampla defesa, fica suspensa pelo prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias a autorização do serviço de fretamento concedida pela SETRANS.

Teresina, PI, 09 de abril de 2015

Guilhermano Pires Ferreira Corrêa
Secretário de Estado de Transportes do Piauí

Of. 053



Ministério
de Minas
e Energia



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2014

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Companhia Energética do Piauí apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas encontra-se à disposição dos interessados.

O exercício de 2014 foi marcado pela continuidade das importantes transformações iniciadas em todo o Setor Elétrico Brasileiro, com a edição da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei 12.783 de 11 de janeiro de 2014, que dispõe sobre a prorrogação das concessões do serviço de energia elétrica no país, de forma a assegurar a continuidade, a eficiência, a modicidade tarifária e o atendimento a critérios de racionalidade operacional e econômica na prestação do serviço.

Essas mudanças estruturais impuseram um novo patamar de custos operacionais e a necessidade de definição de novas fontes de financiamento para a expansão da Empresa, com vistas à manutenção dos investimentos no Sistema Elétrico, indispensáveis para o crescimento social e econômico do Estado.

Registre-se também que a Empresa passou pelo Terceiro Ciclo de Revisão Tarifária Periódica, processo conduzido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que visa estabelecer os níveis tarifários e de qualidade do serviço para os próximos quatro anos, cujos resultados estão expressos no presente relatório.

Cabe ressaltar, ainda, que o ano foi marcado por forte estiagem, que obrigou o Sistema Interligado Nacional - SIN a fazer uso intenso da geração térmica, provocando elevação conjuntural dos custos da energia, com forte repercussão no fluxo de caixa da empresa.

Nesse ambiente de grandes transformações, várias ações estão em andamento, com vistas ao ajuste necessário para a manutenção da qualidade do serviço e para o atendimento à grande expansão da demanda por energia no Piauí, que tem registrado elevado crescimento nos últimos anos, ultrapassando o crescimento nacional. Em 2014, o consumo de energia elétrica aumentou em 7,7% encerrou o ano com 1.144.330 consumidores, isso obriga a empresa a assumir um patamar mais elevado de investimentos para garantir a oferta de energia com qualidade a todos os clientes.

Apesar dos aspectos desfavoráveis, a empresa conseguiu em 2014 alcançar um feito extraordinário, ao completar 150 mil atendimentos pelo Programa Luz para Todos, PLPT, no Estado do Piauí, ultrapassando assim a meta inicial do Programa, que previa o atendimento 149.600 famílias da zona rural do estado, que não possuíam energia elétrica em suas casas. Isso significa que mais de 700 mil pessoas melhoraram suas condições de vida a partir da ação da Eletrobras Distribuição Piauí, de 2004 até aqui.

Novas demandas têm surgido com o crescimento vegetativo da população e o retorno das famílias para as comunidades rurais atendidas pelo PLPT. Por estas razões encontram-se assegurados recursos para atender mais de 11 mil famílias, através de um novo contrato de financiamento já assinado com a Eletrobras holding e a Caixa Econômica Federal - CEF.

Em 2014, a Companhia realizou investimentos da ordem de R\$ 132.432 mil. O Plano de Obras contemplou a execução de vários empreendimentos para expansão e melhoria dos sistemas de distribuição, subtransmissão e infraestrutura, com destaque para a energização das subestações de 69 kV, SE Ribeiro Gonçalves e SE Baixa Grande do Ribeiro, no cerrado piauiense, que darão

suporte ao desenvolvimento da agroindústria naquela próspera região, além da SE Barras e das respectivas linhas de distribuição de interligação a estas subestações. É de relevo registrar, ainda, a realização de diversos investimentos, com recursos próprios, na área de operação do sistema elétrico, visando melhoria dos níveis de tensão e de continuidade, resultando no aumento da qualidade da energia fornecida a várias regiões.

Quanto ao desempenho econômico financeiro, há de se destacar que a Companhia registrou em 2014, uma receita operacional bruta no montante de R\$ 1.704.386 mil, apresentando um crescimento de 22,0%, enquanto que a receita líquida cresceu 26,8%, quando comparadas a 2013.

Por sua vez, o custo do serviço com energia elétrica, custo de operação, custo de construção e as despesas operacionais tiveram um decréscimo de 18,6%, comparativamente ao exercício anterior. O custo do PMSO situou-se abaixo do regulatório, o que retrata uma gestão austera das despesas.

O resultado financeiro apresentou uma despesa líquida superior em 143% ao resultado obtido em 2013. Este resultado ocorreu principalmente em função dos encargos de dívida e variações monetárias.

O ano de 2015 se apresenta para a empresa com um grande desafio, que é a renovação de sua concessão, o que vem exigindo um árduo trabalho de melhoria dos indicadores de qualidade do fornecimento de energia e do desempenho econômico financeiro da empresa.

2. AMBIENTE ECONÔMICO DA ÁREA DE CONCESSÃO E PERFIL DA EMPRESA

Cenários Econômicos e Perspectivas

O Estado do Piauí é constituído por 224 municípios, abrangendo uma área de 251.529 km², que corresponde a 16% da região Nordeste, com mais de três milhões de habitantes, e uma densidade demográfica inferior a 15 habitantes por km².

A soma das riquezas do Estado em 2014 continuou crescendo acima da média nacional possibilitando significativos avanços nos indicadores macroeconômicos e sociais.

A economia do Estado antes baseada em serviços, vê crescer o setor industrial, elevando a participação do setor no percentual das riquezas do estado, resultado do estímulo ao setor privado, confirmando a importância de investimento em obras estruturantes.

Os cerrados piauienses continuam atraindo importantes investimentos para a plantação e beneficiamento de grãos.

O Estado registra uma grande evolução na geração de energia limpa e desperta interesse dos empreendedores. Nesse campo o Piauí tem se mostrado competitivo no âmbito nacional, na geração de energia eólica e fotovoltaica (solar). É o quinto estado com maior quantidade de projetos, contando com 32 empreendimentos eólicos cadastrados, que podem gerar até 943 MW de energia.

As projeções de investimento começam a se tornar realidade e a expectativa é que, até 2016, cerca de 560 MW de energia eólica passem a ser gerados. As áreas de produção estão localizadas no litoral e na região sudeste, possibilitarão ao Estado deixar de ser importador e passar a ser exportador de energia. O parque eólico Pedra do Sal, da Tractebel, já se encontra em operação, com previsão de implantação de mais dois projetos. Pedra do Sal, localizado no litoral do estado, disponibiliza na rede 17 MW de energia, na segunda fase de ampliação do parque, que se encontra em fase de licenciamento ambiental, a capacidade instalada passará para 90 MW.

No litoral piauiense outro projeto que chama a atenção é o da empresa Ômega Energia, com investimento inicial previsto de R\$ 300 milhões, atualmente na fase de implantação, deverá abastecer a rede com 70 MW de energia. Da mesma forma que o Projeto

Pedra do Sal, contempla uma segunda fase de expansão com mais 60 MW.

Perfil da Companhia

A Companhia Energética do Piauí, concessionária de serviço público de energia elétrica, é uma sociedade de economia mista de capital fechado, constituída pela Lei Estadual nº 1.948, de 1º de dezembro de 1959, posteriormente modificada pela Lei Estadual nº 4.126, de 30 de julho de 1987, controlada pelas centrais elétricas Brasileiras S/A – Eletrobras, tendo como objetivo explorar os serviços de distribuição de energia elétrica no Estado do Piauí, Contrato de Concessão nº 04/2001, firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em 12/02/2001, com vigência até 07 de julho de 2015.

O sistema elétrico da Empresa, ao final de 2014, contava com **13.166** km de linhas de alta e média tensão, (138 kV, 34,5 kV e 69 kV) e com **84** subestações, totalizando 1.334 MVA de potência instalada. A distribuição de média e baixa tensão, contava com 74.254 km de redes, sendo que cerca de 80% localizada na zona rural, com 60.710 transformadores, atendendo a 126.850 mil unidades consumidoras.

3. PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA

Planejamento Estratégico

O processo de Planejamento e Gestão do Sistema Eletrobrás vem avançando ao longo dos anos. Dentre as principais conquistas do período pode ser assinalado o Plano Diretor de Negócios 2014 – 2018, contemplando foco, objetivos, estratégias, projetos e iniciativas. Plano capaz de orientar as grandes metas do eixo da Distribuição com o desdobramento de diretrizes econômico-financeiras destinadas a cada Empresa de Distribuição, criando condições para imediata tradução em plano de ações operacionais.

Contrato de Metas de Desempenho Empresarial - CMDE

Para fazer face às transformações ocorridas no setor elétrico brasileiro, associadas ao processo histórico de renovação das concessões de geração e transmissão, que produziram uma redução extraordinária das tarifas de energia elétrica do país, foi emitido em abril de 2013, o Plano Diretor de Negócio e Gestão 2013-2017.

Em março/2014, foi emitido pela holding o Plano Diretor de Negócio e Gestão - PDNG, 2014-2018 das distribuidoras, baseado no Plano de Ação e Recuperação da Performance da ED Piauí 2013-2017 e no PDNG 2013-2017.

Seguindo as orientações estratégicas e a revisão do CMDE, as diretrizes estabelecidas foram:

- Reduzir o indicador que associa as Despesas com o Pessoal, Material, Serviços e Outros – PMSO em relação à Receita Operacional Líquida - ROL;
- Manter a dívida líquida em níveis compatíveis com a geração de caixa operacional;
- Aumentar a rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido;
- Aumentar o nível histórico de realização dos investimentos;
- Aumentar o desempenho econômico segundo padrões de mercado;
- Aumentar o índice de satisfação dos consumidores;
- Reduzir a Duração Equivalente de Interrupção do Cliente – DEC;
- Reduzir a Frequência Equivalente de Interrupção do Cliente – FEC;
- Reduzir o nível de perdas totais;
- Reduzir a inadimplência (INAD) dos consumidores;
- Melhorar o índice de Satisfação dos Colaboradores.

No quinto exercício do CMDE, as metas de desempenho para os indicadores econômico-financeiros, operacionais e socioambientais, que integraram o painel corporativo da Companhia em 2014 foram:

Item	Indicador	Unidade	Sentido	Meta/2014	Realizado
1.	PMSO/ROL	%	↓	29,9	32,3
2.	Dívida Líquida	R\$ milhões	↓	1.212,3	1.053,1
3.	Lucro Líquido	R\$ milhões	↑	33,5	37,9
4.	Investimento Realizado/Investimento Aprovado	%	↑	90,0	50,8
5.	Margem	%	↑	20,5	27,7
6.	Perdas	%	↓	26,5	29,3
7.	INAD	%	↓	18,3	21,5
8.	DEC	H	↓	27,8	33,0
9.	FEC	Nº Ocorrências	↓	21,7	20,6

O conceito e forma de cálculo desses indicadores foram definidos no plano de negócios da distribuição, o resultado obtido representa o IPM (Índice de Performance em relação às metas) corporativo.

Gestão Estratégica

A Gestão é avaliada mensalmente através de três itens de verificação, quais sejam:

- AGE - Avaliação da Gestão Estratégica mede a aderência à metodologia da gestão;
- IPM – Índice de Performance em Relação às Metas, confere a performance das áreas no cumprimento das metas;
- DGA - Estabelece o Desempenho Geral da Empresa.

Desempenho Empresarial

A capacidade da empresa em cumprir as metas e viabilizar o alcance dos objetivos estratégicos do exercício de 2014, está demonstrada no gráfico abaixo:



A Avaliação Geral representa o resultado da gestão da empresa, onde a AGE e o DGA é a média das notas obtidas pelas Diretorias e o IPM é soma dos pesos dos indicadores do CMDE em que a meta foi alcançada. O crescimento do IPM em 258 % em relação a 2013 demonstra significativa evolução na capacidade da empresa em cumprir metas e viabilizar o alcance dos objetivos estratégicos.

4. AMBIENTE REGULATÓRIO DA CONCESSÃO

Como concessionária do serviço público de distribuição de energia elétrica, a Companhia está sujeita às exigências estabelecidas em seu contrato de concessão e às normas definidas pela ANEEL.

No ano de 2014 com pouca água nos reservatórios das hidrelétricas, as distribuidoras tiveram que recorrer às usinas termelétricas, que produzem energia mais cara, o que consequentemente impacta na tarifa final cobrada do consumidor. Desta forma o este ano foi marcado pelo grande aumento no preço de compra da energia adquirida para revenda.

Além disso, as distribuidoras, vem, enfrentando significativas dificuldades para cumprirem suas obrigações, dispostas especialmente na Lei nº 10.848/2004 e no Decreto nº 5.163/2004, de contratar o montante de energia elétrica necessário para garantir o atendimento à totalidade de seus respectivos mercados consumidores.

Tais dificuldades têm como origem eventos aos quais as referidas concessionárias não deram causa, alheios à sua gestão, tais como:

- (i) a redução compulsória de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (“CCEARs”) celebrados entre geradoras e distribuidoras, determinada pela Lei nº 12.783, de 11.01.2013 (“Lei nº 12.783/2013”);
 - (ii) a insuficiência das cotas de garantia física alocadas às distribuidoras, causada pela adesão de apenas parte das geradoras às condições de prorrogação de concessões determinadas pela Lei nº 12.783/2013;
 - (iii) transferência para as distribuidoras do risco hidrológico, ou seja, dos efeitos no mercado de curto prazo em decorrência de geração hidrelétrica equivalente de energia abaixo dos montantes contratuais, com a nova modalidade de contratos de cotas instituída pela Lei 12.783/2013;
 - (iv) cancelamento ou insuficiência de oferta em leilões de energia existente nos anos de 2012, 2013 e 2014; e
 - (v) postergação da entrada em operação comercial de usinas hidrelétricas (p.ex., UHE Jirau e UHE Santo Antônio).
- Reajuste Tarifário

Os contratos de concessão firmados entre as distribuidoras de energia elétrica e a União, por intermédio da ANEEL, estabelecem que anualmente deve ocorrer uma atualização do valor da energia paga pelo consumidor. Essa atualização, em função da metodologia estabelecida pela ANEEL, pode ser positiva ou negativa e ocorre anualmente, na data de aniversário da distribuidora.

Segundo o contrato de concessão, a receita da concessionária é dividida em duas parcelas: A e B. Na parcela A, responsável por cerca de 70% do valor da tarifa, são relacionados os custos considerados não gerenciáveis pela distribuidora, ou seja, custos que independem de controle direto da Empresa, tais como a energia comprada para revenda aos consumidores e os encargos e tributos legalmente fixados. Na parcela B, que representa cerca de 30% do valor da tarifa, são computados os custos chamados de gerenciáveis. São aqueles que a Empresa tem controle direto e plena capacidade de administrá-los, tais como custos de pessoal, custos de material e outras atividades vinculadas diretamente à operação e manutenção dos serviços de distribuição, custos de depreciação e a remuneração dos investimentos realizados pela Empresa para o atendimento do serviço.

No ano de 2014 ocorreu o Reajuste Tarifário Anual. O índice de reajuste para aplicação no período de agosto/2014 a julho/2015 foi publicado na Resolução Homologatória da ANEEL nº 1.781, de 26/08/2014, conforme apresentado a seguir:

Efeito Médio Percebido pelo Consumidor Cativo	
Grupo de Consumo	Variação Tarifária
AT - Alta Tensão (> 2,3kV)	29,14%
AT - Baixa Tensão (< 2,3kV)	24,93%
Efeito médio Geral	25,81%

• Pesquisa & Desenvolvimento

A Companhia em 2014 deu continuidade a projetos de Pesquisa & Desenvolvimento - P&D, oriundos da chamada pública de 2010 da Eletrobras, desembolsando um total de R\$ 2,461 mi, nos seguintes projetos:

1. **Projeto P&D** – “Metodologia para cálculo e gerenciamento de perdas em redes de distribuição de energia elétrica” – este consiste em desenvolver softwares apropriados para cálculo e gerenciamento de perdas em redes de distribuição da Companhia, capaz de identificar perdas comerciais por segmentos via cálculo preciso das perdas técnicas e reconhecimento de padrões. Este cálculo é feito via fluxo de carga generalizado para redes de média e baixa tensão juntas, e não apenas na média tensão como usual, inovação que dará mais precisão na determinação das perdas

comerciais. Este projeto está sendo executado pela Fundação de Desenvolvimento da Universidade Estadual de Campinas – FUNCAMP, pela própria UNICAMP e o Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento - LACTEC, através do contrato nº 017/2012 com duração de 30 meses; no valor de R\$ 1.336 mil. Este contrato teve início em junho de 2012 e término em dezembro de 2014, sendo pago R\$ 534 mil em 2014;

2. **Projeto P&D** – “Afundamentos de Tensão no Sistema Elétrico de Concessionárias, com Medições, Avaliação Estatística” – cujo objeto é o desenvolvimento de uma metodologia e a implementação de softwares visando à efetiva avaliação das amplitudes, durações dos afundamentos de tensão e determinação da suportabilidade dos equipamentos e cargas dos consumidores da Eletrobras Distribuição Piauí e Roraima, proporcionando melhorias na qualidade do suprimento de energia elétrica. O contrato nº 080/2012 no valor R\$353 mil, está sendo executado pela Fundação Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia – FEP e teve início em agosto de 2012 com duração de 24 meses. O custo desse contrato em 2014 foi R\$ 146 mil;

3. **Projeto P&D** – “Sistema da gestão da energia elétrica baseado em indicadores de eficiência energética” – Este projeto consiste no desenvolvimento de uma metodologia de gestão energética baseada em indicadores de eficiência energética e MCDA (“Multi-Criteria Decision Analysis”). Adicionalmente, será desenvolvido um software em plataforma COM (“Corporate Performance Management”) para acesso de clientes e técnicos de eficiência energética da concessionária, assim como um projeto piloto em escolas públicas de Teresina (PI). O principal produto do projeto é informar ao consumidor sobre uso racional da energia e subsidiar uma análise da eficiência energética global da instalação. O contrato nº 081/2012, o valor total de R\$862 mil, já executado pelo LACTEC, iniciado em setembro de 2012 com duração de 24 meses, sendo quem 2014 os custos com o referido projeto foram de R\$ 323 mil;

4. **Projeto P&D** – “Compensação de Energia Reativa e Harmônicos para a Melhoria da Eficiência Energética em Redes de Distribuição” – com o fim de desenvolver um protótipo de Filtro Ativo Híbrido (FAH) para Sistemas de Distribuição (SD) em BT, cujo objetivo é de compensar reativos e harmônicos da carga, melhorando a qualidade da energia fornecida. O Contrato nº 137/2012 iniciou em setembro de 2012, está em plena execução pela Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura – FCPC e Universidade Federal do Ceará – UFC, com duração de 30 meses, valor total de R\$782 mil e previsão de término em março de 2015, sendo pago em 2014 R\$ 337 mil;

5. **Projeto P&D** – “Líquido da Casca de Castanha do Caju: Resina Fenólica para construção Poste - (Poste -LCC)”- com o fim de desenvolver um poste de concreto, onde a argamassa será aditivada com resina fenólica obtida a partir do líquido da castanha de caju (LCC), cuja finalidade é obter um concreto com o mínimo de porosidade, impedindo a penetração dos fons cloretos e aumentando a resistência e a vida útil da estrutura. O contrato nº 221/2012 assinado com a FADEX - Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa Ensino e Extensão/



(LACTEC), no valor total de R\$ 956 mil, sendo investido em 2014 o valor de R\$ 517 mil; Com duração de 30 meses, sendo 18 meses normais mais 06 meses de aditivo; Com previsão para conclusão em agosto de 2015.

7. Projeto P&D – “Sistema integrado para avaliação continuada da segurança do sistema de aterramento em subestações energizadas sujeitas às descargas atmosféricas” - com o objetivo do desenvolvimento e implementação de um protótipo de um equipamento de aquisição de dados, baseado em micro controlador, com a finalidade de diagnosticar as condições de degradação de malhas de aterramento de subestações de distribuição sob condições de descargas atmosféricas. O sistema será portátil com hardware e software embarcados e deve ser capaz de adquirir dados de tensão e corrente resultantes da injeção de impulsos de corrente elétrica no solo de um sistema de aterramento, bem como, os sinais de tensão propagados no solo. Um sistema de detecção de impulso deve sinalizar o início da aquisição dos dados. Uma rede de sensores sem fio deve ser usada para este fim, de forma a tornar cada nó (instalado em cada haste de monitoramento) independente e com comunicação entre os nós e uma central. Neste trabalho serão abordados os casos de sistemas de aterramento expostos a surtos de corrente provenientes de manobra e de descargas atmosféricas. O contrato nº 069/2014 assinado com a PAQTC-PB - Fundação Parque Tecnológico da Paraíba, com início em Junho de 2014 e duração de 30 meses, no valor total de R\$ 1,345 milhão, sendo pago em 2014 o montante de R\$ 334 mil;

8. Projeto P&D – “Metodologia para alocação otimizada de monitores de qualidade de energia elétrica em sistemas de distribuição” - com o objetivo de desenvolver uma metodologia para projetar sistemas de monitoramento da qualidade da energia elétrica em Sistema de Distribuição (SD), que sejam eficientes e de baixo custo, e resultando em um software. Estimar a frequência e a severidade de distúrbios relacionados a variações de tensão a que uma determinada porção do SD está sujeita, tais como as variações de tensão sustentadas e de curta duração, bem como as interrupções de tensão. Propor índices que possam classificar porções do sistema elétrico em que as variações de tensão são mais frequentes e severas para que, com estas informações, possam ser estabelecidos planos de ação para minimizar e/ou eliminar a causa dos distúrbios. Indicar regiões de maior susceptibilidade de ocorrência de distúrbios de tensão no sistema elétrico, por meio dos registros do sistema de monitoramento, no intuito de orientar a distribuidora a tomar ações corretivas e avaliar a viabilidade da instalação de novos clientes em determinadas regiões. O contrato nº 042/2014 assinado com a FUNDEB - Fundação para o Desenvolvimento de Bauru, com início em Julho de 2014 e duração de 30 meses, no valor total de R\$954 mil, sendo pago em 2014 o montante de R\$ 209 mil;

9. Projeto P&D – “Projeto de Gestão do Programa de P&D de abril de 2013 a março de 2014” – A empresa poderá propor, no mês de março de cada ano, um Projeto de Gestão de seu Programa de P&D, que terá vigência de abril do ano em que ele é proposto até 31 de março do ano seguinte. O valor do projeto não deverá ultrapassar a 5% do investimento anual obrigatório em P&D regulado pela ANEEL, calculado com base na ROL apurada no período de janeiro a dezembro do ano anterior, limitado a R\$ 800.000,00(Oitocentos mil reais). No caso da EDPI o nosso limite foi de R\$ 89.795,94, onde provisionamos somente R\$ 82.700,00, previsto para pagamento com: Atividades desenvolvidas na categoria contábil de recursos humanos, eventos de

curso de gestão de Pesquisa e Desenvolvimento – CGPD, CITENEL e SEENEL, com aquisição de um software para gestão dos programas de P&D das Empresas de Distribuição da Eletrobras. Este projeto é controlado por ODS - ordem de Serviço, onde foi gasto em 2014 apenas R\$ 6 mil (Despesas com inscrições no CITENEL, viagens e diárias dos participantes);

· Eficiência Energética

A Companhia Energética do Piauí deu continuidade ao projeto de eficiência em consumidores de baixo poder aquisitivo, denominado “**Agente Eletrobras Piauí**”, de acordo com a metodologia da ANEEL – Resolução Normativa nº 300/2008, incluindo substituição de geladeiras antigas - ineficientes por modernas e mais eficientes (SELO PROCEL “A”).

O objetivo do projeto é orientar os consumidores de baixa renda quanto ao uso seguro e racional de energia elétrica, por meio de palestras; distribuição de cartilhas educativas; troca de lâmpadas incandescentes por fluorescentes compactas; substituição de geladeiras antigas de grande consumo por geladeiras modernas e eficientes para as famílias carentes. Além disso, o projeto prevê a engenharia reversa dos resíduos sólidos, conforme normas do CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente), cujo processo não agride o meio ambiente.

O valor global do projeto é de R\$ 12.876 mil, sendo R\$ 10.542 mil referentes a serviços e R\$ 2.334 mil à aquisição de geladeiras. Os resultados acumulados do projeto apresentaram os seguintes grandes números:

- Municípios atingidos: Teresina, Floriano, Bom Jesus, Picos, Piri-piri e Campo Maior;
- Realizada cerca de 92.395 visitas em unidades consumidoras nas cidades citadas;
- Distribuídas 92.395 cartilhas com orientações para o uso eficiente da energia elétrica, do uso correto da energia, de economia de energia e utilização de equipamentos domésticos e segurança nas residências;
- Substituídas 120.074 lâmpadas incandescentes por fluorescentes compactas;
- Substituídas 4.000 geladeiras antigas e ineficientes por novas com consumo de 22 kWh/mês;
- Realizadas 170 palestras educacionais;
- Foram regularizados 501 consumidores clandestinos, reduzindo perdas;
- Feito a manufatura reversa de todo o resíduo sólido gerado pelo projeto, além do gás das geladeiras;
- Realização de serviços comerciais, destacando 970 parcelamentos o que gerou uma receita adicional de R\$ 1.687 mil de reais para a Companhia;
- Valor desembolsado em 2014: R\$ 1.531 mil;
- Término: Abril/2014.

5. INVESTIMENTOS

5.1 Aplicações de Recursos

No exercício de 2014, a Companhia realizou investimento total no valor de R\$ 132.432 mil, assim distribuídos:

- R\$ 88.347 mil em programas para ampliação e manutenção nos sistemas de distribuição, infraestrutura e subtransmissão de energia elétrica, atendendo, desse modo à demanda crescente do mercado de energia do Estado do Piauí;
- R\$ 39.982 mil no “Programa Luz Para Todos”, cujas fontes de recursos são 90% da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, a título de subvenção econômica e 10% provenientes de recursos próprios;
- R\$ 4.103 mil estruturas de apoio.

No quadro a seguir, demonstra-se a execução do orçamento de investimento no exercício de 2014:

Programa de Investimento				
R\$ Mil				
Programa/Ação	Dotação aprovada Decreto 8.159 de 18/12/2013 (A)	Revisão Decreto 8.382 de 29/12/2014 (B)	Realizado (C)	Realizado % (C/B)
0273 - Energia Cidadã	112.125	67.040	39.982	59,64%
Ação - 011YL - Ampliação de Rede Rural no Estado do Piauí	112.125	67.040	39.982	59,64%
0294 - Energia na Região Nordeste	280.922	179.465	88.347	49,23%
Ação 14KY - Ampliação do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica - PPA 2012-2015 (PI)	125.931	58.820	20.016	34,03%
Ação 20P5 - Adequação do Sistema de Comercialização e Distribuição de Energia Elétrica - Redução de Perdas Comerciais (PI)	78.415	63.249	30.429	48,11%
Ação 2D89 - Manutenção do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica (PI)	76.576	57.396	37.902	66,04%
0807 - Investimentos em Estruturas de Apoio	42.576	14.387	4.103	28,52%
Ação 4101 - Manutenção e Adequação de Bens Imóveis.	4.600	600		
Ação 4102 - Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos.	8.035	2.728		
Ação 4103 - Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento.	29.941	11.059	4.103	37,10%
Total previsto para 2014	435.623	260.892	132.432	50,76%

Um dos fatores que mais contribuíram para a baixa realização do investimento em 2014 foi a limitação financeira quanto aos recursos próprios, ou seja, insuficiência de caixa e a não efetivação de financiamentos externos para atendimento das demandas. A baixa realização do investimento foi também decorrente da falta de recursos dos contratos financiados pela RGR, levando a paralisação de algumas obras, além do atraso na execução dos projetos financiados pelo Banco Mundial.

5.2. Expansão do Sistema Elétrico

Do programa de investimentos, no que tange à construção de linhas e de subestações, a Companhia priorizou a execução das obras iniciadas no ano anterior, com previsão de conclusão em 2014, destacando-se obras relacionadas nos seguintes estágios:

Linhas de Distribuição de Alta Tensão:

- **LD 69 kV Campo Maior – Barras, 70 km** – obra concluída. Está energizada desde dezembro de 2014;
- **LD 69 kV Ribeiro Gonçalves (RB) – Ribeiro Gonçalves, 1,0 km** – obra concluída e operando desde junho/2014;
- **LD 69 kV Ribeiro Gonçalves – Baixa Grande do Ribeiro, 33 km** – obra concluída e operando desde setembro/2014;

Subestações - Ampliação/Construção de subestações:

- **Subestação Baixa Grande do Ribeiro 69-13,8 kV – 12,5 MVA e 69-34,5 kV 12,5 MVA** - obra concluída e operando desde setembro/2014;

- **Subestação Barras 69-34,5 kV – 12,5 MVA** – obra concluída e operando desde dezembro de 2014;
- **Subestação Parnaíba I 69-13,8 kV, Entrada de linha** – obra concluída e operando a partir de maio de 2014.
- **Subestação Ribeiro Gonçalves 69-34,5 – 12,5 MVA** - obra concluída e operando desde junho/2014;
- **Subestações Jockey, Macaúba e Marquês 69-13,8 – Instalação de Banco de Capacitores de 6 Mvar** – Concluída as obras da SE Marquês, as demais estão em andamento com conclusão prevista maio/2015;

Relação das linhas e das Subestações em execução:

- **LD 69 kV Nazária/São Pedro** - obra em execução com previsão de conclusão em setembro/2015;
- **SE Nazária e SE São Pedro** – obra contratada sem previsão de emissão da Ordem de Serviço;
- **LD Altos/Alto Longa, LD 69 kV Alto Longa/Castelo** – obra licitada com previsão de contratação da execução março/2015;

Relação das linhas e das Subestações com projeto executivo, aguardando recurso para execução:

- **LD 69 kV Bom Jesus – Redenção, LD Bom Jesus – Cerrados, LD 69 kV Redenção Curimatá** – Sem previsão de contratação da execução da obra;
- **SE Bom Jesus, SE Curimatá, SE Cerrados, SE Redenção e SE São Rdo. Nonato** – Sem previsão de contratação da execução da obra;
- **LD 69 kV Teresina III - Altos** - Sem previsão de contratação da execução da obra;
- **SE Alto Longá, SE Altos, SE Jockey e SE Castelo** - Sem previsão de contratação da execução da obra;
- **LD 69 kV Coelho Neto/Miguel Alves, LD 69 kV Miguel Alves/Matias Olimpio** - Sem previsão de contratação da execução da obra;
- **SE Miguel Alves e SE Matias Olimpio** - Sem previsão de contratação da execução da obra;
- **LD 69 kV Picos(Chesf)/Jaicós, LD 69 kV Picos(Chesf)/Junco** - Sem previsão de contratação da execução da obra;
- **SE Jaicós e SE Junco** - Sem previsão de contratação da execução da obra;
- **LD 69 kV Teresina III/Jockey, LD 69 kV Teresina III/Renascença** – Em fase de elaboração do processo licitatório com previsão de contratação da execução da obra para maio/2015;

O Quadro I a seguir sintetiza os ativos em serviço, considerando as ampliações de redes e subestações.

Quadro I

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012	2013	2014
Linhas de Alta tensão (km)	2415	2426	2579	2663	2824
138 kV	141	141	282	282	282
69 kV	2274	2284	2297	2381	2542
Linhas de Média tensão (km)					
34,5 kV	2482	3037	4402	10054	10342
Subestação					
Quantidade	71	76	78	81	84
138-69 kV	1	1	1	1	1
69-34,5-13,8 kV	40	41	43	46	49
34,5-13,8 kV	30	34	34	34	34
Potência Instalada (MVA)	988	1039	1145	1251	1334
138-69 kV	120	120	120	120	120
69-34,5-13,8 kV	769	797	884	972	1063
34,5-13,8 kV	99	122	141	159	151

5.3. Sistema de Média e Baixa Tensão

Foram energizadas durante o ano de 2014 pelo Departamento de Obras de Redes de Distribuição, aproximadamente 51km de redes em média tensão (13,8kV) que fazem parte dos alimentadores das subestações de Renascença, Polo Industrial, Baixa Grande do Ribeiro, Parnaíba II e Parnaíba I, além de extensões de pequenas obras na própria rede.

Um dos fatores que mais contribuíram para a baixa realização do investimento em 2014 foi a limitação financeira quanto aos recursos próprios, ou seja, insuficiência de caixa e a não efetivação de financiamentos externos para atendimento das demandas. A baixa realização do investimento foi também decorrente da falta de recursos dos contratos financiados pela RGR, levando a paralisação de algumas obras, além do atraso na execução dos projetos financiados pelo Banco Mundial.

Quadro II

DESCRIÇÃO	2010	2011	2011	2013	2014
Rede de Distribuição Urbana					
Extensão MT e BT (km)	12.718	12.758	14.111	14.514	14.583
Rede de Distribuição Rural					
Extensão MT e BT (km)	41.635	46.141	53.092	59.039	70.205
Transformadores					
Quantidade	31.838	36.945	42.773	50.323	60.710
Potencia Instalada (MVA)	666	699	736	945	1520

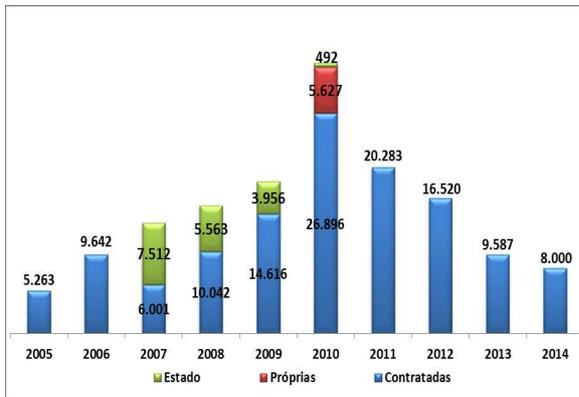
5.4. Programa Luz para Todos

O Governo Federal iniciou em 2004 o "Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - Luz para Todos", instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, e prorrogado até 2014 pelo Decreto nº 7.520, de 8 de julho de 2011, destinado a propiciar o atendimento em energia elétrica à parcela da população que ainda não possui acesso a esse serviço público no meio rural brasileiro.

Com a instituição deste programa, coube à Companhia Energética do Piauí, ser a responsável pela execução do Programa e cumprir a meta de ligar 149.600 domicílios rurais, estabelecida em um termo de compromisso assinado com o Ministério de Minas e Energia - MME, Governo Estadual e a ANEEL, sujeita a penalização tarifária no caso de não cumprimento.

A Companhia Energética Piauí, superou a meta inicial Programa Luz para Todos no Estado do Piauí, pactuada junto ao Ministério de Minas e Energia - MME, de atender 149.600 domicílios, ligando em 2014, 8.000 novos domicílios rurais acumulando o total de 150.000 ligações.

Em 27 de março de 2014, foi celebrado o 2º Termo de Compromisso para atendimento de 11.254 novos domicílios rurais, rurais sem energia no Estado do Piauí, originados do crescimento vegetativo.



A meta física definida para o ano de 2014 foi de 7.600 domicílios rurais, sendo realizadas, nesse período, 8.000 ligações, o que representa uma realização de 105,26%.

A meta orçamentária para o ano de 2014 foi de R\$ 64.700 mil, tendo-se conseguido realizar R\$ 39.980 mil o que representa 36,66% do orçamento previsto. Apesar da baixa realização financeira, o alcance da meta física foi possível, face a estratégia de priorizar obras com maior densidade de ligações e postergação das obras de reforço para o ano de 2015.

O quadro a seguir indica os números realizados desde o início do programa pelas contratadas. É importante observar as variações do quantitativo de equipamentos instalados e de extensão de alimentadores, o que ressalta a prioridade dada a obras de reforço do sistema e de melhoria de sua confiabilidade.

Evolução das Ligações do PLPT

DESCRIÇÃO	REALIZADO ATÉ 2013	REALIZADO ATÉ 2014	ACRÉSCIMO
Consumidores atendidos	118.850	126.850	7%
Extensão TOTAL em média tensão (km)	32.705	36.594	12%
Postes implantados	398.594	435.847	9%
Transformadores de Distribuição	31.233	34.110	9%
Orçamento (R\$ x 1.000)	991.421	1.056.121	7%

Contribuíram para o resultado de 2014 a celebração de 02 (dois) novos Contratos de Financiamento, a 5ª Tranche (ECFS 351/2014) e o Contrato CEF 439.452-51/2014 (Caixa Econômica Federal), cujo valor total contratado somam R\$ 269 milhões, sendo 243 milhões financiados e R\$ 26 milhões de contrapartida da Distribuidora.

Com a celebração da 5ª Tranche (ECFS 351/2014) e do Contrato CEF 439.452-51/2014 (Caixa Econômica Federal), buscando otimizar os avanços físicos, foi adotado como estratégia, a segregação de uma obra em várias ODI's (Rede MT, Rede BT e Ligações), possibilitando assim, a obtenção de avanços físicos parciais nos ECFS's para cada obra realizada, reduzindo assim o tempo para o cumprimento das condições de liberação de recursos.

Vale ressaltar ainda, que o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - "LUZ PARA TODOS", foi prorrogado até o ano de 2018, por meio do Decreto nº 8.387, de 30 de dezembro 2014.

Com a postergação do atendimento aos domicílios mais distantes, há uma estimativa de significativo aumento no custo por domicílios atendidos a partir de 2015.

5.5. Operação e Manutenção do Sistema Elétrico

Os investimentos nas áreas de operação e manutenção do sistema elétrico visam melhorar os níveis de tensão e de continuidade, ampliando a oferta de energia, garantindo a qualidade do serviço e a redução de perdas técnicas.

Com esse objetivo em 2014, foram instalados e/ou substituídos transformadores e reguladores de tensão nas subestações de São Pedro, Nazária, Esperantina, Luzilândia, Barras, União, Miguel Alves, Redenção do Gurguéia, Picos e Cabeceiras. Ainda na área de alta tensão, registraram-se como pontos relevantes a instalação de dispositivos de compensação reativa nas subestações (banco de capacitores) que reduziu o carregamento nos principais eixos sobrecarregados, aumentou a capacidade de transmissão de energia e diminuiu as perdas energéticas ao longo dos alimentadores.

Na área de manutenção, financiados pelo BIRD, a empresa investiu na instalação de religadores em subestações e rede de distribuição, com previsão de desenvolvimento de operação automático-remota, com o objetivo de reduzir o tempo de atendimento aos consumidores. Novos disjuntores 69kV foram instalados nas subestações de Redenção, Nazária, União e Marambaia, proporcionando maior confiabilidade na proteção dos circuitos e na continuidade do fornecimento de energia.

Abaixo, as obras de operação e manutenção realizadas no ano de 2014:

- Instalação de regulador de tensão 69kV em São Pedro do Piauí – Junho/2014;
- Substituição do transformador na subestação de Esperantina 69/13,8kV – 10/12,5MVA por outro de mesma potência, porém com regulação de tensão em carga – Junho/2014;
- Ampliação da potência instalada (MVA) com a substituição do transformador de 10MVA, 69/13,9kV, na subestação de Luzilândia, por outro de 69/13,8kV – 10/12,5MVA com regulação de tensão em carga – Junho/2014;
- Instalado um segundo transformador de 34,5/13,8kV - 5MVA, dobrando a capacidade(MVA) da subestação de Barras para 10MVA – Agosto/2014;
- Ampliada a capacidade(MVA) da subestação de União com a instalação de um transformador 69/13,8kV – 10/12,5MVA em substituição a um de 69/13,8kV,5/6,25MVA – Agosto/2014;
- Instalação do bay de 69kV na subestação de Marambaia – Outubro/2014;
- Instalação do bay de 69kV na subestação de União – Dezembro/2014;
- Ampliação da potencia instalada (MVA) da subestação de Miguel Alves, com a instalação de transformador de 69/13,8 kV – 8 MVA em substituição ao de 4MVA e com regulação de tensão em carga – Setembro/2014;
- Ampliação da potencia instalada (MVA) da subestação de Redenção do Gurgueia com a instalação do segundo transformador em paralelo de 69/34,5kV – 5/6,25 MVA – Novembro/2014;
- Ampliação da subestação de Nazária com a instalação de um segundo transformador de 69/13,8 kV – 10/12,5 MVA, totalizando a potência instalada em 32,5MVA e ampliação/adequação dos barramentos de 69kV/13,8kV da subestação de Nazária - Setembro /2014;
- Instalação de banco capacitor de 69kV – 6 MVar na subestação de Redenção do Gurgueia – Outubro/2014;
- Ampliação da subestação de Picos com a instalação de um segundo transformador de 69/13,8kV – 10/12,5MVA na referida subestação, totalizando 32,5MVA - Agosto/2014;
- Ampliação da subestação de Cabeceiras com a instalação de um segundo transformador de 34,5/13,8 kV – 1,5MVA na referida subestação, totalizando 3MVA – Outubro/2014;
- Instalação de bancos de capacitores de 34,5kV em Castelo do Piauí;
- Instalação de bancos de capacitores de 13,8kV em Lagoinha, Coqueiro, São João da Serra, Sigefredo Pacheco e Bem Bom.

As obras realizadas no exercício tiveram como objetivo melhorar os sistemas e reforçar as Subestações onde os problemas verificados causavam maior impacto nos indicadores de qualidade DEC e FEC. As melhorias implementadas possibilitaram melhorar o nível de tensão, reduzir a sobrecarga dos equipamentos. Os principais benefícios dessas intervenções realizadas pelas equipes próprias foram reduzir os riscos de interrupções no fornecimento, oferecer maior confiabilidade técnica, melhorar a qualidade dos serviços e aumentar a credibilidade junto aos fornecedores.

6. COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

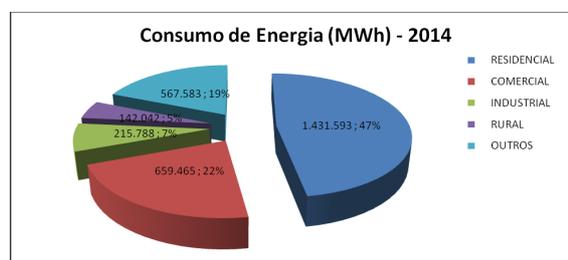
6.1. Evolução do Mercado

O consumo de energia elétrica no Estado do Piauí, no ano de 2014, foi de 3.016.471 MWh correspondendo um crescimento de 7,7% em relação ao valor verificado no ano de 2013, com destaque para o desempenho das classes Industrial (11,8%), Rural (10,3%), Comercial (8,2%) e Iluminação Pública (7,9%).

EVOLUÇÃO DAS VENDAS, POR CLASSE, EM MWh

CLASSE	2010	2011	2012	2013	2014	2014/2013 (%)
Residencial	989.528	1.028.674	1.194.233	1.327.936	1.431.593	7,8%
Comercial	453.775	491.320	572.242	609.617	659.465	8,2%
Industrial	251.424	245.272	227.822	193.042	215.788	11,8%
Rural	98.277	102.054	128.646	128.739	142.042	10,3%
Poder Público	173.530	172.104	203.878	214.938	221.152	2,9%
Iluminação Pública	124.960	127.732	144.904	174.710	188.457	7,9%
Serviço Público	124.122	131.156	152.184	147.898	154.196	4,3%
Próprio	3.247	3.346	3.920	4.004	3.778	-5,6%
Total	2.218.863	2.301.658	2.627.829	2.800.824	3.016.471	7,7%

O mercado piauiense caracteriza-se pela forte concentração do consumo de eletricidade nos segmentos residencial e comercial. Juntos, esses dois segmentos do mercado, responderam por 69% do total de energia consumida no Estado em 2014. Ocupando a terceira posição, o consumo Poder Público representou 7,3% do consumo total, destacando a importância da classe para o Mercado de Energia da Eletrobras Distribuição Piauí.



O consumo residencial registrou uma média anual de 122,59kWh/mês, ficando 3,52% acima do verificado em 2013.

6.2. Número de Consumidores

Em 2014, o mercado atendido pela Companhia Energética do Piauí foi de **1.144.330 milhão** de consumidores, resultando numa taxa de crescimento de 3,8%, em relação a dezembro de 2013. Em todo o Estado foram ligados 42.300 novos clientes, com uma média mensal de 3.525 ligações.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CONSUMIDORES

CLASSE	2010	2011	2012	2013	2014	2014/2013 (%)
Residencial	828.745	883.714	930.429	967.471	1.006.280	4,0%
Comercial	70.258	74.566	77.547	80.131	83.474	4,2%
Industrial	3.810	3.765	3.786	3.600	3.525	-2,1%
Rural	28.900	29.377	30.073	30.302	30.268	-0,1%
Poder Público	13.432	13.769	14.248	14.309	14.279	-0,2%
Iluminação Pública	834	857	837	695	365	-47,5%
Serviço Público	3.322	3.847	4.949	5.348	5.976	11,7%
Próprio	135	171	225	173	163	-5,8%
Total	949.436	1.010.066	1.062.094	1.102.030	1.144.330	3,8%

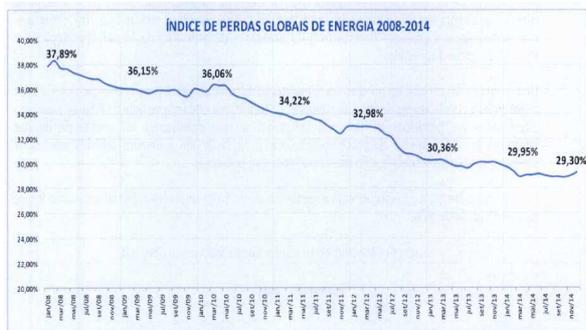


6.3. Compra de Energia no ACR

Em abril de 2014, através do Decreto nº 8.221, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, destinada a cobrir, total ou parcialmente, as despesas incorridas pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência de exposição involuntária no mercado de curto prazo e despacho de usinas termelétricas vinculadas a Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR, na modalidade por disponibilidade de energia elétrica. Até 31 de dezembro de 2014, a ANEEL, emitiu os Despachos nº 1.256/14, 1.443/14, 3.0017/14, 3.588/14, 3.968/14, 4.288/14, 4.647/14, 4.657/14. O montante de CONTA-ACR registrado é de R\$ 179.291.

6.4. Perdas

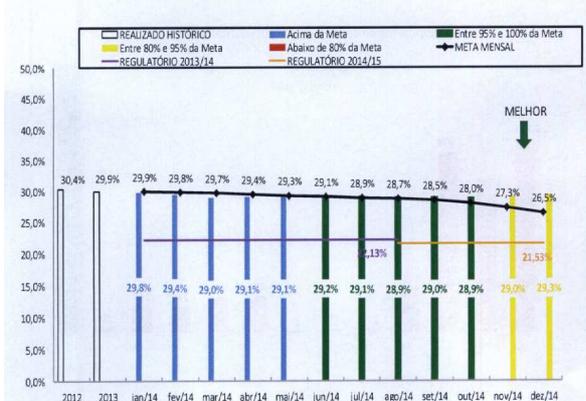
Fruto das ações de combate às Perdas Não Técnicas, constantes no Plano de Negócio Empresarial e de obras estruturantes, a Empresa obteve em 2014 o menor índice histórico de Perda Total, de 29,30%, numa redução de 0,67 p.p, se comparado com o ano de 2013, de 29,95%. O gráfico a seguir mostra o histórico desse indicador nos últimos anos:



Fonte: Balanço Energético

PERDAS GLOBAIS (MWh)	2011	2012	2013	2014	2012 / 2011 (%)	2013 / 2012 (%)	2014 / 2013 (%)
Mercado Próprio + Suprimento + Mercado Livre (MWh)	2.386.982	2.780.918	2.991.819	3.220.806	16,50%	7,58%	7,65%
Energia Requerida (MWh)	3.561.524	3.993.515	4.270.947	4.555.468	12,13%	6,95%	6,66%
Perdas (MWh)	1.174.542	1.212.599	1.279.128	1.334.663	3,24%	5,49%	4,34%
% Perdas	32,98%	30,36%	29,95%	29,30%	-7,93%	-1,37%	-2,18%

No gráfico abaixo é apresentado a evolução do indicador de perdas globais frente à meta empresarial e perdas regulatórias. Como verificado no gráfico abaixo a realização do indicador de perdas frente à meta ficou na faixa de 80 a 95% de cumprimento do indicador. Nos parágrafos seguintes são apresentados os andamento das ações de combate às perdas a fim de verificar quais destas mais impactaram para o não atendimento efetivo da meta de perdas em 2014.



A seguir detalhamos as principais ações de combate as Perdas Não Técnicas no ano de 2014:

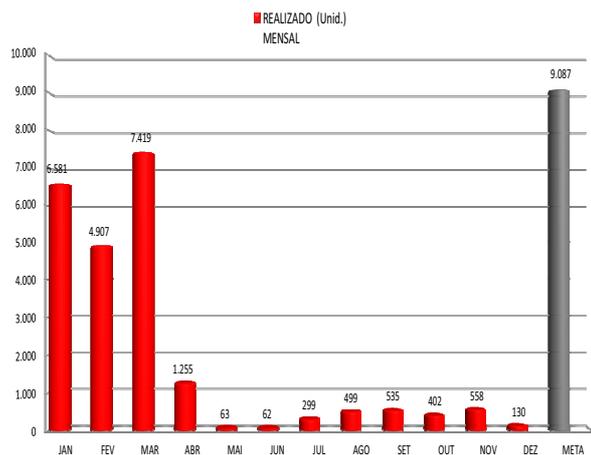
Inspeção e Regularização de Unidades Consumidoras do Grupo B

Em abril/2014 houve paralisação das atividades do contrato de prestação de serviço de inspeção e regularização de UC por motivo de dificuldade financeira da empresa contratada, que culminou na falta de pagamento aos funcionários da terceirizada. Este fato ocasionou rescisão indireta de contrato. Por consequência a execução do Projeto 3 do Energia + (Substituição de Medidores Obsoletos e Ramais) ficou comprometida.

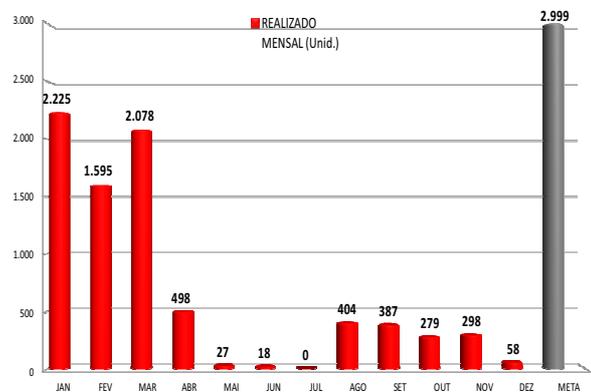
Houve sucessivos atrasos no processo de contratação de nova empresa para realização dos serviços de inspeção e regularização de UC. Por conta de licitação fracassada em virtude da falta de empresas interessadas em participar do processo licitatório; atrasos decorrentes ao pedido de liminar interposto por participante do processo licitatório e ainda devido à demora do MPT em emitir parecer quanto a continuidade e finalização do processo licitatório.

Foram realizadas 22.710 Inspeções com a regularização de 8.031 unidades consumidoras num índice de assertividade de 39%.

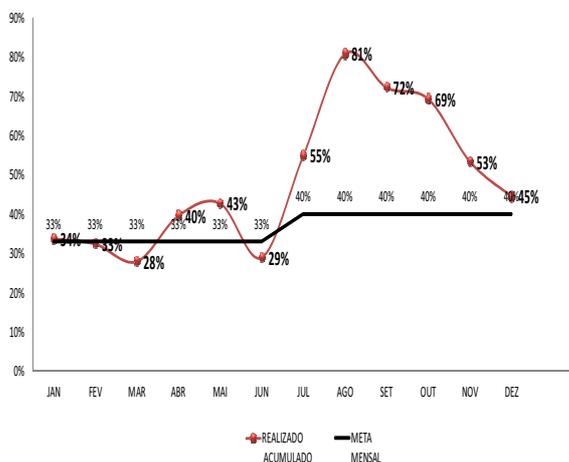
Inspeções Mensais de Unidades Consumidoras do Grupo B



Regularização de unidades Consumidoras do Grupo B



Assertividade

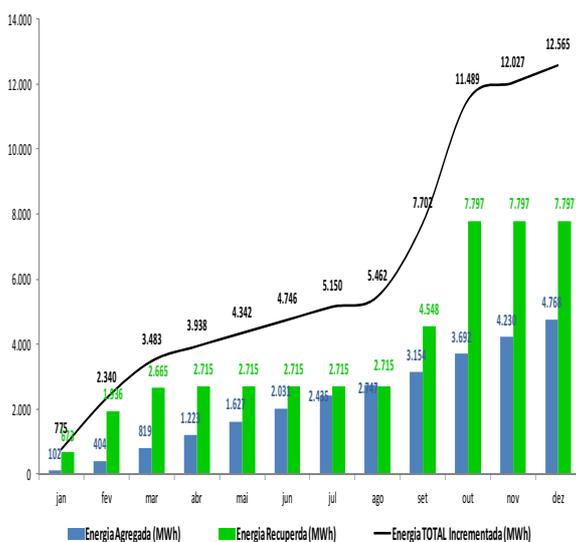


Recadastramento de Iluminação Pública - IP

O recadastramento de toda a carga de iluminação pública do Estado do Piauí teve início no segundo semestre de 2012 e concluído em julho/2014. Em 2014 foram recadastrados 170.904 pontos geográficos. Do início do projeto até sua conclusão o consumo da classe iluminação pública apresentou um incremento de 45%. O projeto também contempla a identificação e recadastramento dos postes de uso mútuo de telefonia, TV a cabo, internet, serviços de autofalante e semáforos.

Por oportuno, o município de Teresina, capital do Estado, apresentou recuo no consumo mensal da ordem de 2%. Houve ainda o recadastramento de cinco municípios, que já haviam sido objeto de recontagem há dois anos, no início do projeto.

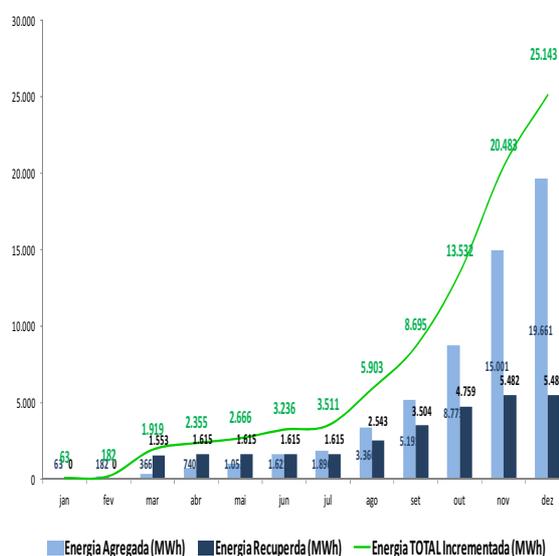
Em 2014, o ganho energético total com o recadastramento da IP foi de 12.565 MWh somados em energia agregada e energia recuperada. O ganho energético acumulado com o projeto de recadastramento da iluminação pública no ano de 2014 está demonstrado no gráfico a seguir:



O montante total de receita faturada com o incremento da IP equivale à R\$ 3,975 milhões, valor equivalente a 348% do custo pago com o projeto no ano de 2014.

Implantação da Telemedicação

No ano de 2014, foi concluído o projeto de instalação de conjuntos de medições encapsulados (CMED) com a implantação da função de telemedicação. Foram instalados 363 CMED e o projeto contemplou ainda a inspeção técnica e regularização das situações não conforme e disponibilização de sistema de gerenciamento da medição dos clientes do Grupo A (MECE). Foram identificadas 57 unidades consumidoras com irregularidade na medição, representando acerto de 16% e incremento de energia no faturamento da ordem de 25.143 MWh, quando somadas energia agregada e recuperada. A seguir a representação gráfica do ganho energético acumulado com o projeto de recadastramento da iluminação pública no ano de 2014.



Os valores faturados em 2014 com o projeto foram de R\$ 4 milhões e o projeto apresentou TIR (Taxa Interna de Retorno) de 113%, com retorno do investimento em dez meses.

Melhoria de Faturamento e processos do Grupo A

No ano de 2014, com o advento da telemedicação, foi possível a utilização de sistema de gerenciamento da medição dos clientes do Grupo A (MECE), para a coleta de leitura on-line de 363 grandes consumidores da empresa.

Houve ainda a migração da carteira de leitura dos consumidores Optantes, antes lidos junto com os consumidores de baixa tensão, para a Gerência de Medição dos Grandes Clientes, onde a leitura destes consumidores passou a ser realizada por equipe própria.

Como melhor prática foi implantada a pós-crítica de leitura dos clientes do Grupo A, possibilitando a correção imediata de possível faturamento inconsistente.

Somadas a estas ações a Empresa proporcionou a capacitação das equipes técnicas de inspeção em Unidades Consumidoras do Grupo A, que podem agora contribuir para a melhor identificação de situações irregulares e a efetiva regularização do padrão de medição deste nicho de clientes.

Este conjunto de medidas possibilitou o aumento no faturamento dos clientes do grupo A e Optantes, da ordem de 23,9% no ano de 2014.

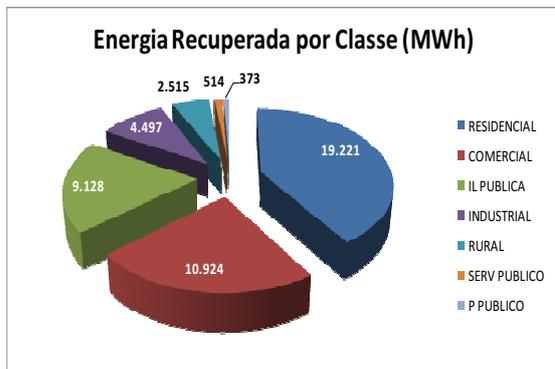
• **Projeto 3 Energia + (Substituição de Medidores Obsoletos e Ramais)**

O projeto de substituição de medidores obsoletos e ramais com recursos do Banco Mundial tiveram seus serviços paralisados devido ao término do contrato de inspeção e regularização de UC. A meta do projeto é instalar 103,722 mil medidores sendo que até dez/2014 foram instalados 23,344 medidores.

Em maio/2014, houve aprovação pelo Banco Mundial de contratação de empresa exclusiva para realização física do projeto. A licitação aconteceu com êxito e o contrato foi assinado em 01/12/2014 com previsão do início dos serviços para Jan/2015.

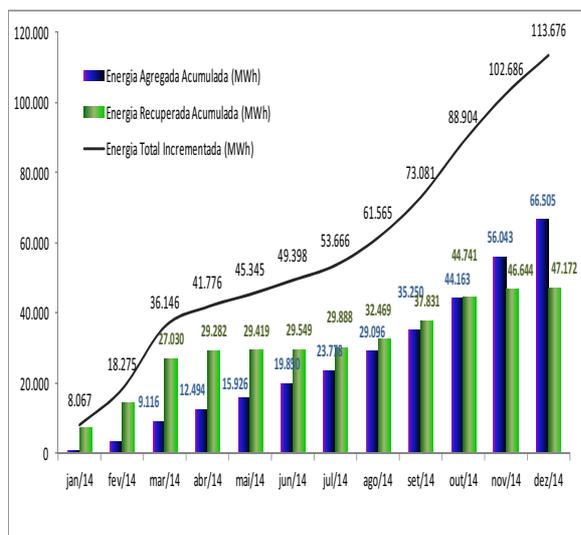
• **Recuperação da Receita**

No ano de 2014 foram recuperados 47.172 MWh em energia decorrentes dos processos de autuação por irregularidades na medição, com o faturamento de 5.132 processos administrativos. A maior parcela de recuperação está na classe residencial, correspondendo a 40% do total de processos faturados.



Fonte: Ajuri

O resultado das operações de combate às perdas em 2014 (Energia Recuperada + Energia Agregada) incrementou no faturamento o montante de 113,676 MWh. O quadro a seguir apresenta os ganhos energéticos acumulados mensalmente:



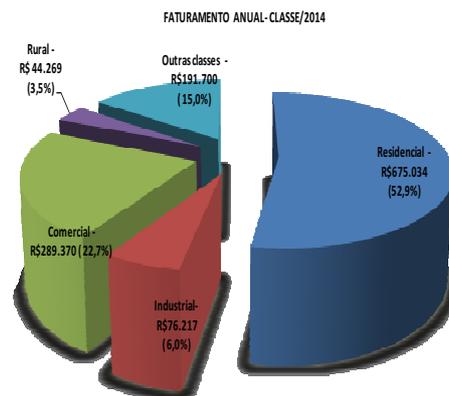
6.5. Fornecimento de Energia

Fornecimento de Energia

O faturamento com venda de energia ao mercado cativo atingiu a marca de **R\$ 1.276.590 mil**, superando em 10,4% ao registrado em 2013. O resultado reflete o impacto proporcionalmente causado pelo reajuste tarifário ocorrido em agosto/14, aprovada pela Resolução Homologatória ANEEL nº 1.781/2014, que gerou efeito médio percebido pelos consumidores cativos de 25,81% e devido ao crescimento vegetativo do mercado.

Evolução anual do faturamento por classes

Evolução anual do faturamento por classes (R\$ mil):							
Fornecimento de Energia por Classe (R\$ Mil)	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2014/2013
Residencial	411.330	489.118	536.224	682.642	624.345	675.034	8,1%
Industrial	73.226	76.658	82.594	82.407	62.001	76.217	22,9%
Comercial	184.962	209.001	236.943	291.289	258.286	289.370	12,0%
Rural	26.422	31.081	33.098	44.110	36.725	44.269	20,5%
Poder Público	63.337	71.193	75.329	92.248	82.344	89.697	8,9%
Iluminação Pública	35.866	35.184	37.811	46.816	46.977	51.735	10,1%
Serviço Público	40.084	42.740	47.497	56.243	45.218	50.268	11,2%
Subtotal por classe	835.227	954.975	1.049.496	1.295.755	1.155.896	1.276.590	10,4%
(-) Receita de Distribuição		-	-519.959	-609.540	-481.509	-519.767	7,9%
Remuneração do WACC - IFRIC 12	-17.752	-27.260	-42.728	-54.802	-71.718	-30.055	-58,1%
Total	817.475	927.715	946.809	631.413	602.669	726.768	20,6%

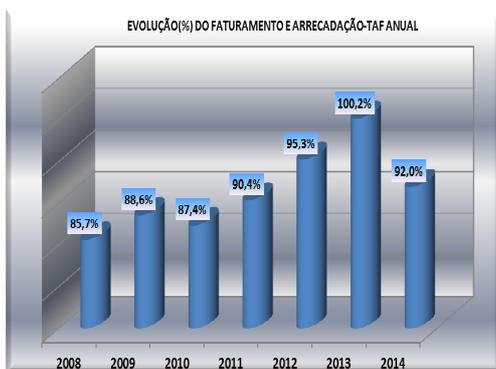


Fonte: Faturamento Balanço Contábil

Arrecadação

A Companhia alcançou, em 2014, a arrecadação de **R\$ 1.243.206 mil**, representando o índice de **92%** sobre o faturamento.

Evolução TAF



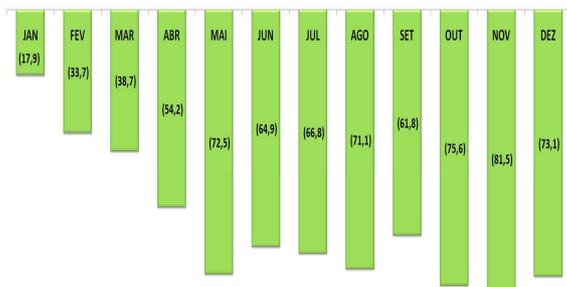
A arrecadação sofreu impacto negativo devido a grande quantidade de consumidores que detêm liminar impeditiva à suspensão do fornecimento por débito de energia por irregularidade, da conciliação de interesses sociais que inibem o corte de energia em hospitais, escolas, delegacias, águas e iluminação pública e do sentimento de impunidade de grande parte dos clientes que fazem uso da prática da auto religação.

Cabe registrar que o ano de 2014 apresentou uma piora desse indicador em relação ao alcançado em 2013, impactado pela elevada redução do volume de cortes de unidades consumidoras por motivo de rescisão contratual das prestadoras desse serviço. De um modo geral, poderia ter havido melhor desempenho do indicador INAD caso os débitos do serviço público e poder público estadual, considerados relevantes, tivessem sido negociados em sua totalidade.

O principal indicador, objeto da meta empresarial do Contrato de Metas e Desempenho - CMDE é o INAD, que mede a relação entre a inadimplência ativa no mês apurado e o faturamento dos últimos 12 meses. Pelos motivos impactantes na arrecadação, em especial a dívida formada pela Águas e Esgotos do Piauí - Agepsipa em 2014, o indicador finalizou o ano com uma elevação em relação a 2013, conforme demonstrado no gráfico a seguir:



Merece destaque o excelente resultado conseguido com a exclusão em 2014 de R\$ 73,1 milhões da dívida registrada em PDD, gerando resultado econômico à distribuidora:



Ações de Combate à Adimplência

A empresa adota regularmente diversas ações de combate à inadimplência de forma a estimular a adimplência de seus clientes.

Mídia Espontânea

Foram realizadas inúmeras matérias jornalísticas na imprensa local em jornais, rádios, televisões e internet, dirigidas a todas as classes de consumidores, com abordagem de temas institucionais e, principalmente, tratando da negativação na Serasa e suspensão do fornecimento de energia aos consumidores inadimplentes. Este assunto ganhou destaque na mídia especialmente com o corte a órgãos públicos e à campanhas de negociação em condições especiais de quitação de débitos.

Deflagração de Operações Especiais de Combate a Inadimplência

Em 2014, foram executadas diversas ações de cobranças em operações especiais voltadas à recuperação das faturas inadimplentes:

- Prioridade na cobrança e corte de clientes da baixa tensão - BT com faturas provisionadas ou lançadas para perdas;
- Fiscalização dos clientes em alta tensão - AT inadimplentes desligados;
- Cobrança e corte dos poderes públicos e serviços públicos inadimplentes;
- Cobrança e corte dos clientes em AT e BT inadimplentes com faturas decorrentes dos processos de irregularidades.

Suspensão do Fornecimento dos Poderes Públicos

Os cortes passaram a integrar a rotina da empresa, com o mesmo procedimento dos demais consumidores.

Massificação da Negativação na SERASA de clientes inadimplentes

Desde 2013 a empresa adota a negativação na SERASA em conformidade a sua Régua de Cobrança, com o encaminhamento no 11º dia após o vencimento de todos os clientes de alta tensão e os principais clientes de baixa tensão para serem negativados.

Clientes Especiais

A empresa dispõe de um setor especial que faz a gestão e realiza a cobrança personalizada dos clientes do Grupo A, poderes públicos e serviços públicos, em conformidade com a Régua de Cobrança. Essa medida possibilita agilidade na remessa das faturas e na comunicação com os clientes. Com isso houve uma redução significativa na inadimplência do segmento.

Cobrança Extrajudicial e Judicial

Em 2014 foram encaminhados 1.200 notas técnicas pela área comercial para a assessoria jurídica da empresa, totalizando um valor de R\$ 8,563 milhões em processos para ajuizamento. A seguir, quadro demonstrativo dos montantes encaminhados para a cobrança judicial.

RELATÓRIO DOS CLIENTES INADIMPLENTES ENVIADOS PARA AO DE COBRANÇA		
MS	QUANTIDADE	VALOR R\$ MIL
jan/14	50	396
fev/14	150	1.028
mar/14	100	699
abr/14	100	825
mai/14	100	701
jun/14	100	634
jul/14	100	696
ago/14	100	554
set/14	100	647
out/14	100	678
nov/14	100	477
dez/14	100	1.227
Total	1.200	8.563

• **Campanha de Negociação de Débito em Condições Especiais**

Fato relevante ocorrido em 2014 foi a Campanha de negociação de débitos em condições especiais que proporcionou a negociação e/ou pagamento à vista de R\$ 58,3 milhões, conforme desempenho demonstrado no quadro a seguir:

ITEM	PIAUI
TOTAL CLIENTES - UD	10.499
DÉBITO NEGOCIADO - R\$	19.476.909
VALOR ARRECADADO - R\$	5.536.795

7. Desempenho Operacional

7.1. Qualidade no Fornecimento

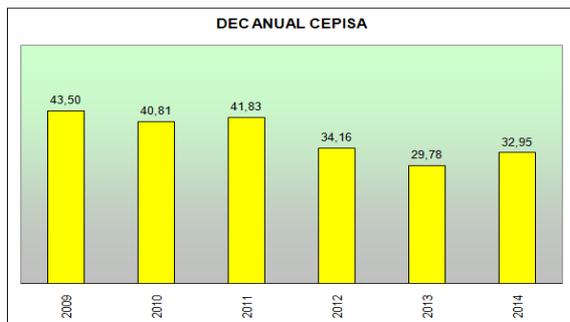
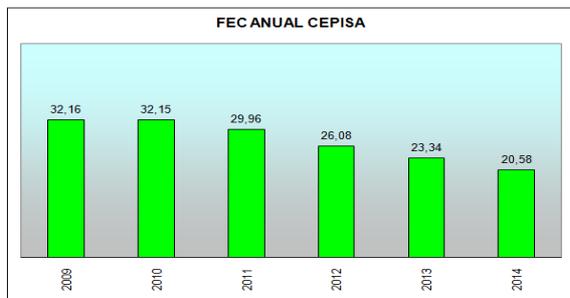
O FEC (número de vezes em que, em média, cada cliente fica sem energia) encerrou o ano com **11,8%** de redução em relação a 2013, ao reduzir de 23,34 para 20,58 vezes.

O DEC (número de horas em que, em média, cada cliente fica sem energia) apresentou um desempenho pior que o ano anterior, ao aumentar de 29,78 para 32,95 horas, representando um acréscimo de **10,6%**.

Os principais ofensores para o aumento do indicador DEC são apresentados abaixo:

- Redução de 28% na quantidade de equipes para atendimento emergencial pela necessidade de adequação ao orçamento de custeio, que naquele momento sofreu a redução de 20%.
- Sobrecarga nos alimentadores da capital, necessitando de conclusão de 18 alimentadores.
- Sobrecarga na LD 69KV Nazária/São Pedro e operando em condições críticas, a segunda linha de 69KV Nazária / São Pedro e terminais associados está em fase de construção com previsão para energização em julho/2015;
- Aumento na contribuição do DEC de origem externa (SUPRIDORA/CHESF), representando em 2014, 4,4% do resultado do ano;
- LD 34,5KV Campo Maior/Castelo/Barras em condições críticas de operação apresentado sobrecarga e afundamento de tensão, a nova linha em 69KV Campo Maior/Barras e a subestação Barras 69/34,5/13,8KV, foi energizada 14/12/2014, deixando o eixo Campo Maior/Barras operando em condições normal e deverá impactar na redução dos indicadores DEC e FEC em 2015;
- Eixo Satélite/Marambaia/União/Miguel Alves sem proteção seletiva por falta de disjuntores nas saídas das linhas, com as ações de instalação do disjuntor na subestação Marambaia, saída para União no dia 24/10/2014 e energizar outro disjuntor na subestação União, saída para Miguel Alves, no dia 18/12/2014, espera-se uma significativa redução dos indicadores DEC e FEC em 2015.

Nos gráficos abaixo é apresentada a evolução dos indicadores DEC e FEC no período de 2009 a 2014:



7.2. Operação e Manutenção do Sistema Elétrico

A Companhia Energética do Piauí, em 2014, instalou bay de transferência e disjuntores ao longo dos eixos de Satélite – Marambaia – União - Miguel Alves que reduziu consideravelmente os índices de FEC e DEC em virtude do aumento da seletividade do circuito de alta tensão subdividido. O remanejamento da configuração do disjuntor de barra da instalação de Nazária eliminou a sobrecarga existente na barra de 69kV, que resultou numa maior confiabilidade operacional do eixo Nazária – São Pedro fornecendo energia com a continuidade adequada aos consumidores da região de Nazária, São Pedro, Amarante, Regeneração, Palmeirais e São Francisco/MA.

Dentro desse contexto destaca-se a ampliação e operação do Sistema de Despacho Móvel de Serviço da Distribuição - SDM, no Estado do Piauí, que visa agilizar o atendimento de reclamações dos consumidores quanto à falta de energia elétrica, melhorando o tempo médio de atendimento.

7.3. Comunicação e Relacionamento com o Consumidor

A Companhia atuou intensamente ao longo do ano de 2014 visando a excelência no atendimento do consumidor, buscando sempre alinhar a melhoria do serviço prestado com o cumprimento das metas estabelecidas. Para tanto, tem investido em modernização das agências de atendimento e qualificação dos atendentes; manutenção do Call Center, em Brasília, que utiliza tecnologia de ponta, possibilitando maior controle dos indicadores, em tempo real; instalação e substituição de novos TAS – Terminal de Auto Serviço na regional de Floriano; criação do Setor de Tratamento de Reclamações; iniciado o processo de renovação da ISO 9001 e verificação de conformidade da ISO 10002 – Diretrizes para o Tratamento de Reclamações.

7.3.1. Esforços para Expansão dos Postos de Atendimento

Em 2014, a Companhia, em cumprimento a Resolução Normativa nº 414/2010 da ANEEL, licitou o projeto de migração de lojas próprias de atendimento para 163 Postos de Atendimento que funcionariam com agentes parceiros (farmácias, comércios, padarias, etc.), na tentativa de ampliar sua abrangência para os 224 municípios do Estado do Piauí e totalizando 227 canais de atendimento presencial distribuídos em todo o Estado, sendo 223 no interior e 4 na capital Teresina (lojas de atendimento situadas na Avenida Maranhão, Bairros Dirceu Arcoverde e Parque Piauí, e Espaço da Cidadania).

O projeto foi licitado com sucesso, tendo como vencedora a empresa Linhares e Castro. Entretanto em virtude de decisão judicial no bojo do processo nº 0501400-70.1005.5.22.0004, esta concessionária está proibida de realizar tais serviços de forma terceirizada devendo primarizá-los.

7.3.2. Atendimento Personalizado para Grandes Clientes

A Companhia conta com atendimento personalizado para os grandes clientes e órgãos do poder público, com um espaço diferenciado para suas tratativas com atendentes especializados para esta demanda. Em 2014 foram intensificadas as entregas de faturas de Alta Tensão por e-mail, aumentando a satisfação dos nossos clientes. A atuação do atendimento do poder público teve função estratégica para a arrecadação da empresa através de políticas de negociações de débitos municipais, estaduais e federais em todo Estado, além de atuar frente à renovação de contratos, cadastramento de iluminação Pública com o foco no combate às perdas e ampliação da arrecadação da COSIP. Foi implantado o processo e micro e minigeração, atendendo aos clientes que utilizam fontes renováveis de energia.

7.3.3. Novos Canais de Atendimento

O atendimento comercial da Companhia ganhou mais versatilidade com as novas ferramentas de atendimento. Foram feitas substituição de 06 terminais de auto-serviço (TAS), e, implantados mais 02 (dois) Terminais de Auto Serviço (TAS) em novas localidades, além dos 13 terminais existentes. Os totens estão disponíveis nas agências de atendimento da Av. Maranhão, Parque Piauí, Dirceu, Espaço da Cidadania, Campo Maior, Piripiri, Parnaíba, Esperantina, Floriano, Uruçuí, Bom Jesus, São Raimundo Nonato, Picos, São João do Piauí e Barras e emitem cerca de 5.000 (cinco mil) segundas vias por mês, cada um.

A Companhia já trabalha para instalar mais 05 Terminais de Auto Atendimento a fim de assegurar maior facilidade e agilidade no atendimento ao público, reduzindo ainda mais o tempo de espera dos clientes.

Ainda pensando na melhoria na qualidade do atendimento ao consumidor, foi implantado o gerenciador de atendimento nas 04 lojas de atendimento da capital, em 10 UAC's e nas 4 Regionais de todo Estado. E, ainda, há previsão de estender para as maiores lojas de atendimento de todo estado. Este gerenciador de atendimento promove uma melhor gestão do atendimento, possibilitando o controle da produtividade dos colaboradores, a estratificação do tipo de serviço solicitado, o dimensionamento de pessoal e a geração de relatórios gerenciais.

Ainda pensando na comodidade do consumidor, além do Ajuri Web, canal de auto atendimento pelo web site através da agência virtual, a Companhia disponibilizou um novo módulo de emissão de segunda via, ferramenta de atendimento on-line disponível no site www.eletrbraspiui.com onde o cliente pode emitir segunda via de fatura possuindo apenas o CPF e o Código Único da fatura, simplificando e trazendo maior comodidade ao consumidor. Em 2014, o canal de atendimento pela web teve cerca de 466.000 (quatrocentos e sessenta e seis mil) acessos. Ainda no site da Companhia são publicadas informações de interesse da população e dos colaboradores da concessionária, como ressarcimento por danos elétricos, utilização consciente de energia, etc. Por meio da página eletrônica, os internautas tem resultado de concursos, desligamentos programados, editais de licitação, contato com a ouvidoria e relação de postos de atendimento com endereços e telefones. O site funciona, também, como fonte de dados sobre o setor elétrico, visto que os diversos links disponibilizados na página já registram quase 7 (sete) milhões de acessos desde a implantação do site.

7.3.4. Call Center

Durante todo o ano de 2014, o Call Center funcionou com 10 P.A.'s locais em Teresina e o restante centralizado em Brasília. Uma das vantagens do Call Center centralizado é modalidade de atendentes *multi skill*, ou seja, o colaborador é treinado para realizar atendimento para as seis empresas distribuidoras do grupo Eletrobras. Os *multi skill*'s sempre são remanejados quando há atendentes ociosos em uma distribuidora e fila em outra, aumentando significativamente a quantidade de atendentes logados para realizar o atendimento. Os atendentes recebem *feedbacks* periodicamente, demonstrando a preocupação com a qualidade do serviço. Todas as ações demonstram a preocupação constante da Eletrobras com a satisfação de seus clientes.

7.3.5. Certificação ISO 9001 e ISO 10002

A ISO 9001 é um referencial internacional de gestão da qualidade que se aplica a todas as organizações independentes de suas atividades. Em 2014 o Departamento iniciou o novo processo licitatório para contratação da empresa certificadora para renovar a certificação atual aumentando o escopo do processo incluindo a ISO 10002:2005. Para atender as diretrizes da ISO 10002:2005 foi criado o núcleo de tratamento de reclamações que acompanha diariamente as ordens de serviço que estão em aberto, verificando se as mesmas estão sendo concluídas no prazo e a qualidade do serviço. Para atender as duas normas o escopo foi alterado para:

- Coleta, apuração e fornecimento de dados do processo de tratamento de reclamações e dos padrões de atendimento comercial dos consumidores do serviço de energia elétrica;
- Tratamento de reclamações dos consumidores.

A certificação desses processos demonstra ao ente regulador, aos nossos clientes e colaboradores a preocupação da Companhia com a qualidade e satisfação dos seus clientes (interno/externo), garantindo que as ações são desenvolvidas conforme legislação, que há verificação contínua do desempenho do processo e a busca constante de melhorias aplicáveis.

7.3.6. Ouvidoria

Em 2014, a Ouvidoria atendeu 2.739 manifestações de consumidores cujas demandas não haviam sido solucionadas pelos demais canais de atendimento disponibilizados pela distribuidora a saber:

TIPOLOGIA DAS MANIFESTAÇÕES	TOTAL	PERCENTUAL
	2.739	100,00%
Reclamações	2.502	91,35%
Informações	153	5,58%
Elogios	2	0,07%
Denúncias	72	2,63%
Sugestões	10	0,37%

Desse total 91,35% foram reclamações, o que demonstra que os canais de acesso da ouvidoria disponibilizado aos consumidores desta concessionária, contribuem para a correção de falhas e para o aprimoramento na prestação dos serviços demandados pelos consumidores. No entanto ficou evidenciado que a melhoria da qualidade do serviço requer um maior compromisso das áreas envolvidas tanto no que diz respeito ao atendimento dos serviços prestados que causaram as maiores insatisfações dos consumidores, à interrupção do fornecimento de energia, a variação/oscilação de tensão, o atendimento nas agências, a cobrança por irregularidade, a cobrança indevida e erro de leitura, quanto pelo cumprimento dos prazos estabelecidos para as resposta das manifestações recebidas, visando salvaguardar a concessionária de penalidades.

8. ASPECTOS ECONÔMICOS e FINANCEIROS

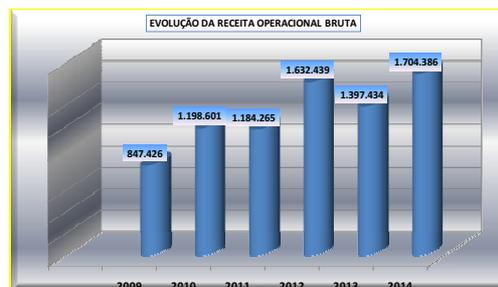
Indicadores Econômicos

O desempenho econômico e financeiro está sendo apresentado em conformidade com as demonstrações financeiras societária da Companhia dos exercícios de 2014.

Principais Resultados	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Varição % 2014/2013
Receita Operacional Bruta (R\$ Mil)	847.426	1.198.601	1.184.265	1.632.439	1.397.434	1.704.386	22,0%
Tributos e Encargos Regulatórios sobre Vendas (R\$ Mil)	280.519	327.746	379.037	449.723	378.523	412.800	9,1%
Receita Operacional Líquida (R\$ Mil)	566.907	870.855	805.228	1.182.716	1.018.911	1.291.577	26,8%
Custos e Despesas Operacionais	(595.097)	(909.288)	(730.143)	(1.179.810)	(1.377.054)	(1.121.458)	-18,6%
Resultado do Serviço de Energia Elétrica (R\$ Mil)	(28.190)	(38.433)	75.085	2.906	(358.143)	170.118	-147,5%
Margem Operacional (%)	-5,0%	-4,4%	9,3%	0,2%	-35,1%	13,2%	-137,6%
Geração Operacional de Caixa (EBITDA) - R\$ Mil	(2.479)	(5.178)	97.092	19.280	(329.267)	201.456	-161,2%
Margem EBITDA (%)	-0,4%	-0,6%	12,1%	1,6%	-32,3%	15,6%	-146,3%
Resultado Financeiro (R\$ Mil)	(82.450)	(50.007)	(22.781)	(53.831)	(69.728)	(169.289)	142,8%
Lucro (Prejuízo) do Período (R\$ Mil)	(110.640)	(97.931)	41.934	(50.925)	(427.871)	37.935	-108,9%
Ativo Total (R\$ Mil)	683.371	816.746	1.035.639	1.323.679	1.131.441	1.585.185	40,1%
Investimento (R\$ Mil)	144.154	275.916	299.974	314.648	207.085	132.432	-36,0%
Patrimônio Líquido (R\$ Mil)	(889.363)	(204.479)	(185.155)	(223.505)	(219.477)	(141.058)	-35,7%

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta da Companhia registrou em 2014 o montante de R\$ 1.704.386 mil, apresentando um crescimento de 22,0% em relação ao exercício anterior que foi de 1.397.434 mil. Dentro da receita de 2013 e 2014, está incluso o valor R\$ 196.591 mil e R\$ 126.130 mil, respectivamente, referente à apuração da receita de construção, conforme a Instrução do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPIC 01.



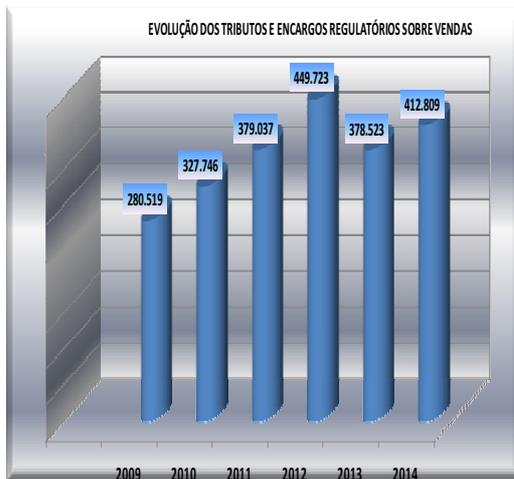
A receita operacional bruta é composta por receitas derivadas do fornecimento de energia elétrica, do uso da rede e energia de curto prazo, receita de construção (receita relativa a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica conforme Interpretação Técnica ICPC 01 e Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção e CPC 30 – Receitas) e outras receitas (arrendamentos e aluguéis, prestação de serviços, taxa de religação, doações, subvenções, etc). O quadro abaixo reflete a composição descrita:

RECEITA OPERACIONAL BRUTA	31/12/2014	31/12/2013	Variação	
			R\$	%
Fornecimento de Energia Elétrica	918.327	541.847	376.480	69,5%
Uso da Rede e Energia de Curto Prazo	538.424	510.312	28.112	5,5%
Receita de Construção - IFRIC 12	126.130	196.591	(70.461)	-35,8%
Outras Receitas	121.505	148.684	(27.179)	-18,3%
	1.704.386	1.397.434	306.952	22,0%

Tributos e Encargos Regulatórios sobre Vendas no mercado cativos

A Companhia Energética do Piauí está entre os maiores contribuintes de tributos do Estado do Piauí, incidentes sobre vendas. Em 2014, esses tributos e encargos regulatórios totalizaram R\$ 412.809 mil, 9,1% maior do valor apurado em 2013 R\$ 378.523 mil. O ICMS registrado em 2014 foi de R\$ 277.672 mil, com acréscimo de 7% em relação a 2013 R\$ 259.502 mil, representando 67,3% do total geral de tributos e encargos regulatórios do exercício.

Do total apurado com tributos e encargos regulatórios em 2014 de R\$ 412.809 mil, o montante de R\$ 400.719 mil corresponde a impostos e contribuições sociais, representando 97,1% e R\$ 12.090 mil de encargos regulatórios, com apenas 2,9%.



Receita Operacional Líquida

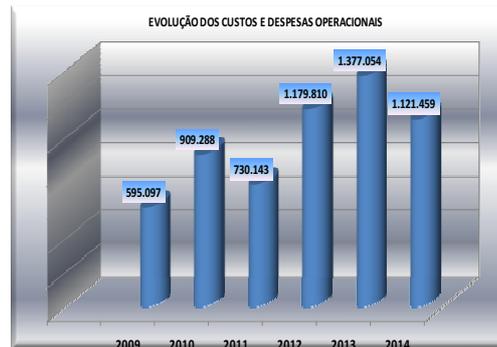
A receita operacional líquida, que considera as deduções de impostos e encargos regulatórios sobre vendas, registrou em 2014 um montante de R\$ 1.291.577 mil, com um acréscimo de 26,8% em relação a 2013 que foi de R\$ 1.018.911 mil.

O resultado reflete o impacto proporcionalmente causado pelo reajuste tarifário ocorrido em agosto/14 aprovada pela Resolução Homologatória ANEEL nº 1.781/2014, que gerou efeito médio percebido pelos consumidores cativos da ordem de 25,81%, bem como ao crescimento vegetativo do mercado.



Custos e Despesas Operacionais

O custo do serviço com energia elétrica, custo de operação, custo de construção e as despesas operacionais totalizaram, em 2014 o montante de R\$ 1.121.459 mil, contra R\$ 1.377.054 mil em 2013, representando um decréscimo de 18,6%. Comparativamente ao exercício anterior, esse decréscimo foi impactado fortemente pela redução do custo de pessoal em função do PID- Programa Incentivado de Demissão, ocorrido em 2013, pela reversão de provisão para crédito de liquidação duvidosa, em função da campanha de parcelamento de débito ocorrida em 2014, pela redução da provisão do teste de impairment da Base de Remuneração Regulatória-BRR, bem como pela contabilização do repasse das contas ACR/CDE, que contribuiu para a redução do custo com energia elétrica.



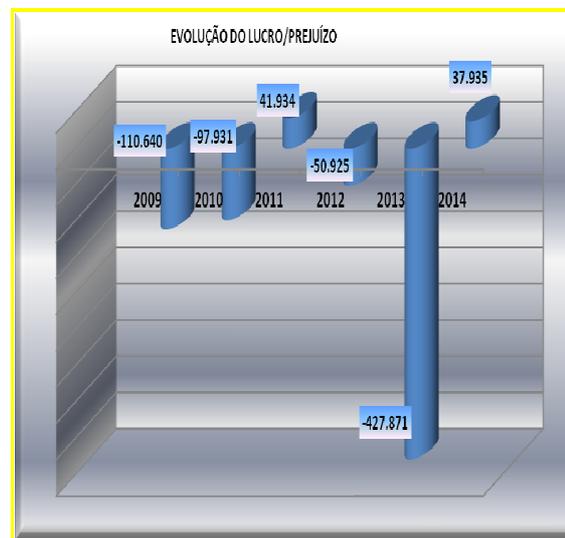
Custos e Despesas Operacionais	2014	2013
Custo com Energia Elétrica	(601.543)	(461.840)
Energia elétrica comprada para revenda	(731.953)	(481.224)
Encargos de uso do sistema de transmissão	(48.881)	(15.492)
Repasse contas ACR/CDE	179.291	34.876
Custo de Operação	(288.486)	(536.662)
Pessoal, material e serviços de terceiros	(190.316)	(262.747)
Depreciação e amortização	(30.566)	(28.091)
Outros	(67.604)	(245.824)
Custo de Construção	(126.130)	(196.591)
Despesas Operacionais	(105.300)	(181.961)
	(1.121.459)	(1.377.054)

Resultado do Serviço de Energia Elétrica e Margem Operacional

Com os efeitos dos fatos anteriormente mencionados o resultado do serviço atingiu o montante de R\$ 170.119 mil, superior ao resultado de 2013 em 147,5% (2013 R\$ -358.143 mil). Com este resultado a margem operacional do serviço (resultado do serviço/receita operacional líquida), passou em 2013 de -35,1% para 13,2% em 2014, com um crescimento de 137,5%.

Geração Operacional de Caixa (EBITDA)

A geração de caixa operacional expressa pelo EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA) em 2014 foi de R\$ 201.456 mil, representando um crescimento de 161,0% em relação aos R\$ -329.267 mil registrado em 2013. A margem do EBITDA (EBITDA/receita operacional líquida) é de 15,6%, maior em 148% em relação a 2013.



Resultado Financeiro

O resultado financeiro do exercício de 2014 apresentou uma despesa líquida de R\$ 169.289 mil, superior ao resultado em 143% em relação ao ano de 2013 que foi de R\$ 69.728. Este resultado decorreu principalmente em função dos encargos de dívida (R\$ 98.651 mil), variações monetárias de R\$ 38.838 mil e juros com R\$ 25.610 mil.

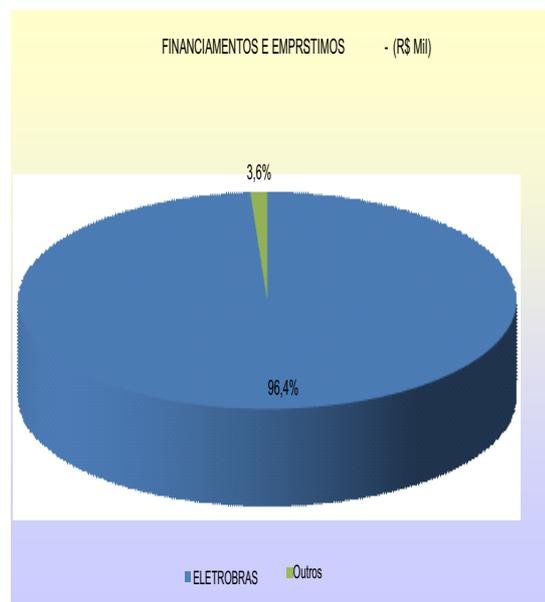
Cerca de 96,4% dos empréstimos e financiamentos contraídos por esta empresa foram firmados com a Eletrobras e, durante o exercício de 2014, em virtude do déficit operacional de caixa, não foi viabilizada a quitação do serviço da dívida adquirida. Para tanto, foram contratados novos empréstimos com a Eletrobras, o que acarretou o relevante crescimento dos encargos financeiros derivados dessas operações.



Endividamento

Em 31 de dezembro de 2014, os financiamentos e empréstimos totalizaram R\$ 1.058.561 mil, em 2013 R\$ 794.756 mil. Desse total, a Eletrobras é credora de R\$ 1.020.658 mil, equivalente a 96,4%.

A maioria dos empréstimos adquiridos no exercício de 2014 foram contratados com a Eletrobras e objetivaram a quitação do serviço da dívida dos demais empréstimos e financiamentos firmados com a mesma.



	01/01/2014 a 31/12/2014	01/01/2013 a 31/12/2013
Receitas		
Rendimento de aplicações financeiras	820	997
Acréscimos moratórios	50.166	53.363
Variações monetárias ativas	5.721	13.508
Descontos financeiros	20.272	9.820
CVA	(56.486)	
	20.493	77.688
Despesas		
Encargos de dívida	98.651	70.703
Juros PEE e P&D	3.091	2.306
Multas	14.969	18.064
Variações monetárias passivas	44.559	47.141
DIC/FIC - Res. 246 ANEEL	2.902	2.461
Juros	25.610	6.741
	189.782	147.416
Resultado Financeiro	(169.289)	(69.728)

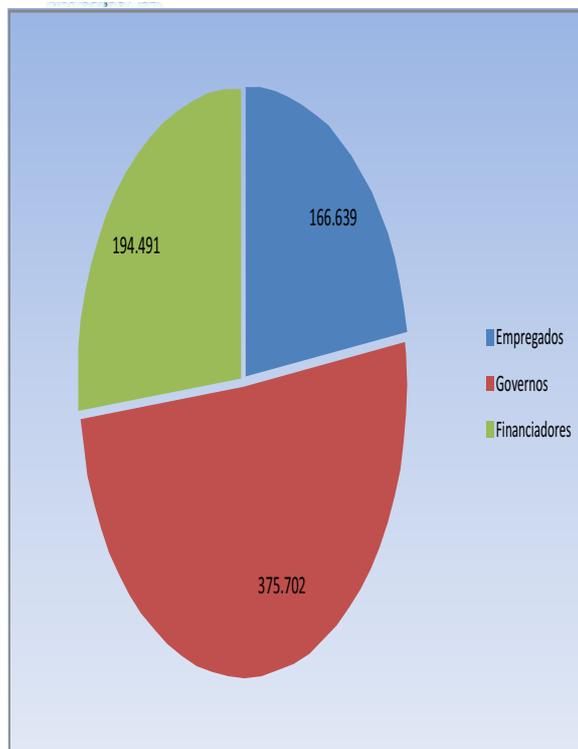
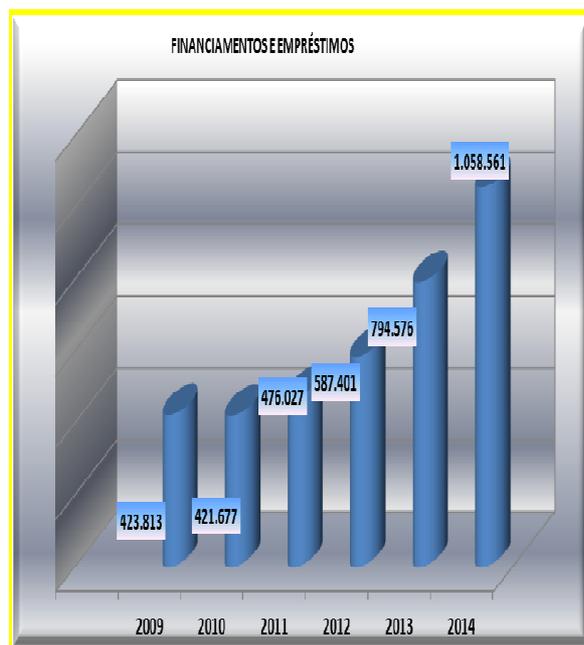
Resultado do Exercício

O Resultado do ano de 2014 registra um lucro líquido de R\$ 37.935 mil, que comparado ao exercício de 2013, que teve um prejuízo de R\$ 427.871 mil, teve uma variação de 109%.

Nos saldos dos financiamentos e empréstimos houve um acréscimo decorrente de aporte de recursos oriundos da Eletrobras.



Financiamentos e Empréstimos (R\$ mil)	2010	2011	2012	2013	2014
Eletrobras	352.914	463.267	578.371	785.904	1.020.658
CHESF	58.025	3.064	-	-	-
Outros	10.738	9.696	9.030	8.672	37.903
Total	421.677	476.027	587.401	794.576	1.058.561



Distribuição do Valor Adicionado	31/12/2014	31/12/2013	Variação	
			R\$	%
Empregados	166.639	251.585	(84.946)	(33,8)
Governos	375.702	378.524	(2.822)	(0,7)
Financiadores	194.491	152.087	42.404	27,9
Total	736.832	782.196	(45.364)	(5,8)

Valor Adicionado

O valor adicionado tem a função de divulgar e identificar o valor da riqueza gerada pela Companhia, e como essa riqueza foi distribuída entre os diversos atores que contribuíram, direta ou indiretamente, para a sua geração, tais quais: os empregados que forneceram a mão de obra, os investidores que forneceram o capital, os financiadores que emprestaram os recursos e o governo que forneceu a lei e a ordem, infraestrutura sócio-econômica e os serviços de apoio.

Constitui assim, o valor adicionado, a receita de venda, deduzida dos custos dos recursos adquiridos de terceiros. É, portanto, o quanto a Companhia contribuiu para a formação do Produto Interno Bruto (PIB) da Região.

O valor econômico gerado pela Companhia em 2014, conforme o balanço societário foi de R\$ 736.832 mil, inferior ao valor adicionado de 2013, que foi R\$ 782.196 mil, em 5,8%. Este valor representa a contribuição da Companhia para o crescimento nacional, especialmente para o Estado do Piauí e região nordeste.

Este valor foi devolvido à sociedade em forma de salários, encargos e benefícios aos empregados, impostos, taxas e contribuições aos governos federal, estadual e municipais e pagamentos a fornecedores pela aquisição de bens e serviços e juros aos financiadores.

Estrutura Societária

A Companhia Energética do Piauí, sociedade anônima de economia mista, de capital fechado, enquanto subsidiária da Eletrobras, atende aos requisitos da Lei Sarbanes-Oxley (SOX) na prestação de informações, para que a Holding possa manter a negociação das suas ações por meio de American Depositary Receipts (ADR), nível 2, bem como participar do Dow Jones Sustainability Index (DJSI) da Bolsa de Nova York no Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores de São Paulo (ISE - Bovespa).

Em 2014, o Capital Social da Companhia, no valor de R\$ 1.256.331 mil, sendo R\$ 1.199.757 mil em ações ordinárias e R\$ 56.574 mil em ações preferenciais. A quantidade de ações apresentou a seguinte composição:

Espécie/Classe das ações	Ações		
	Valor R\$	Quantidade	%
Ordinárias	1.199.757	744.131.334	95,50%
Preferenciais - Classe "A"	31.132	19.310.694	2,48%
Preferenciais - Classe "B"	25.442	15.781.524	2,02%
Total	1.256.331	779.223.552	100,00%

As ações ordinárias conferem direito de voto nas deliberações da assembleia geral de acionistas, na proporção de um voto por ação, ou o direito ao voto múltiplo, nos casos e na forma previstos em lei.

As ações preferenciais não têm direito de voto na assembleia geral de acionistas e gozarão das seguintes vantagens:

- Prioridade na distribuição e recebimento de dividendos anuais de até 10% (dez por cento), calculados sobre o valor da parcela do capital representado pelas ações preferenciais classe "A";
- Montante de dividendos equivalente no mínimo a 10% (dez por cento), calculados sobre o valor da parcela de capital representado pelas ações preferenciais Classe "B"; e,
- Prioridade no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia.

Relacionamento com auditores Independentes

Em cumprimento ao disposto na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia Energética do Piauí informa que utiliza os serviços de auditoria independente da empresa KPMG no Brasil, contratada pela Holding para a execução dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras da controladora e consolidadas do sistema Eletrobras, devendo ser ressaltado, adicionalmente, que a referida empresa de auditoria também é contratada para a execução dos serviços de auditoria independente nas demonstrações financeiras regulatórias e que não possui nenhum outro contrato de prestação de serviço com a citada empresa que não os referentes aos próprios serviços de auditoria nas demonstrações financeiras societárias e regulatórias.

9. RECURSOS HUMANOS

Administração de Pessoal

Em 2014, a Companhia Energética do Piauí prosseguiu admitindo candidatos aprovados no Concurso Público realizado em 2007 por força de decisões judiciais, tendo encerrado o exercício com 09 (nove) novas contratações alusivas a Profissionais de Nível Fundamental, Profissionais de Nível Médio Suporte e Profissionais de Médio Operacional, distribuídos nas diversas Diretorias.

Quanto às demissões, a Companhia finalizou o ano com 35 (trinta e cinco) desligamentos, sendo 15 (quinze) a pedido, 03 (três) falecimentos e 17 (dezessete) demissões via Plano de Incentivo ao Desligamento – PID 2013/2014. Esse último – PID – foi implantado em 2013 e continuou sendo executado em 2014, de forma unificada em todo o Sistema Eletrobras, com vistas à redução de custos de pessoal, aliada à valorização, mediante pagamento de indenização, dos empregados com mais de 20 (vinte) anos de vínculo contratual e/ou aposentados que optaram por desligar-se da empresa.

Desenvolvimento e Educação

Exercendo o seu papel social, a Empresa manteve a operacionalização do Programa de Estágio em 2014, oferecendo, até o dia 30/06/2014, 37 (trinta e sete) vagas de estágio para estudantes regularmente matriculados em Instituições de Ensino Superior e Nível Médio Técnico. No final do exercício, a empresa contava com 25 (vinte e cinco) estagiários, sendo 05 (cinco) de nível médio técnico e 20 (vinte) de nível superior.

Do mesmo modo, manteve os jovens aprendizes contratados em 2012 via concurso público, tendo os respectivos contratos finalizados na data de 30/07/2014, com 36 (trinta e seis) deles.

Já na área de desenvolvimento profissional, a Empresa reafirmou, por intermédio de Dissídio Coletivo de Trabalho, o compromisso de disponibilizar o Incentivo Educação alcançando a marca de R\$ 1,09 milhão/ano.

Seguindo, desta feita com ações voltadas para o desenvolvimento das competências dos colaboradores, através da Gerência de Desenvolvimento de Pessoas, a Empresa atingiu a marca de 30.570 (trinta mil, quinhentos e setenta) horas de treinamento com destaque para o Programa de capacitação, atualização e desenvolvimento de competências críticas no setor de distribuição de energia; Procedimento Operacional Padrão – POPs; Reciclagem em NR-10 e SEP; CIPA; A arte da boa comunicação; Oficinas para Gestores SGD; Workshop da gestão 2014; Trilha de capacitação do Escritório de Projetos, dentre outros.

Benefícios e Bem-Estar

Há de se destacar o volume e diversidade de benefícios sociais concedidos pela Empresa, contribuindo, positivamente, para a melhoria de qualidade de vida e, conseqüentemente, para motivação funcional, tais como: Auxílio Alimentação, Assistência Médica, Reembolso Medicamentos/Farmácia, Vale Transporte, Auxílio Creche, Incentivo à Educação Superior, Reembolso Academia e outros benefícios.

Ainda no escopo dos Benefícios e Bem-Estar, também vale mencionar as ações promovidas pela Empresa com o intuito de estimular a melhoria da qualidade de vida, dentre elas as palestras sobre

diversos temas relacionados à saúde, campanha interna contra a dengue, campanha de vacinação contra a gripe e o Programa Energia na Medida com o objetivo de combate à obesidade e manutenção da saúde.

Segurança do Trabalho

Em 2014, a empresa continuou realizando os trabalhos de fiscalização das equipes de campo. Foram realizadas 435 (quatrocentas e trinta e cinco) inspeções, sendo 360 (trezentos e sessenta) em equipes terceirizadas e 075 (setenta e cinco) em equipes próprias, momento em que foi vistoriado o cumprimento das normas e procedimentos de segurança, a utilização dos fardamentos antichama e demais Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, bem como Equipamentos de Proteção Coletiva - EPCs e, paralelamente, a realização de seminários de conscientização da necessidade de priorizar a segurança no trabalho.

Fundação CEPISA de Seguridade Social - FACEPI

A FACEPI – Fundação Cepisa de Seguridade Social, administra dois planos de benefícios patrocinados pela Companhia Energética do Piauí, um Plano BD, um Plano CV e o PGA (Gestão Administrativa).

Em meio a um cenário difícil para todas as Entidades de fundos fechados no ano de 2014, onde o desempenho foi negativo, alcançando uma queda de 2,91%, a FACEPI conseguiu encerrar o exercício com uma rentabilidade positiva de 9,87% no Plano BD; 10,63% no Plano CV; e 10,95% no Plano PGA.

Esses resultados foram possíveis devido ao cumprimento da seleção de ativos, alinhado com estratégias de longo prazo adotadas pela Entidade com base no Estudo de ALM e sua Política de Investimento.

Nesse cenário, a FACEPI contou em 31/12/2014, em seu Plano BD, com 621 participantes ativos; 613 aposentadorias programadas; 47 aposentadorias por invalidez; 249 pensionistas e 15 auxílios funerários concedidos, com uma folha de pagamento de benefícios de R\$ 16,7 milhões acumulados ao final do exercício, cumprindo assim, com seu objetivo, como também com a política de recursos humanos da Patrocinadora. Já no Plano CV, em 31/12/2014, tinha 351 participantes ativos, 28 aposentadorias pelo benefício proporcional diferido (remanescentes das aposentadorias programadas pagas no ano anterior e corrigidas neste exercício) e 03 pensionistas, com uma folha de pagamento de R\$ 388 mil para esses benefícios.

10. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Estrutura de Governança Corporativa

A Governança Corporativa da Companhia é representada pelos relacionamentos da Administração Superior, constituída pela Assembleia Geral de Acionistas, Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Auditoria Interna, Comitê de Gestão de Riscos, Comitês Internos e Ouvidoria.

Em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº 381, de 14/01/2003, a Eletrobras contrata serviços de auditoria independente, para todas as empresas do Sistema, com a finalidade de atestar a adequação de atos ou fatos para atribuir características de confiabilidade a atividades mediante utilização de procedimentos técnicos específicos. No caso das demonstrações financeiras, tem por objetivo a emissão de pareceres sobre a adequação das contas da Empresa, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC) e com a legislação específica pertinente.

Assembleia Geral de Acionistas

Além dos casos previstos em lei, a Assembleia Geral de Acionistas reúne-se extraordinariamente para aumento do Capital Social; reformulação do Estatuto Social; e para deliberar sobre outros assuntos que forem propostos pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal.



Em 2014, a Assembleia Geral Ordinária (AGO) ocorreu em 29 de abril para aprovar, entre outros assuntos, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras de 2013, bem como, eleger os membros do Conselho Fiscal e membros para o Conselho de Administração.

Apenas uma Assembleia Geral Extraordinária (AGE) foi realizada em 2014, especificamente no dia 04 de Agosto, objetivando a substituição de dois membros do Conselho de Administração.

Conselho de Administração

Instância máxima da Administração da Companhia, o Conselho de Administração é composto por até seis membros, brasileiros, acionistas, com reputação ilibada e idoneidade moral, eleitos pela Assembleia Geral, os quais, dentre eles, designarão o Presidente do Conselho, todos com prazo de gestão de um ano, admitida a reeleição. Dentre os membros do Conselho de Administração é escolhido o Diretor-Presidente da Empresa. Um dos membros do Conselho é indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e outro eleito como representante dos empregados, escolhido pelo voto direto dos seus pares dentre os empregados ativos e em eleição organizada pela Empresa em conjunto com as autoridades sindicais que os representem, nos termos da legislação vigente. Este Colegiado, em 2014, reuniu-se 23 vezes.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva constitui-se de um Diretor-Presidente e de cinco Diretores, gestores dos negócios da Empresa, brasileiros, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de três anos, com direito a reeleição, que exercem suas funções em regime de tempo integral, nas seguintes áreas de atividade: Presidência; Gestão; Finanças; Planejamento e Expansão; Comercial e Assuntos Regulatórios e Projetos Especiais. As decisões regulamentares e estatutárias da Diretoria Executiva são tomadas em reunião semanal e constituem o processo deliberativo em que as matérias de interesse de cada Diretoria são submetidas. Em 2014, foram realizadas 53 reuniões.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal compõe-se de três membros efetivos e respectivos suplentes, brasileiros, residentes no País, acionistas ou não, eleitos por AGO para mandato de um ano, podendo ser reeleitos, observando-se os requisitos e impedimentos fixados pela legislação vigente. Um de seus membros efetivos e o respectivo suplente são indicados pelo Ministério da Fazenda, como representantes do Tesouro Nacional. Em 2013, este Colegiado reuniu-se 12 vezes para cumprir suas atribuições legais, dentre as quais, fiscalizar os atos dos Administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários.

O Conselho Fiscal, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, emitiu 01(um) parecer no ano de 2014, relativo à análise do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras do exercício de 2013, com manifestação favorável e recomendação de aprovação por parte dos acionistas, na Assembleia Geral Ordinária.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna é subordinada ao Conselho de Administração e promove o exame das atividades desenvolvidas pelas unidades organizacionais, com o objetivo de analisar a gestão das mesmas e verificar procedimentos, controles aplicados, sistemas informatizados, registros, arquivos de documentos e dados, cumprimento de diretrizes, atos normativos internos e preceitos da legislação vigente.

Os trabalhos são planejados seguindo orientação de uma matriz de risco elaborada pelos técnicos da unidade de Auditoria Interna onde contempla a maioria dos processos existentes na Empresa. Outros instrumentos são as demandas dos órgãos de controle (CGU/TCU/ANEEL), solicitações dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Auditoria Interna da Holding.

Em 2014, foram realizados 9 trabalhos de auditoria, oriundos do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT), em conformidade com o disposto na Instrução Normativa nº 01/2007, de 03/01/2007, da Controladoria Geral da União - CGU, tendo como base de planejamento, os recursos humanos disponíveis no exercício de 2013, num total de 03 (três) empregados, o que corresponde a um total de 4.431 homens/hora/ano.

O relacionamento da Empresa com a Controladoria-Geral da União (CGU) e com o Tribunal de Contas da União (TCU) se dá de forma ininterrupta, durante todo o exercício, para cumprir as disposições legais quanto aos procedimentos da auditoria anual de contas, pelo órgão de controle interno, para organização e formalização das peças

que constituem o processo de contas e para atender a demandas de rotina que fazem parte das atribuições dos mesmos.

Gestão de Riscos

Foi estruturado o processo de gestão integrada de riscos corporativos, tendo sido aprovada a versão 2.0 da Política de Gestão de Riscos objetivando orientar os processos de identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos inerentes às atividades da empresa, incorporando a visão de riscos à tomada de decisões estratégicas, em conformidade com as melhores práticas de mercado.

Também foi aprovada a Matriz de Riscos da Eletrobras Distribuição Piauí – Ciclo 2014 da Gestão Integrada de Riscos, com base na matriz da Eletrobras visando padronização desse processo para garantir sinergia e maior eficiência nos esforços. Por essa razão, as atividades de identificação, análise e monitoramento refletem a real exposição ao risco por incorporarem a expertise dos proprietários de riscos e a visão estratégica da Administração.

E ainda, com a finalidade de gerenciar, supervisionar e controlar as modalidades descritas na Política de Gestão de Riscos e Política de Seguros Operacionais na empresa e desenvolver estudos visando resguardar o negócio da Companhia, foi criado o Comitê Local de Riscos Corporativos, Seguros e Controles Internos.

11. SUSTENTABILIDADE E MEIO AMBIENTE

11.1. Ações de Sustentabilidade

A Política Corporativa de Sustentabilidade, das empresas Eletrobras, estabelece diretrizes para o tratamento das questões relacionado à responsabilidade social, ao meio ambiente, à solidez econômico-financeira e a governança corporativa.

Além das diretrizes, a Política aponta as responsabilidades das diretorias das empresas, do Comitê de Sustentabilidade das Empresas Eletrobras e das unidades organizacionais.

Esta Política representa um compromisso das empresas Eletrobras com a sustentabilidade, conceito que vem se tornando essencial para as empresas ao equilibrar as oportunidades de negócios, as necessidades atuais da sociedade e o bem-estar das gerações futuras.

A Companhia Energética do Piauí tem procurado fortalecer o conceito de Sustentabilidade e para isso vem desenvolvendo ações, envolvendo toda a sua força de trabalho, com o intuito de alcançar a promoção da mudança de cultura ancorada no trabalho responsável. Nesse sentido, a Companhia desenvolveu as seguintes ações no ano de 2014.

11.1.1. Programa de Equidade de Gênero e Raça

A Companhia Energética do Piauí aderiu à 5ª. Edição do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, com o objetivo de dar continuidade às ações que vêm desenvolvendo desde 2009, visando disseminar novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional para alcançar a igualdade entre mulheres e homens no mundo do trabalho.

Em 2014, a empresa deu continuidade a implementação das ações pactuadas junto à Secretaria de Política para as Mulheres - SPM. Foram realizados diversos eventos em menção ao tema, tais como: o Dia Internacional da Mulher, Campanha "Outubro Rosa" - Prevenção ao Câncer de mama em homens e mulheres; "Campanha Novembro Azul" - Prevenção ao Câncer de Próstata; Campanha pelo Fim da Violência contra as Mulheres, e a Campanha sobre o dia da consciência negra.

11.1.2. Projeto de Coleta Seletiva

Objetivando a redução do descarte de materiais reciclados, a Companhia Energética do Piauí implantou o Programa de Coleta Seletiva obedecendo ao Decreto nº 5.940/06, no qual estabelece a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis.

Além da destinação final adequada dos resíduos recicláveis, o programa contribuiu para a conservação do meio ambiente e viabilizou a inclusão social e a geração de renda para inúmeras famílias da capital piauiense. Durante o segundo semestre de 2014, foram recolhidos aproximadamente 23 toneladas de resíduos recicláveis, entre papel, papelão e madeira que foram destinados a associação de catadores, contribuindo assim para geração de renda. Os demais resíduos são recolhidos pelas empresas municipais de coleta.

11.1.3. Projeto Consumo Consciente

Em 2014, a Empresa desenvolveu diversas ações educativas direcionadas ao público interno que objetivam orientar quanto ao consumo consciente e responsável de materiais de escritório como: papel, água, energia elétrica e copos descartáveis que contribuíram para as mudanças de hábitos, reduzindo os impactos ambientais e o desgaste do meio ambiente.

Vale acrescentar que é realizado o levantamento periódico de informações sobre os indicadores acima mencionados. Além disso, foram apresentadas palestras com temas que reportam para a necessidade de implantação das práticas acima mencionadas, tais como: "Resíduos Sólidos" e "Mudanças Climáticas".

11.1.4. Projeto e Ações Sociais

Em 2014, foram realizadas diversas ações de promoção à cidadania, atendimento ao consumidor, dentre essas podemos citar:

Cozinha Brasil

A empresa deu continuidade às ações realizadas em parcerias com o Serviço Social da Indústria – (Sesi) e a Associação Piauiense das Primeiras Damas – APPD, levando o Projeto Cozinha Brasil a inúmeras comunidades do Estado do Piauí.

O referido projeto tem como objetivo instruir a população no manuseio e preparo de gêneros alimentícios de baixo custo com alto valor nutritivo, evitando o desperdício e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida.

Em 2014, este projeto foi realizado em localidades carentes dos municípios de Angical, Boqueirão, Teresina e São Raimundo Nonato - contando com aproximadamente 1.100 participantes.

Ação Global

Houve participação desta Empresa no Programa Ação Global, em parceria com o SESI, prestando esclarecimentos à população, cadastrando consumidores no programa de tarifa social e realizando a troca de lâmpadas incandescentes por lâmpadas fluorescentes.

Durante os eventos, a Empresa ministra palestras educativas com temas relacionados ao negócio da distribuidora de energia elétrica, tais como: Consumo Consciente e Eficiência Energética, plantio e poda de árvores próximas a rede elétrica, direito e deveres dos consumidores, tarifa social de energia elétrica e outros. Dessa maneira, busca esclarecer e sensibilizar a população sobre a importância do uso consciente de energia elétrica que minimizaram os impactos ambientais e financeiros causados pelo excesso de consumo.

Feiras nos municípios

A Empresa participou de Feiras da Agricultura Familiar e Economia Solidária em alguns municípios do Estado do Piauí, distribuindo em seu stand cartilhas com orientações para o consumidor quanto aos seus direitos e deveres, dicas de consumo consciente e eficiência energética. A Empresa também realizou palestras abordando assuntos de interesse do consumidor.

11.2. Meio Ambiental

A Companhia Energética do Piauí entende que a energia elétrica é um fator importante para a melhoria de vida das pessoas, bem como se trata de um insumo indispensável para o desenvolvimento e crescimento econômico do Estado do Piauí. Para realizar esta missão de maneira responsável, a Empresa executa as atividades de acordo com os princípios estabelecidos pela Política Nacional, Estadual e Municipal de Meio Ambiente, cumprindo a legislação ambiental e complementando-a com normas internas, buscando a integração com outros setores ou instituições, visando elaborar planos e ações socioambientais em projetos de energia que contribuam para a sustentabilidade.

A Empresa se preocupa com a prevenção, objetivando minimizar ou eliminar os riscos ambientais. Sendo assim, existem algumas ações que a empresa desempenha para alcançar seus objetivos: realização de investimentos em novas instalações; campanhas de conservação de energia e eficiência energética para racionalização do uso dos recursos naturais; atendimento das normas ambientais vigentes no país; monitoramentos periódicos das condições ambientais dos empreendimentos e utilização de mecanismos de incentivo à redução de emissões de gases de efeito estufa.

Diante disso, qualquer empreendimento executado por esta Companhia, utilizador de recursos ambientais, depende do prévio licenciamento dos órgãos estadual ou municipais competentes. Estes, por sua vez, são integrantes do SISNAMA e IBAMA, onde são requeridas as licenças prévias (LP), licenças de instalação (LI), autorização de supressão de vegetação (ASV) e licenças de operação (LO), bem como dispensas de licenciamento ambiental com a declaração de baixo impacto ambiental.

No que se tange à Gestão Ambiental, além de existir a Política Ambiental, a qual orienta o tratamento das questões ambientais nas empresas Eletrobras em consonância com os princípios da sustentabilidade, foram estabelecidos também indicadores e metas através do Planejamento Estratégico para aferir os resultados da gestão ambiental. Tais indicadores encontram-se alinhados aos objetivos estratégicos e metas corporativas. Dentre as ações monitoradas, têm-se: Passivos, Licenciamentos e Inspeções Ambientais.

Vale ressaltar, ainda, a implantação do Sistema IGS. Este objetiva estabelecer um conjunto de indicadores de desempenho socioambiental que dê suporte ao processo de Gestão de Sustentabilidade Empresarial. O sistema, já consolidado, possui um banco de dados para armazenamento, edição e consulta das informações relacionadas com os indicadores estabelecidos.

11.2.1. Projeto Logístico e Manufatura Reversa

A Companhia Energética do Piauí, por meio do Programa Energia+, assumiu o compromisso de adotar critérios de sustentabilidade ambiental nos investimentos realizados. Em 2013, deu-se início a estruturação do Projeto Logístico e Manufatura Reversa que tem como objetivo principal promover a alienação ambientalmente sustentável para empresas recicladoras certificadas, dos medidores obsoletos substituídos da rede de distribuição de energia elétrica por meio do Projeto Energia+. Aliado a isso, o Projeto visa também capacitar as equipes internas para o procedimento de alienação dos materiais inservíveis retirados da rede de distribuição, para empresas recicladoras, devidamente certificadas ambientalmente.

Após a consolidação do projeto, foram realizadas visitas a empresas recicladoras de resíduos sólidos, bem como, foi elaborado um edital de leilão que, dentre outras exigências, determina a necessidade das empresas participantes do certame de possuírem a certificação ambiental ISO 14001 e emitirem relatórios de rastreabilidade e certificados de destinação final de resíduos. Nesse sentido, foi realizado o curso Logística Reversa: Reduzindo Custos e Aproveitando Oportunidades, no qual participaram diversos colaboradores da Companhia.

Em 2014, em conformidade com os requisitos da legislação ambiental brasileira, com os princípios e pressupostos de sua Política Ambiental e o compromisso de adotar critérios de sustentabilidade ambiental nos investimentos realizados pela Empresa, a Companhia Energética do Piauí fez a entrega do primeiro lote de medidores obsoletos, objeto do 1º Leilão de logística e manufatura reversa do Projeto Energia+, sendo entregue à empresa vencedora do certame licitatório, a quantidade de 80.000 unidades de medidores obsoletos. A previsão para a entrega do segundo lote, que corresponde a 20.000 unidades, está prevista para o mês de março/2015.

11.2.2. Programa de Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa

Este programa foi institucionalizado em 2013, através de Termo de Compromisso da Eletrobras sobre Mudanças Climáticas. Nesse compromisso, foram estabelecidas metas de redução, no período de 2013 - 2015, entre 2,79% e 5% do uso de combustíveis fósseis em unidades móveis bem como foi aprovado o Plano de Ação com responsabilidade de diversas áreas da empresa, para o alcance das metas estipuladas.

12. BALANÇO SOCIAL

O Balanço Social é um demonstrativo publicado pela Companhia, reunindo um conjunto de informações sobre os planos, projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas, clientes, fornecedores, empresas parceiras, terceiros e demais envolvidos, constituindo-se em um meio de dar transparência às atividades corporativas, de modo a ampliar o diálogo com a sociedade.

A seguir apresenta-se o Balanço Social da Companhia com os principais indicadores e informações de seus colaboradores e comunidade a qual está inserida, relativas aos exercícios 2014, com base no modelo do IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas.

Diário Oficial

38



Teresina(PI) - Sexta-feira, 17 de abril de 2015 • Nº 71

(Valores expressos em milhares de reais)

1 - Geração e distribuição de riqueza		Em 2014			Em 2013		
Distribuição do Valor Adicionado		48% governo % acionistas			21% empregados 25% financiadores 1% outros		
A Demonstração do Valor Adicionado - DVA está apresentada, na íntegra, no conjunto das Demonstrações Contábeis.					107% governo % acionistas		
2 - RECURSOS HUMANOS		Em 2014			Em 2013		
2.1 - Remuneração							
Folha de pagamento bruta (FPB)		166.638			251.585		
- Empregados		165.982			250.998		
- Administradores		656			587		
Relação entre a maior e a menor remuneração:							
- Empregados		14,32			14,65		
- Administradores		10,0			10,0		
2.2 - Benefício Concedidos		Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Encargos Sociais		38.851	23,31%	3,01%	42.088	16,73%	4,13%
Alimentação		15.213	9,13%	1,18%	17.695	7,03%	1,74%
Transporte		125	0,08%	0,01%	156	0,06%	0,02%
Previdência privada		2.755	1,65%	0,21%	3.254	1,29%	0,32%
Saúde		2.794	1,68%	0,22%	3.122	1,24%	0,31%
Segurança e medicina do trabalho		395	0,24%	0,03%	123	0,05%	0,01%
Educação ou auxílio Creche		2.104	1,26%	0,16%	2.009	0,80%	0,20%
Cultura			0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional		955	0,57%	0,07%	541	0,22%	0,05%
Participação nos lucros ou resultados		11.676	7,01%	0,90%	13.479	5,36%	1,32%
Outros		-730	-0,44%	-0,06%	215	0,09%	0,02%
Total		74.138	44,49%	5,74%	82.682	32,86%	8,11%
2.3 - Composição do Corpo Funcional							
Nº de empregados no final do exercício		1.146			1.172		
Nº de admissões		9			22		
Nº de demissões		35			306		
Nº de estagiários no final do exercício		25			44		
Nº de empregados portadores de necessidade especiais no final do exercício		33			33		
Nº de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício		1.624					
Nº de empregados por sexo:							
- Masculino		923			940		
- Feminino		223			232		
Nº de empregados por faixa etária:							
- Menores de 18 anos		0			0		
- De 18 a 35 anos		270			303		
- De 36 a 60 anos		726			755		
- Acima de 60 anos		150			144		
Nº de empregados por nível de escolaridade:							
- Analfabetos		0			0		
- Com ensino fundamental		219			220		
- Com ensino médio		386			391		
- Com ensino técnico		276			286		
- Com ensino superior		265			275		
- Pós-graduados		0			0		
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:							
- Masculino		77,00%			80,00%		
- Feminino		23,00%			20,00%		
2.4 - Contingências e passivos trabalhistas:							
Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade		2.210			1.845		
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes		122			18		
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes		117			21		
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça		5.828			6.659		
3 - Interação da Entidade com o Ambiente Externo		Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
3.1 - Relacionamento com a Comunidade							
Totais dos investimentos em:							
Educação		4	0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Cultura			0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Saúde e infra-estrutura			0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Esporte e lazer			0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Alimentação			0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Geração de trabalho e renda		7	0,00%	0,00%	1	0,00%	0,00%
Outros			0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Total dos investimentos		12	0,01%	0,00%	1	0,00%	0,00%
Tributos (excluídos encargos sociais)			0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos			0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Total - Relacionamento com a Comunidade		12	0,01%	0,00%	1	0,00%	0,00%
3.2 - Interação com os Fornecedoros		São exigidos controles sobre:					
Critérios de responsabilidade social utilizados para a seleção de seus fornecedores							
4 - Interação com o Meio Ambiente		Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente			0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados		3	0,00%	0,00%	7	0,00%	0,00%
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade		14	0,01%	0,00%	4	0,00%	0,00%
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade			0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais			0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade			0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativamente e/ou judicialmente			0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Passivos e contingências ambientais			0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Total da Interação com o meio ambiente		18	0,01%	0,00%	11	0,00%	0,00%
5 - Outras informações							
Receita Líquida (RL)		1.291.577			1.018.911		
Resultado Operacional (RO)		170.118			-358.143		

14. PRINCIPAIS NÚMEROS DA COMPANHIA

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012	2013	2014	2014 / 2013 (%)
ATENDIMENTO						
Número de Consumidores	949.436	1.010.066	1.062.094	1.102.030	1.144.330	3,8%
Número de Empregados	1.330	1.460	1.465	1.172	1.146	-2,2%
Número de Consumidores por Empregado	714	692	729	940	998	6,2%
Energia Fornecida (MWh)/Empregado	1.668	1.576	1.805	2.390	2.632	10,1%
Número de Localidades Atendidas	224	224	224	224	224	0,0%
Número de Agências	68	229	113	69	74	7,2%
Número de Postos de Atendimento	30	0	116	74	74	0,0%
Número de Postos de Arrecadação	1.506	1.432	2.711	3.097	3.097	0,0%
MERCADO						
Área de Concessão (km)	251,5	251,5	251,5	251,5	251,5	0,0%
Demanda Máxima (MW)	555	583	659	662	722	9,1%
Distribuição Direta (GWh)	2.219	2.302	2.628	2.801	3.016	7,7%
Consumo Médio Residencial por Consumidor (kWh/Ano)	102,3	99,7	109,2	114,3	120,71	5,6%
TOTAL (EXCETO CURTO PRAZO)	2.218.863	2.301.658	2.627.829	2.800.824	3.016.471	7,7%
Residencial (MWh)	989.528	1.028.674	1.194.233	1.327.936	1.431.593	7,8%
Comercial (MWh)	453.175	491.340	572.442	609.617	659.465	8,2%
Industrial (MWh)	251.424	245.272	227.822	193.042	215.788	11,8%
Rural (MWh)	98.277	102.054	128.646	128.739	142.042	10,3%
Outras Classes	425.859	434.338	504.886	541.490	567.583	4,8%
OPERACIONAIS						
Número de Subestações	71	76	78	81	84	3,7%
Capacidade Instalada - SE (MVA)	988	1.039	1.145	1.252	1.334	6,5%
Linhas de Transmissão (km)	4.897	5.463	6.982	12.717	13.166	3,5%
Redes de Distribuição (km)	54.353	58.889	67.203	73.553	84.788	15,3%
Capacidade Instalada - MT (MVA)	666	699	736	945	1.520	60,8%

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Ministério de Minas e Energia - MME, às Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, Operador Nacional do Sistema - ONS, aos Conselhos de Administração e Fiscal da Companhia Energética Piauí, ao Governo do Estado do Piauí, às Prefeituras Municipais, consumidores, fornecedores e prestadores de serviços, pelo trabalho harmônico e pela confiança depositada em nossa administração, o que vem permitindo à Companhia elevar mais ainda seu padrão de eficiência e competitividade.

Aos nossos consumidores, renovamos o compromisso com a melhoria permanente dos serviços prestados.

Nossos reconhecimentos, também, aos empregados e demais colaboradores que com empenho e criatividade demonstraram sua participação na busca pelo alcance dos resultados do exercício de 2014, com a certeza de que o diferencial competitivo de qualquer organização está na capacidade produtiva das pessoas, acreditamos no fortalecimento das ações de todos os nossos públicos visando o objetivo comum.

Agradecemos especiais aos Conselheiros e Diretores que atuaram no exercício de 2014, a seguir:

DIRETORIA EXECUTIVA: Marcelino da Cunha Machado Neto – Diretor-Presidente, Luis Hiroshi Sakamoto - Diretor de Gestão, Nellison Sergio Hoewell - Diretor Regulação e Projetos Especiais, Luiz Armando Crestana – Diretor Comercial, Pedro Mateus de Oliveira – Diretor de Planejamento e Expansão, Paulo Roberto dos Santos Silveira – Diretor Financeiro.
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Marcos Aurélio Madureira da Silva – Presidente, Marcelino da Cunha Machado Neto – Conselheiro, Francisco das Chagas Marques Ferreira – Conselheiro, Agnes Maria de Aragão da Costa – Conselheira, Francelmo Araújo Costa – Conselheiro, Sérgio Gonçalves de Miranda – Conselheiro.
CONSELHO FISCAL: Rodrigo Villela Ruiz - Presidente, José Alberto Bezerra Magalhães – Conselheiro, Paulo Sergio dos Santos Sarges – Conselheiro.

Companhia Energética do Piauí Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e relatório dos auditores independentes

Companhia Energética do Piauí

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de reais

ATIVO	Nota	31/12/2014	31/12/2013 (Reapresentado)	01/01/2013 (Reapresentado)
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	5	5.478	17.623	29.308
Títulos e valores mobiliários	6	20.960	4.827	4.615
Clientes	7	284.504	204.164	289.441
Tributos a recuperar	8	15.068	19.729	12.534
Crédito fiscal diferido - IRPJ	8	14.180	-	-
Direitos de ressarcimento	9	12.483	9.812	16.129
Almoxarifado	10	6.130	11.746	10.962
Ativo financeiro	11.1	199.426	-	-
Outros ativos	12	87.618	34.334	17.524
		645.847	302.235	380.513
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a longo prazo				
Clientes	7	219.303	167.352	138.499
Tributos a recuperar	8	4.521	4.594	6.865
Cauções e depósitos vinculados	13	12.618	16.267	10.709
Ativo financeiro da concessão	11.2	651.978	549.416	722.991
Outros ativos	12	1.313	1.323	1.118
		889.733	738.952	880.182
Investimentos		146	146	146
Imobilizado	14	20.531	29.162	30.125
Intangível	15	28.928	60.946	32.713
		939.338	829.206	943.166
Total do Ativo		1.585.185	1.131.441	1.323.679

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

Companhia Energética do Piauí

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de reais

ATIVO	Nota	31/12/2014	31/12/2013 (Reapresentado)	01/01/2013 (Reapresentado)
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	5	5.478	17.623	29.308
Títulos e valores mobiliários	6	20.960	4.827	4.615
Clientes	7	284.504	204.164	289.441
Tributos a recuperar	8	15.068	19.729	12.534
Crédito fiscal diferido - IRPJ	8	14.180	-	-
Direitos de ressarcimento	9	12.483	9.812	16.129
Almoxarifado	10	6.130	11.746	10.962
Ativo financeiro	11.1	199.426	-	-
Outros ativos	12	87.618	34.334	17.524
		645.847	302.235	380.513
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a longo prazo				
Clientes	7	219.303	167.352	138.499
Tributos a recuperar	8	4.521	4.594	6.865
Cauções e depósitos vinculados	13	12.618	16.267	10.709
Ativo financeiro da concessão	11.2	651.978	549.416	722.991
Outros ativos	12	1.313	1,323	1,118
		889.733	738.952	880.182
Investimentos		146	146	146
Imobilizado	14	20.531	29.162	30.125
Intangível	15	28.928	60.946	32.713
		939.338	829.206	943.166
Total do Ativo		1.585.185	1.131.441	1.323.679

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

Diário Oficial

40



Teresina(PI) - Sexta-feira, 17 de abril de 2015 • Nº 71

Companhia Energética do Piauí

Demonstrações de resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de reais

	Nota	01/01/2014	01/01/2013
		a	a
		31/12/2014	31/12/2013
Receita Operacional Líquida	27	1.291.377	1.018.911
Custo Operacional			
Custo com Energia Elétrica	28		
Energia elétrica comprada para revenda		(731.953)	(481.224)
Encargos de uso do sistema de transmissão		(48.881)	(15.492)
Repasse contas ACR/CDE		179.291	34.876
		(601.543)	(461.840)
Custo de Operação	29		
Pessoal, material e serviços de terceiros		(190.316)	(262.747)
Depreciação e amortização		(30.566)	(28.091)
Outros		(67.604)	(245.824)
		(288.486)	(536.662)
Custo de Construção	29	(126.130)	(196.591)
Lucro (Prejuízo) Bruto		273.418	(176.182)
Despesas Operacionais	29	(105.300)	(181.961)
Resultado do Serviço de Energia Elétrica		170.118	(358.143)
Resultado Financeiro	30	(169.289)	(69.728)
Resultado antes dos impostos		829	(427.871)
Imposto de renda diferido e contribuição soci	33	37.106	-
Lucro (Prejuízo) do Exercício		37.935	(427.871)
Prejuízo básico por ação (em reais)		0,0487	(0,5491)
Prejuízo diluído por ação (em reais)		0,0477	(0,5383)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética do Piauí

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de reais

	Nota	01/01/2014	01/01/2013
		a	a
		31/12/2014	31/12/2013
Prejuízo do Período		37.935	(427.871)
Ganho (Perda) Atuarial com Benefício Pós-Emprego (Nota 21.4)		40.484	(30.770)
Resultado Abrangente do Exercício		78.419	(458.641)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética do Piauí

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de reais

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Ajustes de	Total
			avaliação patrimonial	
Saldo em 31 de dezembro de 2012	779.224	(1.013.408)	(3.559)	(237.943)
Aumento de capital	477.107	-	-	477.107
Prejuízo do exercício	-	(427.871)	-	(427.871)
Perda atuarial com benefício pós-emprego	-	-	(30.770)	(30.770)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.256.331	(1.441.279)	(34.329)	(219.277)
Lucro líquido do exercício	-	37.935	-	37.935
Ganho atuarial com benefício pós-emprego (Nota 21.4)	-	-	40.484	40.484
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.256.331	(1.403.344)	6.155	(140.858)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética do Piauí

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de reais

	31/12/2014	31/12/2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro/Prejuízo do exercício	37.935	(427.871)
Ajustes de:		
Depreciação do imobilizado	3.072	(1.781)
Amortização do intangível	28.265	30.657
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(7.311)	6.719
Provisões para contingências	54.935	19.704
Provisões PDE e assistência médica	-	4.303
Juros, encargos, variações monetárias líquidas	70.058	49.870
Valor residual do imobilizado	8.304	11.207
Valor residual do intangível	7.885	480
Valor residual do financeiro	6.124	-
Impairment	10.567	221.875
	116.100	343.034
Variação de ativos e passivos		
Títulos e valores mobiliários	(16.133)	(212)
Clientes	(59.181)	49.705
Direitos de ressarcimento	(2.671)	6.317
Tributos a recuperar	4.734	(4.924)
Crédito fiscal diferido - IRPJ	(14.180)	-
Almoxarifado	5.616	(784)
Ativo financeiro	(199.426)	-
Outros (ativo)	(53.274)	(17.015)
Cauções e depósitos vinculados	3.649	(5.558)
Fornecedores	42.693	(33.771)
Encargos setoriais	(7)	(2.152)
Benefícios pós-emprego	(11.562)	(10.580)
Tributos a receber	62.252	1.633
Obrigações estimadas	(60)	(7.267)
Pesquisa e desenvolvimento	6.318	7.593
Provisão para contingências	(25.289)	(10.797)
Passivo financeiro	5.618	-
Outros (passivo)	16.141	(2.664)
	(234.762)	(30.476)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(80.727)	(115.313)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições do ativo imobilizado	(2.745)	(8.463)
Aquisições do ativo intangível	(4.132)	(1.943)
Aquisições do ativo financeiro	(119.253)	(95.727)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(126.130)	(116.133)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Ingressos de Empréstimos e Financiamentos	607.414	280.466
Adiantamento para futuro aumento de capital	785	62.456
Amortização de Principal de Empréstimos e Financiamentos	(338.459)	(79.700)
Amortização de Juros de Empréstimos e Financiamentos	(175.028)	(43.461)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	194.712	219.761
Redução no caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(12.145)	(11.686)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 5)	17.623	29.308
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 5)	5.478	17.623

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética do Piauí

Demonstrações dos valores adicionados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de reais

	31/12/2014	31/12/2013
Receitas	1.765.774	1.375.937
Receitas de vendas de energia e serviços	1.578.234	1.212.418
Receita de construção	126.130	196.591
Provisão (Reversão) para créditos de liquidação duvidosa	73.110	(6.718)
Outras despesas, líquidas	(11.700)	(26.354)
Insumos adquiridos de terceiros	(980.163)	(1.070.424)
Custo com energia elétrica	(601.543)	(461.840)
Custo de construção	(126.130)	(196.591)
Serviços de terceiros	(102.010)	(102.926)
Materiais	(4.396)	(5.089)
Outros custos operacionais	(146.084)	(303.978)
Valor adicionado bruto	785.611	305.513
Depreciação e amortização	(31.337)	(28.876)
Valor adicionado líquido gerado	754.274	276.637
Receitas financeiras	20.493	77.688
Valor adicionado a distribuir	774.767	354.325
Distribuição do valor adicionado	736.832	782.196
Pessoal	166.639	251.555
- Salário e outras remunerações	115.088	194.237
- Encargos sociais	38.853	42.088
- Outros	12.698	15.260
Governos	375.702	378.524
- Impostos, taxas e contribuições	375.702	378.524
Juros e demais despesas financeiras	189.782	147.416
Arrendamentos e aluguéis	4.709	4.671
Lucro (Prejuízo) do exercício	37.935	(427.871)
Valor adicionado distribuído	774.767	354.325

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética do Piauí

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014.
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais

A Companhia Energética do Piauí ("Eletrobras Distribuição Piauí" ou "Companhia"), sociedade por ações de economia mista, de capital fechado, com o controle acionário das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras, detentora de 100% do seu capital social, é concessionária de serviço público de energia elétrica no Estado do Piauí, com sede social na Av. Maranhão, 759/Sul - Teresina-PI.

Seu objetivo é projetar, construir e explorar o serviço público de distribuição aos consumidores finais de energia elétrica, assim como serviços que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito e atividades associadas ao serviço público de energia, prestar serviços técnicos de sua especialidade e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão vinculado ao Ministério de Minas e Energia - MME.

Para cumprir com as obrigações operacionais e administrativas, a Companhia conta com 1.146* empregados (1.172* em 31/12/2013) para atender a, aproximadamente, 1.144* mil consumidores (1.102* mil em 31/12/2013).

(* Informações não auditadas.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da Companhia, de acordo com o CPC 26 (R1), em seus itens 25 e 26. A administração da Companhia, objetivando a melhoria dos resultados, vem dando sequência às ações de implantação de ferramentas de gestão que visam à modernização e à redução de custos. Encontra-se em fase de atuação

o Plano Diretor de Negócios e Gestão - PDNG - 2014/2018, que contém uma carteira de projetos prioritários diretamente associados a diretrizes estratégicas de expansão sustentável e eficiência operacional. Outras medidas visando a melhoria dos resultados da Companhia estão sendo tratadas, tais como intensificação das ações de combate à inadimplência, redução de despesas operacionais e redução de perdas com destaque aos investimentos do Projeto Energia+, cujo objetivo é o de elaborar e implementar um plano de ação e de investimentos com recursos do financiamento através do BIRD para Eletrobras com custos diferenciados.

Dentro das Novas Regras de Governança consta o Contrato de Metas de Desempenho Empresarial - CMDE, que reporta desafios nas seguintes dimensões: econômico-financeira, operacional e socioambiental. Nele estão estabelecidas metas e resultados objetivando maior eficiência, robustez e rentabilidade financeira, bem como as condições de acompanhamento e monitoramento a vigorar até 31 de dezembro de 2017, conforme descrito a seguir:

- Consolidação da gestão integrada e realização do saneamento e equilíbrio econômico-financeiro;
- Aumento da eficácia e eficiência operacional, melhoria da qualidade dos serviços, redução das perdas de energia e inadimplência;
- Modernização da estrutura organizacional e sistema de gestão, melhoria e integração dos processos administrativos, capacitação e profissionalização do quadro gerencial e técnico-administrativo das empresas.

As ações acima expostas influenciariam consideravelmente na consolidação de melhores resultados econômicos e financeiros se não fossem as dificuldades vividas em face das exposições involuntárias no Mercado de Energia e os diversos acionamentos das termicas ocorridos em 2014, afetando todas as Distribuidoras de Energia Elétrica do país.

Durante o exercício de 2014, a Companhia obteve diversos contratos de empréstimos para cobertura de déficit operacional com a sua holding Eletrobras, conforme descrito na Nota 16, e espera para o próximo ano melhorar o fluxo de caixa de suas operações, através da melhoria do faturamento, da arrecadação e das perdas técnicas e comerciais.

Atualmente, a Companhia possui dependência de recebimento de recursos de sua controladora Eletrobras para gestão de suas operações. Tais recursos têm sido recebidos principalmente através de empréstimos e aportes de capital. Contudo, através do plano de ações apresentadas acima, a administração da Companhia busca reduzir a dependência financeira de sua controladora.

A revisão das tarifas acontece em média a cada quatro anos e é o momento em que são reavaliados os custos das distribuidoras, revertendo-se para a modicidade tarifária os ganhos médios de eficiência por elas obtidos.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL homologou, em 26 de agosto de 2014, o resultado do reajuste tarifário anual de 2014 e fixou as Tarifas de Energia - TE e as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSDs desta Companhia. As novas tarifas tiveram sua vigência a partir de 28 de agosto de 2014, conforme REH nº 1.781/2014 - ANEEL e o resultado está apresentado no quadro a seguir:

	2014
Reposicionamento tarifário econômico	21,16%
Componentes financeiros	10,24%
Efeito médio na tarifa aos consumidores	25,83%
Efeito médio na tarifa aos consumidores de alta tensão	29,15%
Efeito médio na tarifa aos consumidores de baixa tensão	24,95%

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 24 de março de 2015.

2 Reapresentação das cifras comparativas

Os saldos de ativos financeiros - concessões de serviço público e intangível em 31 de dezembro de 2013 - foram reapresentados em virtude de novos cálculos de bifurcação realizados para desconsiderar os valores referentes à bifurcação da amortização das obrigações especiais que deveriam ser classificadas apenas como ativo intangível. Dessa forma, o balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 está reapresentado conforme descrição abaixo:

Companhia Energética do Piauí

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2013	Reclassificação	31/12/2013 (reapresentado)
Ativo			
Circulante	302.235	-	302.235
Não Circulante	829.206	-	829.206
Clientes	167.332	-	167.332
Tributos a recuperar	4.594	-	4.594
Cauções e depósitos vinculados	16.267	-	16.267
Ativo financeiro - concessões de serviço público	596.843	(47.427)	549.416
Outros ativos	1.323	-	1.323
Investimentos	146	-	146
Imobilizado	29.162	-	29.162
Intangível	13.549	47.427	60.946
	<u>1.131.441</u>	-	<u>1.131.441</u>
Passivo			
Circulante	478.305	-	478.305
Não Circulante	872.613	-	872.613
Patrimônio Líquido	(219.477)	-	(219.477)
	<u>1.131.441</u>	-	<u>1.131.441</u>

3 Concessões

Em conformidade com o Contrato de Concessão nº 04/2001, firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em 12/02/2001, a Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em todo o território do Estado do Piauí, com vigência até 07/07/2015, podendo ser prorrogada pelo período de até 20 anos.

Concessão	Municípios	Período
Distribuição	224	02/2001 a 07/07/2015

a) Prorrogação das concessões de serviço público de energia elétrica
Em 11 de janeiro de 2013, o Governo Federal emitiu a Lei nº 12.783/2013, regulamentada pelo Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências.

A legislação prevê que as concessões de energia elétrica não prorrogadas por meio da aceitação das condições apresentadas pelo Poder Concedente, serão licitadas quando do encerramento do atual prazo (2015 – 2017), na modalidade leilão ou concorrência, por até trinta anos.

Em 15 de outubro de 2012, as distribuidoras cujas concessões vencerão em 2015, tiveram o direito de manifestar o interesse na prorrogação da concessão por um período adicional de 30 anos, o que fizeram no prazo estabelecido.

Não há garantias de que o Poder Concedente aprovará prorrogação de acordo com as novas condições, dependendo de diversos critérios que serão analisados pelo Poder Concedente. Há previsão de indenização dos ativos não amortizados ao final da concessão.

b) Continuidade operacional

A Companhia no exercício de 2014 apurou lucro de R\$ 37.935 em suas operações, totalizando um montante acumulado de R\$ 1.403.544, apresentou excesso de passivo circulante sobre ativo circulante no valor de R\$ 118.864 e passivo a descoberto de R\$ 141.058 necessitando desta forma, de recursos de longo prazo para cobertura da dívida de curto prazo e melhoria do fluxo de caixa. A administração vem adotando medidas para a continuidade dos objetivos estratégicos com foco na governança corporativa e no estabelecimento de contratos de gestão para as empresas de distribuição, com destaque para a parceria com o Banco Mundial em projetos de infraestrutura, melhorias operacionais e combate às perdas de energia elétrica.

Adicionalmente, as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da Companhia, de acordo com o CPC 26 (R1), em seus itens 25 e 26.

4 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário.

4.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e atos publicados da ANEEL.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das Demonstrações Financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração da Companhia para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas Demonstrações Financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano.

a) Mudança nas políticas contábeis e divulgações

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2014.

Os seguintes pronunciamentos foram adotados pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2014:

- ü OCPC 08 – “Reconhecimento de Determinados Ativos ou Passivos nos relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade”. Em caso de extinção da concessão, além dos valores de indenização decorrentes de investimentos não amortizados ou depreciados no curso da concessão, também serão objeto de indenização pelo Poder Concedente os saldos remanescentes apurados de itens da Parcela A que não tenham sido recuperados por meio do(s) ciclo(s) tarifário(s). Os efeitos do aditamento dos contratos de concessão não têm natureza de mudança de política contábil, mas, sim, a de uma nova situação e, consequentemente, sua aplicação deve ser prospectiva.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

4.2 Conversão de moeda estrangeira

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua.

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa

de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos nas demonstrações do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionadas com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração de resultado como receita ou despesa financeira.

4.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sujeitas a risco insignificante de mudança de valor (Nota 5).

4.4 Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

a) Ativo financeiro a valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, clientes, cauções e depósitos vinculados e outras contas a receber.

b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem "Clientes" (Nota 7) e "Caixa e equivalentes de caixa" (Nota 5).

Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Eles são apresentados como ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

d) Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidências objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

4.5 Clientes

Engloba as contas a receber com fornecimento de energia elétrica faturado e não faturado, este por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

As contas a receber de clientes e outros estão apresentadas líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD reconhecida com base em estimativas da administração em valor considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas.

4.6 Almoarifado

Os materiais e equipamentos em estoque, classificados no ativo circulante (almoarifado de manutenção e administrativo), estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela administração da Companhia.

4.7 Ativo financeiro – concessões do serviço público

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de concessão. Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado custo de capital regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa aos clientes.

4.8 Intangível

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ele prestado).

A vida útil econômica dos bens é estabelecida pela ANEEL, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável. A Companhia calcula e contabiliza as quotas de amortização de acordo com o benefício econômico esperado de cada bem, integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição limitado ao prazo de concessão.

Os novos ativos são registrados inicialmente no ativo intangível, mensurados pelo custo de aquisição. Quando da sua entrada em operação são bifurcados entre ativo financeiro e intangível.

4.9 Imobilizado

É avaliado ao custo de aquisição ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável. As depreciações são calculadas pelo método linear de acordo com as taxas fixadas pela ANEEL, através da Resolução 474/2012.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações	30
Máquinas	25
Veículos	7
Móveis, utensílios e equipamentos	10



Em função da adoção da Orientação Técnica OCPC 01, os valores registrados como ativo imobilizado referem-se basicamente a bens de uso da administração central. Os demais ativos geradores de receita e vinculados à concessão foram reclassificados para ativos financeiros e intangíveis.

4.10 Outros investimentos

Representam investimentos em bens imóveis, ações e quotas de direitos sobre a comercialização de obra audiovisual, que não se destinam ao objetivo da concessão e estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável.

4.11 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente utilizando uma taxa de desconto que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

4.12 Financiamentos e empréstimos

As obrigações em moeda nacional são atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridas até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, nesse caso o ativo intangível correspondente ao direito de uso da infraestrutura para a prestação do serviço público, estão incluídos no custo do intangível em curso até a data em que estejam prontos para o uso pretendido, conforme CPC 04 – Ativo Intangível e CPC 20 – Custos de Empréstimos. Os demais custos incorridos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

4.13 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

4.14 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

a) Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais

As provisões judiciais são constituídas sempre que a perda for avaliada como provável, que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de Tribunais.

4.15 Benefícios pós-emprego

A Companhia instituiu e patrocina a Fundação CEPISA de Seguridade Social - FACEPI, caracterizada como uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) para a administração dos programas de benefícios pós-emprego, relativos a complementações previdenciárias.

A Companhia tem planos de benefício definido e, também, de contribuição definida. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas à entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no exercício corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores como idade, tempo de serviço e remuneração.

Neste regime, as contribuições destinam-se à cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, acumulados desde a data da sua admissão no plano, bem como para amortização dos benefícios relativos ao tempo anterior de serviço.

Os benefícios previdenciários concedidos pela FACEPI são:

- Suplementação de aposentadoria por invalidez;
- Suplementação de aposentadoria por tempo de serviço;
- Suplementação de aposentadoria por idade;
- Suplementação de pensão por morte;
- Suplementação de aposentadoria especial e de ex-combatente; e
- Suplementação de abono anual.

Esses benefícios são garantidos através de dois planos: o primeiro, mais antigo, tem a característica de Plano de Benefício Definido – BD, que garante renda vitalícia aos beneficiários. O outro, com a característica de Plano de Contribuição Definida – CD, implantado a partir de 2010, garante rendas por prazos definidos de acordo com a capitalização ocorrida no período de atividade.

Quanto ao programa diretamente gerenciado pela Companhia em benefício de antigos empregados não beneficiários da FACEPI, há a concessão de um pecúlio por morte e a cobertura de gastos com assistência médica, envolvendo uma população fechada.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final.

Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados em "Outros Resultados Abrangentes" durante o período esperado de serviço remanescente dos funcionários.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Com relação ao plano de contribuição definida, a Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois do desligamento do empregado.

4.16 Encargos setoriais

Os encargos setoriais são definidos em legislação específica e suas quotas são fixadas pela ANEEL.

a) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual (vide Nota 3.b).

b) Conta de Consumo de Combustível (CCC)

Parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras, nos sistemas interligados com dupla destinação: pagar as despesas com o combustível usado nas térmicas que são acionadas para garantir as incertezas hidrológicas; e subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados (vide Nota 3.b).

c) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

d) Programas de Eficientização Energética (PEE), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

e) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

f) Encargo do Serviço do Sistema (ESS)

Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e é pago pelos agentes da categoria consumo aos agentes de geração.

4.17 Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)

Adiantamento de recursos recebidos do acionista controlador e destinados a capital, concedidos em caráter irrevogável. São classificados como passivo exigível não circulante e reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente atualizados pela taxa SELIC (Nota 25).

4.18 Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. A Eletrobras é detentora de 100% das ações da Companhia.

4.19 Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas.

4.20 Lucro (prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) por ação é calculado considerando o número médio ponderado de ações ordinárias em vigor durante o ano, de acordo com o pronunciamento CPC 41.

4.21 Imposto de renda e contribuição social

A receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica está sujeita a impostos, taxas e contribuições que são apresentados como deduções da receita bruta na demonstração do resultado. A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

4.22 Compromissos com o meio ambiente

A capitalização de gastos referentes a demandas ambientais está consubstanciada nas previsões regulamentares do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, em atendimento às exigências dos órgãos públicos competentes para concessão das respectivas licenças que permitirão a execução dos projetos.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA é o principal órgão na esfera federal e a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí – SEMAR na esfera estadual.

Na hipótese dos gastos decorrerem de questões ambientais, sem, no entanto, estarem relacionados a projetos de investimentos, o gasto é apropriado ao resultado como despesa operacional.

O reconhecimento das obrigações assumidas obedece ao regime de competência, a partir do momento em que haja a formalização do compromisso, e são quitadas em conformidade com os prazos avençados entre as partes.

4.23 Subvenções governamentais – subvenção da tarifa aos consumidores de baixa renda

As subvenções econômicas do subsídio da baixa renda a ser ressarcida pelo fundo da CDE administrado pela Eletrobras são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

4.24 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos.

a) Receita não faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

b) Receita de construção

A Interpretação Técnica ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que:

- (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica;
- (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e
- (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

4.25 Demonstrações dos fluxos de caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 – Demonstração dos fluxos de Caixa.

4.26 Demonstrações do valor adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira para empresa de capital aberto, como parte de suas demonstrações financeiras e como informação complementar às demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

Foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4.27 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2014. A adoção

antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

Publicada em julho de 2014, substitui as orientações na IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. É efetiva para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e U.S.GAAP quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A Companhia ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- IFRS 14- Contas Regulatórias de Diferimento
- Esclarecimento sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização (Alterações da IAS 16 e IAS 38)
- Melhorias anuais das IFRSs de 2010-2012
- Melhorias anuais das IFRSs de 2011-2013

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes as estas normas. Adoção antecipada não é permitida.

4.28 Ambiente regulatório

Em consequência do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas houve o aumento do preço da energia, com impacto relevante no custo com energia comprada pelas distribuidoras de energia elétrica do País, o Governo Federal, através do Decreto nº 7.945/13, definiu o repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para cobrir, principalmente, os custos decorrentes do despacho das usinas termelétricas e da exposição involuntária das distribuidoras ao mercado atacadista de energia.

Em 07 de março de 2014, foi publicado o Decreto nº 8.203/14, de forma a incluir a neutralização da exposição involuntária das concessionárias de distribuição no mercado de curto prazo, para a competência de janeiro de 2014, decorrente da compra frustrada no leilão de energia proveniente de empreendimentos existentes realizado em dezembro de 2013.

Através do Decreto nº 8.221/2014 foi instituída a Conta no Ambiente de Contratação Regulada – Conta ACR, destinada a cobrir, total ou parcialmente as despesas incorridas pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica decorrente de Exposição involuntária no mercado de curto prazo e Despacho de usinas termelétricas vinculadas a Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR, na modalidade por disponibilidade de energia elétrica. O Decreto define que Caberá à CCEE contratar as operações de crédito destinadas à cobertura prevista no caput e gerir a CONTA-ACR, assegurado o repasse dos custos incorridos nas operações à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.

A Resolução Normativa ANEEL nº 612, de 16 de abril de 2014, dispõe sobre a obrigação da CCEE de contratar banco gestor e agente fiduciário para proceder as movimentações financeiras vinculadas a conta ACR.

4.29 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

a) Renda não faturada

A Companhia realiza estimativa mensal do faturamento de energia dos seus clientes denominada Renda Não Faturada – RNF que contempla a energia vendida aos consumidores e que não é medida dentro do mesmo período. A mesma tem como objetivo demonstrar um complemento do período de competência da energia consumida e não medida, fato que ocorrerá no período subsequente. Seu cálculo é baseado no produto da multiplicação da média diária do consumo faturado da unidade consumidora versus o número de dias não faturados.

A apuração da renda não faturada ocorre mensalmente, sendo lançada de acordo com cada livro de leitura e pode ser explicitada da seguinte forma:

$$RNF = (A/B) * C$$

Onde: RNF = Renda Não Faturada;

A = Faturamento do mês por livro;

B = Número de dias do período de consumo, correspondente ao livro faturado; e

C = Número de dias decorridos entre a data da última leitura, correspondente ao livro faturado e o último dia do mês de faturamento.

Deste modo, são reconhecidos como receita de renda não faturada os valores apurados referentes aos dias que faltaram para completar o calendário civil e estornados no mês seguinte, quando há a efetivação do faturamento.

b) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

c) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos Tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de Tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados

nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas em bases anuais.

d) Provisões para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com os procedimentos e critérios definidos pela administração que inclui a análise criteriosa das faturas de energia elétrica vencidas, para cobrir eventuais perdas na realização de valores a receber, com base em critérios definidos pela ANEEL e administração da Companhia.

e) Benefícios de planos de pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A taxa de juros usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, deve ser necessária para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao se determinar a taxa de desconto apropriada, são consideradas as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que tem prazos de vencimento próximo aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão. Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

f) Valor novo de reposição - VNR

Nos termos da Lei 12.783/2013, de 11 de janeiro de 2013, o cálculo do valor da indenização correspondente às parcelas dos investimentos vinculados a bens da concessão reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, utilizará como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente.

A Companhia procedeu ao cálculo entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado, corrigido pelo IGPM.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2014	31/12/2013	01/01/2013
Bancos Conta - Movimento	5.478	17.549	26.190
Aplicações Financeiras (1)	-	74	3.178
	<u>5.478</u>	<u>17.623</u>	<u>29.368</u>

6 Títulos e Valores Mobiliários

Agente Financeiro	Referência	Taxa de administração	31/12/2014	31/12/2013	01/01/2013
Banco do Brasil	BB Renda Fixa 500	2% a.a	20.960	4.827	4.615
			<u>20.960</u>	<u>4.827</u>	<u>4.615</u>

Estão contabilizadas as aplicações financeiras de curto prazo junto ao Banco do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A – BB-DTVM, nos termos da legislação específica para as empresas estatais, emanada do decreto-lei nº 1.290 de 3 de dezembro 1973, com as alterações decorrentes da Resolução nº 3.284, de 25 de maio de 2005, do Banco Central do Brasil, que estabeleceu novos mecanismos para aplicações das empresas públicas e das sociedades de economia mista integrantes da administração federal indireta.

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica liquidez, rentabilidade diária por meio de investimentos em títulos de renda fixa, pré e pós-fixados. O recurso dessa aplicação é utilizado como garantia em leilão de energia. A rentabilidade do BB Renda Fixa 500 no ano é de 7,2089% a.a.



7 Clientes

7.1 Consumidores e concessionárias

	VENCIDOS ATÉ 90 DIAS	VENCIDOS HÁ MAIS DE 90 DIAS	(-)PCLD (73)			
				31/12/2014	31/12/2013	01/01/2013
ATIVO CIRCULANTE						
Consumidores						
Faturados	75.527	109.449	(47.183)	180.238	118.311	181.681
Renda Não Faturada	33.887	-	(173)	33.714	27.432	29.829
Créditos Renegociados (7.2)	40.432	10.215	(16.196)	34.217	53.484	31.516
Contribuição de Iluminação Pública - OIP	4.902	1.791	(49)	6.887	4.514	5.574
	154.648	121.465	(63.801)	227.666	203.747	268.603
Concessionárias						
Suprimento	485	9	(8.951)	7.438	217	20.788
	485	9	(8.951)	7.438	217	20.788
TOTAL	155.133	121.474	(63.792)	235.104	203.964	289.391

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Consumidores						
Créditos Renegociados (7.2)	258.707	-	(37.404)	219.303	187.332	138.499
	258.707	-	(37.404)	219.303	187.332	138.499
TOTAL	412.140	121.464	(62.796)	301.807	371.516	427.840

7.2 Créditos renegociados

Representa os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de clientes inadimplentes e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia.

Companhia Energética do Piauí

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2014	31/12/2013	01/01/2013
Circulante			
Residencial	25.642	28.802	27.169
Industrial	1.823	3.014	3.586
Comercial	17.388	10.328	9.945
Rural	2.392	2.252	2.644
Poder público	14.135	12.615	19.256
Iluminação pública	3.896	3.538	5.044
Serviço público	1.740	1.346	5.297
(-) PCLD	(10.799)	(8.411)	(21.372)
Subtotal	56.217	53.484	51.569
Não Circulante			
Residencial	20.117	21.283	20.625
Industrial	936	3.062	3.635
Comercial	57.409	35.791	31.315
Rural	3.514	1.503	1.621
Poder público	118.528	141.451	87.686
Iluminação pública	37.820	39.417	32.151
Serviço público	18.383	15.516	24.860
(-) PCLD	(37.404)	(90.671)	(63.394)
Subtotal	219.303	167.352	138.499
Total Geral	275.520	220.836	190.068

7.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Os saldos da provisão para créditos de liquidação duvidosa por classe de clientes estão demonstrados a seguir:

	31/12/2014	31/12/2013	01/01/2013
Classe de consumidor			
Residencial	21.441	27.366	21.778
Industrial	7.780	19.637	18.775
Comercial	18.325	18.218	18.152
Rural	5.445	7.912	10.886
Poder público			
Federal	263	898	62
Estadual	68	1.248	479
Municipal	1.879	2.482	8.079
Iluminação pública	335	262	740
Serviço público	91.982	91.765	97.576
Renda Não Faturada	123	142	312
Parcelamento de contas de energia	48.203	99.082	84.766
Suprimento	6.952	6.894	6.913
Outras	-	-	669
	202.796	275.906	269.187
Circulante	165.392	185.235	205.793
Não Circulante	37.404	90.671	63.394

A movimentação ocorrida nos saldos da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD está apresentada a seguir:

	2014	2013	2012
Saldo no início do exercício	(275.906)	(269.187)	(272.301)
Constituição de Provisão	(40.924)	(73.610)	(80.537)
Reversão de Provisão	114.934	66.891	83.671
Saldo no fim do exercício	(202.796)	(275.906)	(269.187)

A PCLD está reconhecida, em valor considerado suficiente pela administração, para cobrir as possíveis perdas na realização de créditos, cuja recuperação é considerada improvável.

Para a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, o saldo a receber dos clientes com débitos relevantes é analisado de forma individual, considerando a experiência da administração em relação às perdas efetivas com consumidores, a existência de garantias reais, a renegociação do débito e a situação do devedor, se em concordata e/ou falência.

Os seguintes critérios para constituição do PCLD para os débitos de baixa tensão foram adotados:

- Consumidores de baixa tensão: consumidores vencidos há mais de 90 dias, além disso, foi constituída provisão de 100% para os consumidores industriais que se encontram em processo de falência.
- Consumidores de alta tensão: consumidores vencidos há mais de 60 dias.

Parcelamentos: nos parcelamentos, a reversão do débito está sendo feita de forma gradativa até o pagamento da 3ª parcela, assim no recebimento da 4ª parcela ocorrerá a reversão do montante ainda registrado na PCLD.

Renda não faturada: o entendimento da Administração é que os valores apresentados nas Demonstrações Financeiras tenham liquidez e que os riscos futuros sejam mínimos de realizações, desta forma se faz necessário estabelecer um valor adicional de provisão para cobrir perdas prováveis, mesmo que ainda não faturadas.

8 Tributos a recuperar e crédito fiscal diferido - IRPJ

	31/12/2014	31/12/2013	01/01/2013
Circulante			
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (i)	6.934	11.492	5.908
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS (ii)	6.120	5.767	3.357
Programa de Integração Social - PIS	358	273	226
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	1.636	2.197	1.043
	15.068	19.729	12.534
Não Circulante			
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS (ii)	4.521	4.594	6.865
Total Geral	19.589	24.323	19.399

(i) O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e a contribuição social sobre lucro líquido (CSLL) antecipados correspondem aos montantes recolhidos, quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei 9.430, de 27/12/1996, além das antecipações de aplicações financeiras e órgãos públicos e retenção na fonte referente a serviços prestados.

(ii) Com base na Lei Complementar nº 102/2002, a Companhia vem registrando ICMS a recuperar no Controle de Apropriação de Crédito do ICMS do Ativo Permanente - CIAP, decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado, intangível.

Tais créditos ficam disponíveis para serem compensados com o pagamento de ICMS sobre o faturamento mensal na razão de 1/48. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia estima a realização do ativo de acordo com a despesa esperada da seguinte forma:

	31/12/2014
2015	6.120
2016	1.507
2017	1.507
2018	1.507
	10.641

O saldo do benefício fiscal da Lei 12.996/14, em 31 de dezembro de 2014, é:

Circulante	31/12/2014	31/12/2013	01/01/2013
Crédito fiscal diferido - IRPJ	14.180		

A constituição do saldo é composta por crédito de prejuízo fiscal para pagamento de juros e multas de débitos próprios de tributos federais vencidos até 31/12/2013, contabilizados no passivo circulante em tributos a recolher. O referido crédito é decorrente das determinações contidas nas Portarias Conjuntas PGFN/RFB nº 13 e 15/2014 e da Lei 12.996/14. O montante do prejuízo fiscal a ser utilizado para baixa do referido passivo será informado e baixado em 2015 em contrapartida com o ativo fiscal, quando definido o prazo pela Receita Federal Brasil.

Débitos	Utilização de Prejuízo Fiscal	Consolidado
Débitos Previdenciários Parcelados	2.783	
Débitos Não Previdenciários Parcelados	4.921	
Débito Não Previdenciário com Exigibilidade Suspensa	6.476	
Total	14.180	

9 Direito de ressarcimento

Neste grupo, a Companhia registra a tarifa social de baixa renda, direito estabelecido pelo Governo Federal, por meio da Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002, cujo impacto é significativo na receita operacional da Companhia.

O programa beneficia famílias que tenham renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo ou até três salários mínimos quando houver, entre seus membros, portador de doença ou patologia cujo tratamento necessite de equipamentos que dependam do consumo de energia, indigenas, quilombolas e aqueles que recebem o Benefício de Prestação Continuada. Os valores das subvenções são apurados mensalmente e, após homologação pela ANEEL, os recursos financeiros são liberados pela Eletrobras, cujo aumento no saldo se deve ao acúmulo dos créditos a receber. O reconhecimento dessa subvenção econômica na receita, no que diz respeito à redução dos valores faturados, tem como contrapartida o ativo circulante.

O saldo verificado em 2014 é decorrente da falta de recebimentos dos créditos junto a Eletrobras dos meses de novembro (R\$ 6.041) e dezembro (R\$ 6.071), bem como o saldo remanescente a ser ressarcido pela Eletrobras no valor de R\$ 371.

A composição do saldo está apresentada abaixo:

Circulante	31/12/2014	31/12/2013	01/01/2013
Tarifa social de baixa renda	12.481	9.812	16.129

10 Almoxxarifado

O almoxxarifado é demonstrado ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Estão classificados neste grupo os materiais e equipamentos da concessionária destinados para consumo nas suas atividades.

A composição do saldo está apresentada abaixo:

	31/12/2014	31/12/2013	01/01/2013
Almoxxarifado	4.224	5.079	4.497
Destinados à alienação	282	3.578	3.317
Triagem (1)	1.621	3.089	3.148
	6.127	11.746	10.962

(1) Os materiais classificados como triagem são analisados quanto a sua utilização e, posteriormente, destinados para alienação ou retornados para o almoxxarifado.

11 Ativo financeiro

11.1 Reconhecimento dos valores a receber e obrigações de Parcela A e outros itens financeiros

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica - Parcela A (CVA) e outros componentes financeiros. No termo de aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros componentes financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

Como consequência, foi emitido pelo CPC a Orientação Técnica - OCPC08 ("OCPC08") que teve por objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação destes ativos ou

passivos financeiros que passam a ter a característica de direito (ou obrigação) incondicional de receber (ou entregar) caixa ou outro instrumento financeiro a uma contraparte claramente identificada.

De acordo com a OCPC 08, o aditamento aos Contratos de Concessão, representou um elemento novo que assegura, a partir da data de sua assinatura, o direito ou impõe a obrigação de o concessionário receber ou pagar os ativos e passivos junto à contraparte - Poder Concedente. Esse novo evento altera, a partir dessa data, o ambiente e as condições contratuais anteriormente existentes e extingue as incertezas quanto à capacidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo. São condições, assim, que diferem em essência das que ocorriam anteriormente.

Os efeitos do aditamento dos contratos de concessão e permissão não têm natureza de mudança de política contábil, mas, sim, a de uma nova situação e, consequentemente, sua aplicação será prospectiva. Portanto, o registro dos valores a receber foi efetuado em contas de ativo ou passivo financeiro, conforme o caso, em contrapartida ao resultado do exercício (receita de venda de bens e serviços).

	31/12/2014
Ativo Financeiro Circulante	
a. Parcela A - CVA	189.318
b. Outros itens financeiros	10.108
	199.426
Não Circulante	
a. Parcela A - CVA	-
b. Outros itens financeiros	-
	-
Passivo Financeiro Circulante	
a. Parcela A - CVA	-
b. Outros itens financeiros	5.618
	5.618
Não Circulante	
a. Parcela A - CVA	-
b. Outros itens financeiros	-
	-
Total dos valores a receber de Ativo Financeiro da Parcela A e outros itens	193.808
Saldo em 31 de dezembro de 2013	27.164
Ganhos	162.904
Realizado	3.740
Saldo em 31 de dezembro de 2014	193.808

Os valores residuais líquidos registrados como valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros apresentaram a movimentação no exercício de 2014 conforme abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	27.164
Ganhos	162.904
Realizado	3.740
Saldo em 31 de dezembro de 2014	193.808



a) Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A - CVA

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

Os montantes registrados no circulante (ativo e passivo) referem-se aos valores já homologados pela ANEEL, quando do reajuste tarifário concluído em agosto de 2014 (REH 1.781/2014 - ANEEL), e os montantes registrados no não circulante representam uma estimativa da formação da CVA a ser homologada no próximo reajuste tarifário (agosto de 2015).

b) Itens Financeiros (Nota técnica nº 284/2014 - SER/ANEEL)

Efeitos do Despacho ANEEL nº 4.225/2013

Em cumprimento ao disposto nos incisos (ii) e (v) do Despacho Anel nº 4.225, de 10 de dezembro de 2013, foi recalculada a CVAnergia do último processo tarifário de modo a considerar o Fatur K vertical único para todos os contratos de compra de energia a partir de janeiro de 2013.

Ajuste financeiro CUSD

Em cumprimento ao disposto no artigo 7º da Portaria Interministerial nº 25/2002, ajustou-se financeiramente os custos decorrentes dos contratos de uso do Sistema de Distribuição firmado com a CELPE, COELCE e CEMAR.

Diferencial Eletro Nuclear Lei nº 12.111/2009

É a diferença entre a tarifa praticada e a de referência entre FURNAS e ELETRONUCLEAR, conforme determina a lei nº 12.111/2009.

Exposição CCEAR entre submercados

Refere-se a rateio dos riscos financeiros decorrente de diferenças de preços entre submercados, conforme artigo 28 do Decreto nº 5.163/2004. O valor refere-se a exposição líquida do período de janeiro a dezembro de 2013.

Garantias financeiras na contratação regulada de energia (CCEAR)

Reconhecimento dos valores pagos do período de agosto de 2013 a julho de 2014.

Neutralidade - Encargos setoriais

Refere-se ao cálculo das diferenças mensais apuradas entre os valores de cada item dos encargos setoriais no período de referência e os respectivos valores contemplados no processo anterior.

Repasso da sobrecontratação/exposição de energia REN nº 255/2007

De acordo com os critérios definidos no Despacho nº 4.225/2013, foi calculada para a Companhia, em relação ao ano civil de 2013, exposição ao mercado de curto prazo de energia, que refere-se a exposição involuntária e, portanto, não se aplica ao limite do Preço de Referência - VR.

Repasso de compensação DIC/FIC

Refere-se a valores decorrentes do repasse aos consumidores da compensação financeira referente a violação dos limites de continuidade dos pontos de conexão dos acessos de distribuidoras a outras distribuidoras, conforme Módulo 8 do PRODIST.

Saldo a compensar da CVA

Reversão da previsão contemplada no processo tarifário de 2013, atualizada pela SELIC.

Penalidade por descumprimento de meta de universalização

Refere-se a segunda parcela (2/4) do redutor tarifário com valor atualizado pelo IGP-M para agosto/2014.

11.2 Ativo financeiro da concessão

O contrato de concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 04/2001, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Concessionário - Operador) regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia.

Após a concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização. Essa indenização refere-se ao ativo financeiro a receber pela Companhia no âmbito da concessão, decorrente da aplicação do modelo financeiro.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- (b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) será classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- (a) Parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e

- (b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, está a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

	Em serviço			Em curso			Total
	Custo	Obrigações Especiais (i)	Valor Líquido	Custo	Obrigações Especiais (i)	Valor Líquido	
Em 01 de janeiro de 2013	968.374	(456.319)	512.055	219.936	-	219.936	722.991
Adições	-	-	-	185.810	(80.521)	105.289	105.289
Baixas	(11.602)	2.240	(9.362)	-	-	-	(9.362)
Transferências	149.223	(33.775)	115.448	(149.223)	33.775	(115.448)	-
Impairment	(221.875)	-	(221.875)	-	-	-	(221.875)
Reclassificação (Nota 3.20)	-	(17.427)	(17.427)	-	-	-	(17.427)
Em 31 de dezembro de 2013	884.120	(505.281)	378.839	247.523	(46.746)	200.777	579.616
Adições	-	-	-	144.230	(24.977)	119.253	119.253
Baixas	(10.431)	-	(10.431)	(7.010)	-	(7.010)	(17.441)
Transferências	142.245	(24.130)	118.115	(142.245)	14.130	(128.115)	-
Impairment	(10.167)	-	(10.167)	-	-	-	(10.167)
Reclassificação	19.283	1.816	21.149	(8.955)	162	(8.793)	11.316
Em 31 de dezembro de 2014	1.024.651	(547.545)	477.106	232.302	(57.431)	174.872	651.978

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente.

(i) Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigações Especiais)

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. As obrigações especiais são amortizadas pelas mesmas taxas dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica.

Após a concessão, o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

12 Outros ativos

Os outros ativos são compostos pelas seguintes contas:

	31/12/2014	31/12/2013	01/01/2013
Circulante			
Devedores Diversos - Adiantamentos a empregados	1.045	2.131	2.062
Despesas Antecipadas - Prêmios de Seguros e Proinfa	2.278	2.285	1.816
Dispêndios a reembolsar	312	312	312
Dispêndios a reembolsar em curso	1.382	320	224
Alienações em curso	736	479	490
Desativações em curso	(684)	(1.700)	6
Serviços em curso (i)	25.663	22.327	7.779
Outros Devedores - Gov. Estado - Inc. Irrigação	2.188	829	1.317
Reembolso CDE (ii)	38.317	2.743	-
Subvenção CDE descontos tarifários (iii)	13.107	1.573	-
Uso mútuo de postes	1.127	2.276	1.692
Outros	2.147	757	1.826
	87.618	34.334	17.524
Não Circulante			
Titulos de créditos a receber	940	940	940
Outros	373	383	178
	1.313	1.323	1.118

- (i) Nesta rubrica são registrados os valores relativos aos serviços próprios em curso, pelo sistema de Ordem de Serviço - ODS, serviços para terceiros em curso, pelo sistema de Ordem de Serviço - ODS, valores relativos aos gastos com pesquisas e desenvolvimento e eficiência energética.

- (ii) O saldo de 2014 refere-se aos valores estimados dos recursos da Conta no Ambiente Regulatório - CONTA-ACR da competência de novembro e dezembro de 2014 e Exposição de caixa remanescente da competência de outubro de 2014, conforme Despacho nº 4.657 - ANEEL, de 02/12/2014 e o saldo de 2013 refere-se ao reembolso CDE da competência de abril, maio, junho, julho e agosto/2013 dos valores apurados de Encargo do Serviço do Sistema - ESS, conforme Despacho nº 4.422 - ANEEL, de 31/12/2013.

- (iii) Valores referentes à subvenção CDE derivados dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica homologados pela Resolução nº 1.605-ANEEL, de 27/08/2013 e Resolução Homologatória nº 1.781-ANEEL, de 26/08/2014.

13 Cauções e depósitos vinculados

Refere-se a bloqueios e depósitos judiciais para a liquidação de processos Trabalhistas, Tributários e Cíveis.

Abaixo, detalhamento das cauções e depósitos vinculados:

Diário Oficial

Teresina(PI) - Sexta-feira, 17 de abril de 2015 • Nº 71

51



Depósitos vinculados - civis
Depósitos vinculados - tributários
Depósitos vinculados - trabalhistas
Atualização de depósitos vinculados

	31/12/2014	31/12/2013	01/01/2013
Depósitos vinculados - civis	1.100	1.805	935
Depósitos vinculados - tributários	113	89	89
Depósitos vinculados - trabalhistas	7.999	10.198	6.713
Atualização de depósitos vinculados	3.406	4.075	2.972
Total	12.618	16.267	10.709

14 Imobilizado

	SALDO EM 31/12/2013	ADIÇÕES	TRANSFERÊNCIAS	BAIXAS	DEPRECIACÃO	SALDO EM 31/12/2014
Administração						
Em serviço	36.456	-	4.141	111.207	-	29.390
Depreciação acumulada	(14.438)	-	-	-	1.781	(13.157)
Total	22.018	4.141	4.141	111.207	1.781	16.232
Operação						
Em serviço	20.801	-	1.646	(50)	(4.555)	17.842
Depreciação acumulada	(3.187)	-	-	-	(1.412)	(4.599)
Total	17.614	1.646	1.646	(50)	(5.967)	13.249
Total	39.632	5.787	5.787	(161.257)	(7.448)	29.481

As principais taxas anuais de depreciação de acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 474/2012, são as seguintes:

Administração / Comercialização	Taxas anuais médias de depreciação %
Equipamentos gerais	10,00
Edificações - outras	3,33
Veículos de uso administrativo	14,29
Equipamentos gerais de informática	16,67
Urbanização e benfeitorias	3,33
Sistemas de vigilância eletrônica	4,00
Software	20,00

Com o advento da Resolução ANEEL nº 367/2009, que tem como objetivo padronizar os procedimentos de controle patrimonial, permitindo uma adequada avaliação do patrimônio para atendimento das necessidades e valoração de bens e instalações e remuneração do capital investido no tempo da outorga do serviço mediante estrutura tarifária.

Para atender a referida Resolução, a Companhia procedeu inventário físico em todos os bens existentes. A quantidade de bens encontrada em campo foi confrontada com os bens registrados na contabilidade. O resultado deste levantamento gerou uma sobra contábil que foi ajustada em junho de 2013.

15 Intangível

Com a adoção da ICP 01, os ativos fixos tangíveis das concessões foram reclassificados para a rubrica de intangíveis das concessões - ICP 01.

Este grupo é formado por intangível que corresponde ao direito de uso da concessão (bens do Imobilizado os quais foram bifurcados), conforme demonstrado a seguir:

	SALDO EM 31/12/2013	ADIÇÕES	BAIXAS	AMORTIZAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS	RECLASSIFICAÇÃO (Nota 13)	SALDO EM 31/12/2014
Vinculados à Concessão - Distribuição							
Em serviço							
Ativo Intangível	203.116	-	(10.801)	-	6.418	-	198.733
Amortização acumulada	(86.597)	-	-	(20.867)	-	-	(107.464)
Obrigações especiais	(88.895)	-	30.321	-	-	-	(58.574)
Total	28.424	-	(10.801)	(20.867)	6.418	-	(58.574)
Em custo							
Ativo Intangível	6.418	10.482	-	-	(6.418)	-	10.482
Obrigações especiais	(6.418)	(86)	-	-	(6.418)	-	(13.022)
Total	0	10.482	(86)	-	(13.022)	-	(8.628)
Total	28.424	10.482	(10.887)	(20.867)	0	-	(67.202)
Vinculados à Concessão - Operação							
Em serviço							
Ativo Intangível	119.388	-	(3.373)	-	(8.803)	(11.099)	96.113
Amortização acumulada	(110.842)	-	-	(2.453)	-	3.489	(109.806)
Obrigações especiais	(1.177)	-	(100)	-	(100)	(12.474)	(13.751)
Total	7.369	-	(3.473)	(2.453)	(8.903)	(8.004)	(23.865)
Em custo							
Ativo Intangível	8.218	4.330	(115)	-	(11.802)	11.099	11.099
Obrigações especiais	(8.218)	(2.951)	-	-	(18)	(112)	(11.389)
Total	0	1.379	(115)	-	(11.820)	10.987	(22.290)
Total	7.369	1.379	(115)	(2.453)	(8.920)	10.987	(46.155)

Os critérios utilizados para amortização do ativo intangível preveem de forma estimada o período da vida útil de cada bem contido na infraestrutura de distribuição. Assim, esses bens são amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão.

A ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Esta estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens de infraestrutura, baseada no benefício econômico esperado.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados de forma linear, respeitando a vida útil limitada ao prazo de vencimento da concessão.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo de vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro de indenização.

15.1 Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

Estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica.

15.2 Provisão do valor de recuperação dos ativos (impairment)

A Companhia avaliou o valor de recuperação dos seus ativos com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.

O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e
- Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.

O valor recuperável dos bens não vinculados à concessão supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

16 Financiamentos e empréstimos

Os saldos de empréstimos e financiamentos estão compostos da seguinte forma:

Descrição	31/12/2014		31/12/2013		01/01/2013	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Moeda Nacional						
ELÉTRICAS	339.153	690.450	1.029.868	159.959	735.994	107.154
Instituições Financeiras	-	29.051	28.053	681	681	27,8
Total Moeda Nacional	339.153	719.501	1.057.921	160.640	736.675	135.182
Moeda estrangeira						
Instituições Financeiras	-	8.840	8.840	8,8	7.103	7.891
Total Moeda estrangeira	-	8.840	8.840	8,8	7.103	7.891
Total	339.153	728.341	1.066.761	169.428	743.778	143.073

Em garantia dos empréstimos e financiamentos assumidos, esta Companhia, normalmente, vincula a sua receita própria ou nota promissória, suportada por procuração outorgada por instrumento público para recebimento direto dos valores vencidos e não pagos, formalizada no teor dos contratos.

(a) Detalhamento dos financiamentos e empréstimos

Fonte	Contrato	Data de Assinatura	Objetivo	Juros	Último Vencimento
ELÉTRICAS	Diversos	Diversos	Expansão das linhas e redes de distribuição e linhas de transmissão	5,00% a.a.	2027
Banco do Brasil	BB27/003	10/02/1995	Refinanciamento de débito	10,00% a.a.	2014
Caixa Econômica Federal	435.432-51/2014	11/08/2014	Construção e reforço de redes de distribuição	7,00% a.a.	2016
Banco do Brasil	Morgan	31/12/1997	Refinanciamento de débito em moeda estrangeira	8,46% a.a.	2024

(b) Composição do saldo da dívida, por indexador

Moeda Nacional	31/12/2014		31/12/2013		01/01/2013	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
IGP-M	-	-	681	0,09	1.718	0,30
RGR	296.734	28,27	373.051	47,43	348.766	60,12
RO	668.369	63,67	376.041	47,81	207.189	35,72
FINEL	17.747	1,60	20.185	2,67	22.284	3,84
IPCA	37.808	3,60	16.627	2,11	132	0,02
CEF	29.053	2,77	-	-	-	-
Total	1.049.721	100,00	786.585	100,00	580.489	100,00

Moeda estrangeira	31/12/2014		31/12/2013		01/01/2013	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Dólar norte americano	8.840	100	8,8	100	7.891	100

Diário Oficial

52



Teresina(PI) - Sexta-feira, 17 de abril de 2015 • Nº 71

(c) Vencimentos das parcelas do passivo não circulante

	31/12/2014	31/12/2013	01/01/2013
2014	-	-	137.254
2015	-	164.654	85.967
2016	155.695	137.615	82.719
2017	109.320	74.965	43.347
2018	50.947	40.431	129.592
2019	25.621	185.414	
2020	10.547		
2021 em diante	376.233		
TOTAL	728.363	603.079	478.879

(d) Movimentação dos financiamentos e empréstimos

	2014	2013	2012
Saldo no início do exercício	794.576	587.401	476.027
Captações	607.414	280.466	168.379
Pagamentos de principal e juros	(413.487)	(123.161)	(92.890)
Encargos	67.195	48.532	34.418
Varição monetária	2.863	1.338	1.467
Saldo no fim do exercício	1.058.561	794.576	587.401

17 Fornecedores

A composição do saldo está demonstrada a seguir:

	31/12/2014	31/12/2013	01/01/2013
Circulante			
Fornecedores de materiais e serviços nacionais	78.324	89.971	92.032
Fornecedores de energia elétrica (i)	86.964	27.440	53.964
TOTAL	165.288	117.411	145.996
Não Circulante			
Fornecedores de energia elétrica	-	5.184	10.370
TOTAL	165.288	122.595	156.366

(i) A variação de R\$ 59,524 na conta de fornecedores de energia elétrica é proveniente, principalmente, do aumento do custo da energia elétrica comprada para revenda e da energia elétrica de curto prazo, ocasionado, dentre outros fatores, pela elevação dos despachos das usinas térmicas, o que acarreta custo com a receita variável de térmicas, e pelos custos dos 12º e 13º Leilões de Energia Existente (Leilão A-1 2013 Produto: 2014-2024/Leilão A-0 2014 Produto: 2014-2019), cujos preços médios são de R\$ 177,21/MWh e R\$ 315,86/MWh, respectivamente.

18 Tributos a receber

A composição do saldo desta rubrica está descrita a seguir:

	31/12/2014	31/12/2013	01/01/2013
Circulante			
Imposto de Renda (i)	14.547	4.383	2.204
Contribuição Social	315	608	566
PASEP / COFINS	15.467	17.354	11.035
FGTS	1.436	1.435	1.353
ISS	1.843	1.087	801
INSS	10.028	7.445	7.939
ICMS (ii)	59.679	21.376	27.892
Parcelamento LEI 12.996/14 - Demais Débitos RFB (iii)	14.180	-	-
Outros	25.667	9.973	17.147
TOTAL	143.162	63.661	68.937
Não Circulante			
Imposto de Renda	3.050	3.993	5.314
Contribuição Social	1.153	1.418	1.888
PASEP / COFINS	21.390	26.663	20.512
FGTS	3.503	3.659	3.827
INSS (iv)	8.651	14.997	10.288
ICMS	-	1.003	2.995
PAES / REFTS	-	3.263	3.263
Outros	119	119	119
TOTAL	37.866	55.115	48.206
TOTAL	181.028	118.776	117.143

(i) A variação identificada nesta rubrica refere-se, principalmente, ao imposto de renda incidente sobre o serviço da dívida do período de fevereiro a dezembro de 2014 no valor de R\$ 13,715.

(ii) Aumento decorrente, principalmente, do não pagamento do ICMS referente ao saldo remanescente da competência de novembro (R\$ 17,217), bem como do valor de R\$ 14,810 incluído em parcelamento.

(iii) Em 21/08/2014, esta Companhia solicitou o parcelamento das contribuições previdenciárias e dos demais débitos administrados pela Receita Federal do Brasil, conforme Lei 12.996/2014. Tal adesão quitou multas e juros com prejuízo fiscal e base negativa e reparou a dívida em 120 meses, incluindo débitos de PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e INSS, assim como o débito de COFINS de 1997 referente ao processo nº 10.384-000.183/2002-20.

(iv) A redução justifica-se, principalmente, pela inclusão de parte das contribuições de INSS no incentivo fiscal concedido pela Lei 12.996/2014.

No dia 14 de Maio de 2014, a Medida Provisória (MP) nº 627, veio a ser convertida na atual Lei 12.973/14 a qual revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) definição do tratamento específico sobre tributação de lucros ou dividendos; (iii) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na Lei 12.973/14 têm vigência a partir de 1º de Janeiro de 2015, sendo facultada aos contribuintes a opção pela antecipação de seus efeitos para 1º de Janeiro de 2014.

A Administração optou pela não adoção de antecipação prevista na referida legislação tendo em vista que não havia sido identificado nenhum benefício para a Companhia e ainda pelo fato da RFB não ter emitido regulamentação acerca do tratamento a ser aplicado diante de eventuais diferenças (entre RTT e o novo regime) na apuração de impostos ocorrida durante o período de 2014.

19 Obrigações estimadas

Contabilização da estimativa das obrigações em potencial referentes a férias e encargos devidas aos empregados, sem prejuízo da remuneração mensal, na vigência do contrato de trabalho, e dos encargos sociais incidentes sobre as obrigações trabalhistas, provisionadas.

	31/12/2014	31/12/2013	01/01/2013
Circulante			
Férias	7.714	7.398	8.030
Gratificação de férias	5.786	5.549	6.022
Contribuições recolhíveis ao INSS	3.915	3.755	4.075
FGTS	1.080	1.636	1.124
Plano de Incentivo ao Desligamento - PID	-	1.933	-
Obrigações diversas	12.486	11.370	17.124
TOTAL	30.981	31.041	36.375

19.1 Plano de Incentivo ao Desligamento

O Plano de Incentivo ao Desligamento - PID, proposto pela Companhia, foi aprovado pela Diretoria Executiva, na forma da Resolução nº 056/2013, de 17 de maio de 2013, pelo Conselho de Administração, conforme Deliberação CA, nº 015/2013, de 21 de maio de 2013 que ratificou o PID nos termos e condições aprovados pelo Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - DECT, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

O Plano foi dividido em duas etapas, sendo a primeira etapa para os desligamentos entre o período de julho a dezembro de 2013, e a segunda etapa para o período de janeiro a novembro de 2014. Para os funcionários que se desligarem na 1ª etapa os benefícios são: 0,65 da remuneração como incentivo por ano trabalhado; 35 anos como limite de tempo trabalhado; incentivo mínimo de R\$ 100; Incentivo máximo de R\$ 600, sem limite total para incentivo, mais a indenização complementar. A data do desligamento foi definida em 17 turmas, com a primeira turma para o dia 12 de julho de 2013 e a última para o dia 14 de novembro de 2014. Para os funcionários que se desligarem na 2ª etapa os benefícios são: 0,50 da remuneração como incentivo por ano trabalhado; 24 anos como limite de tempo trabalhado; não se aplica o Incentivo mínimo; Incentivo máximo de R\$ 250, com limite total de R\$ 400 para incentivo, mais a indenização complementar.

Em 31 de dezembro de 2014 totalizaram 294 funcionários desligados, a um custo de R\$ 73,234 de PID e R\$ 2,368 de benefícios pós-emprego.

20 Encargos setoriais

Os dados apresentados nesta rubrica tratam-se de valores realizáveis ou exigíveis em decorrência de contrato de concessão, definidos em legislação específica e suas quotas são fixadas pela ANEEL para assegurar, dentre outros objetivos, o equilíbrio econômico financeiro da concessão.

Os saldos apresentados de encargos setoriais estão compostos da seguinte forma:

	31/12/2014	31/12/2013	01/01/2013
Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	-	1.641
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	271	141	461
Encargo de Capacidade Emergencial	2.659	2.767	2.928
Taxas de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica - TPSEE	117	146	176
Total	3.047	3.054	5.206

21 Benefícios pós-emprego

A Companhia, através da Fundação CEPISA de Seguridade Social - FACEPI, mantém plano de aposentadoria de benefício definido (Plano BD), sob o regime financeiro básico de capitalização para os benefícios programados. Esse plano está em extinção desde 30/11/2000.

A FACEPI é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, voltada exclusivamente para administração de planos de benefícios previdenciários da Companhia, sua patrocinadora.

Para o suporte das obrigações acumuladas antes da implantação do plano previdenciário com características de contribuição definida, levando em conta o saldamento do plano anterior, a Companhia comprometeu-se a amortizar o Saldo da Provisão Matemática a Constituir, através da subscrição de um contrato de confissão de dívidas.

O plano de benefícios definidos, para a população já fechada, garante os benefícios de complementação de aposentadorias por idade até o nível da média dos últimos trinta e seis salários, com um mínimo de 20% sobre o mesmo, a complementação de aposentadorias por tempo de serviço, na mesma base, além da complementação de aposentadorias por invalidez e especiais. Garante, também, a complementação da pensão por morte, em até 100% do benefício principal, auxílio doença por afastamento temporário, auxílio funeral e um pecúlio por morte, de pagamento único, de valor equivalente a 1/5 do maior teto da Previdência Social.

Os ativos do plano são mantidos separadamente daqueles da Companhia e são contabilizados e controlados pela FACEPI.

Os registros contábeis e as notas explicativas, decorrentes dos cálculos atuariais, foram consignados com base no laudo atuarial emitido por atuário independente.

O perfil populacional dos participantes do Plano BD está abaixo demonstrado:

	31/12/2014	31/12/2013
Participantes		
Número de empregados vinculados ao plano	636	835
Idade média (anos)	57,17	57,24
Valor do salário médio (R\$)	968,73	1.062,77
Aposentados		
Número de aposentados por tempo de contribuição, idade e especial	649	461
Idade média (anos)	67,20	68,56
Benefício médio (R\$)	1.744,15	1.586,55
Assistidos (Pensionistas)		
Número de pensões	295	294
Benefício médio (R\$)	659,62	627,45
População Total	1.580	1.590

21.1 Termos de compromissos

Os contratos com a FACEPI têm o seguinte perfil de vencimento:

	31/12/2014	31/12/2013	01/01/2013
Circulante			
Termo de compromisso (i)	15.255	11.751	7.786
Contrato de confissão e parcelamento de dívida (ii)	7.353	7.194	5.527
Assistência Médica PID (iii)	366	319	-
Subtotal	22.974	19.264	13.313
Não circulante			
Termo de compromisso (i)	11.704	60.128	31.897
Contrato de confissão e parcelamento de dívida (ii)	19.467	26.222	39.888
Assistência Médica PID (iii)	1.467	2.044	-
Subtotal	32.638	88.394	71.785
Total de benefícios pós-emprego	55.612	107.658	85.098

(i) Termo firmado em 11/12/2000, relativo ao saldamento do plano de benefícios da FACEPI.

(ii) Contrato firmado em 19/09/1997, com cláusula de atualização monetária com base na variação anual do INPC e juros de 6% ao ano, pagável em 180 parcelas mensais, a partir de julho de 2002.

(iii) Conforme nota 19.1 foi contabilizado o Plano de Incentivo ao Desligamento, que prevê a manutenção da cobertura à assistência médica a partir da data do desligamento, de acordo com a etapa de desligamento escolhida:

- 1ª etapa - desligamento até 13/12/2013 - 60 meses de cobertura;
- 2ª etapa - desligamento até 14/12/2014 - 12 meses de cobertura.

Durante o exercício de 2014, o valor pago pela Companhia à FACEPI referente à amortização das parcelas dos débitos foi R\$ 19.317 (2013 - R\$ 13.961).

21.2 Efeitos do plano de benefício definido

(a) Hipóteses atuariais e econômicas

	2014	2013
Financeiras		
Taxa de juros de desconto atuarial anual (i)	12,23% a.a	11,99% a.a
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	6,15% a.a	6,35% a.a
Projeção de aumentos médio dos salários	7,83% a.a	7,41% a.a
Projeção de aumentos médio dos benefícios	5,72% a.a	5,30% a.a
Taxa média de inflação anual	5,72% a.a	5,30% a.a
Expectativa de retorno dos ativos do plano	12,23% a.a	11,99% a.a
Demográficas		
Taxa de rotatividade	0,00% a.a	0,00% a.a
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000 (suavizada 10%) M&F	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	MI 85	AT-83
Tábua de entrada em invalidez	LIGHT MÉDIA	LIGHT FRACA
% de casados na data de aposentadoria	95%	95%
Diferença de idade entre homens e mulheres	4 anos	4 anos

A taxa global de retorno esperada corresponde à média ponderada dos retornos esperados das várias categorias de ativos do plano. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação. O atual retorno dos ativos do plano BD foi de R\$ 67.161 (R\$ 47.821 em 2013).

(i) Taxa de juros de longo prazo

A definição dessa taxa considerou a prática de mercado dos títulos do Governo Federal, conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos dos fluxos das obrigações do programa de benefícios, no chamado conceito de *Duration*.

21.3 Planos de benefícios em 31 de dezembro

O plano de benefício normalmente expõe a Companhia a riscos atuariais, tais como risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de longevidade e risco de salário.

Risco de investimento	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado usando uma taxa de desconto determinada em virtude da remuneração de títulos privados de alta qualidade; se o retorno sobre o ativo do plano for abaixo dessa taxa, haverá um déficit do plano. Atualmente, o plano tem um investimento relativamente equilibrado em títulos públicos crédito de depósitos privados e fundo de investimentos, considerando os limites por segmento de aplicação de acordo com as diretrizes da Resolução nº 3.792 do Conselho Monetário Nacional e as suas alterações, além dos critérios de segurança, liquidez, rentabilidade e maturidade do plano.
-----------------------	---

Diário Oficial

54

Teresina(PI) - Sexta-feira, 17 de abril de 2015 • Nº 71

Risco de taxa de juros	Uma redução na taxa de juros dos títulos aumentará o passivo do plano. Entretanto, isso será parcialmente compensado por um aumento do retorno sobre os títulos de dívida do plano.
Risco de longevidade	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência à melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano durante e após sua permanência no trabalho. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.
Risco de salário	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência aos salários futuros dos participantes do plano. Portanto, um aumento do salário dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.

Conciliação dos passivos dos planos de benefícios pós-emprego

Planos de benefícios definidos - Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício	2014	2013
	Plano BD	Plano BD
Cobertas	274.956	258.964
Valor justo dos ativos do plano (-)	(221.178)	(153.669)
Passivo (Ativo) Líquido	53.778	105.295
Dívida atuarial contratada entre patrocinador e plano	59.239	75.099
Valor do passivo (ativo) de benefício pós-emprego	53.778	105.295
Custo do serviço corrente	475	-
Custos de juros líquidos	11.536	6.672
Despesa (Receita) atuarial reconhecida no exercício	12.011	6.672

A movimentação do valor presente das obrigações e do valor presente do ativo dos planos de benefícios no exercício corrente e em 31 de dezembro de 2013 estão apresentadas a seguir:

Descritivo	2014	2013
	Plano BD	Plano BD
Alterações nas obrigações		
Valor das obrigações atuariais no início do ano	258.964	274.809
Custo de serviços corrente líquido	475	-
Custo de juros	30.388	22.892
Benefícios pagos	(20.813)	(10.477)
(Ganhos) perdas decorrentes de remensuração	5.943	(28.260)
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas biométricas	3.415	-
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	4.888	(101.093)
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(2.360)	72.833
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	274.957	258.964
Alterações nos ativos financeiros		
Valor justo dos ativos no início do ano	153.669	194.721
Receita de juros	18.852	18.220
Contribuições patronais	21.161	17.246
Benefícios pagos/adiantados	(20.813)	(10.477)
(Ganhos) perdas decorrentes de remensuração	48.309	(64.041)
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em receita de juros)	48.309	(64.041)
Valor justo dos ativos no fim do exercício	221.178	153.669

As principais categorias de ativos do plano no final do período de relatório e que impactam o retorno dos ativos do plano são apresentadas a seguir:

Categoria de Ativo	2014	2013
	Fundos de Investimento	207.094
Outros ativos	39.554	6.047
Imóveis	12.398	10.057
Empréstimos	4.821	4.702
(-) Recursos a receber - patrocinador	(30.637)	(36.348)
(-) Exigível Operacional	(143)	(123)
(-) Fundo de investimentos	(3.064)	(2.826)
(-) Fundo Administrativo	(8.845)	(7.974)
Total dos Ativos Garantidos	221.178	153.669

Os valores justos dos instrumentos de capital e de dívida são determinados com base em preços de mercado cotados em mercados ativos enquanto os valores justos investimentos imobiliários não são baseados em preços de mercado cotados em mercados ativos.

21.4 Resumo dos impactos reconhecidos em outros resultados abrangentes

Outros Resultados Abrangentes (ORA) acumulados	31.12.2014	31.12.2013
	Plano BD	Plano BD
Programa Previdenciário	40.484	(30.770)
Descritivo	2014	2013
	Plano BD	Plano BD
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido reconhecidos no ORA no exercício		
(Ganhos) perdas sobre o ativo justo	(1.690)	-
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	(3.533)	-
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	(4.901)	101.093
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	2.646	(72.833)
Retorno sobre ativos do plano	48.309	(64.041)
Efeito do teto do ativo	(347)	-
Componentes de custo de benefício definido reconhecidas em outros resultados abrangentes	40.484	(35.781)

21.5 Contribuições patronais esperadas para o próximo exercício

A Companhia espera contribuir com R\$21.651 com os planos de benefícios definidos durante o próximo exercício.

A duração média ponderada da obrigação de benefício definido é de 9,92 anos.

Análise dos vencimentos esperados de benefícios não descontados de planos de benefício definido pós-emprego:

Em 31 de dezembro de 2014	Menos de 1 ano	Entre 1 - 2 anos	Entre 2 - 5 anos	Mais de 5 anos	Total
	Programa Previdenciário	22.978	22.839	67.124	436.339

21.6 Efeitos da variação de um ponto percentual nas premissas atuariais significativas

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são: taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

- Se a taxa de desconto fosse 0,25% mais alta (baixa), a obrigação de benefício definido teria redução de R\$ 6.206 (aumento de R\$ 6.471).
- Se a expectativa de vida aumentasse (diminuisse) em um ano para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 3.196 (redução de R\$ 3.282).

22 Pesquisa e desenvolvimento

Programa de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento

São programas de reinvestimentos exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas, conforme Resolução nº 300/2005. Os valores são constituídos a partir do reconhecimento dos itens que compõem a Receita Operacional Líquida - ROL, conforme Resolução 300/2005, alterada pelas Resoluções nº 504/2012, de 14 de agosto de 2012 e nº 556/2013, de 18 de junho de 2013.

O saldo não aplicado dos Programas é atualizado mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento, deduzidos dos valores aplicados nas ODS, até o momento efetivo do encerramento do projeto, com base na taxa SELIC.

A composição do saldo está demonstrada a seguir:

Circulante	31/12/2014	31/12/2013	01/01/2013
	Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	4.515	7.052
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D - Lei 12.111/09	-	-	473
Programa de Eficiência Energética - PEE	6.275	8.959	14.050
	10.790	16.011	21.536
Não Circulante			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	16.926	11.186	8.501
Programa de Eficiência Energética - PEE	27.123	21.324	10.891
	44.049	32.510	19.392
Total	54.839	48.521	40.928

A Companhia reconheceu o passivo relacionado a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados nos Programas de Eficiência Energética - PEE e Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento, até o momento de sua efetiva realização, pela Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL nºs. 300/2008 e 316/2008.

23 Outros passivos

A composição do saldo desta rubrica está demonstrada a seguir:

	31/12/2014	31/12/2013	01/01/2013
Circulante			
Consumidores	3.032	7.022	12.034
Folha de pagamento	6.609	3.236	2.822
Multa da ANEEL (i)	30.341	16.880	13.880
Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP (ii)	12.514	8.582	9.515
Outros	697	646	692
	52.653	36.366	38.943
Não Circulante			
Programa Emergencial Red. Consumo E. Elétrica	499	645	732
Outros	127	127	127
	626	772	859

(i) Valores provisionados referentes à aplicação de penalidades pela ANEEL pelo descumprimento de cláusulas estabelecidas no contrato de concessão, tais como: transgressão de índices DEC/FEC e violação dos indicadores de continuidade individuais.

(ii) Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP - corresponde aos valores arrecadados que serão repassados às prefeituras municipais.

(iii) Saldo de Passivo Regulatório de Itens Financeiros reconhecidos conforme OCPC 08 e Deliberação 632/14 emitida pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, bem como 3º Termo Aditivo Contrato de Concessão para Prestação do Serviço de Distribuição de Energia Elétrica nº 004/2001 - ANEEL, de 10 de dezembro de 2014.

24 Provisão para contingências

As provisões para contingências são baseadas na estimativa da opinião dos nossos consultores jurídicos das prováveis indenizações por ações cíveis, tributárias e trabalhistas que se acham em tramitação em diversas instâncias de decisão judicial.

As provisões prováveis constituídas para contingências passivas estão compostas como segue:

	31/12/2014		31/12/2013		01/01/2013	
	Provisão para contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para contingências	Depósitos Judiciais
Trabalhistas	15.267	11.051	20.251	13.659	18.810	9.486
Cíveis	65.260	14.388	34.629	2.516	27.163	1.131
Tributárias	21.047	129	17.048	92	17.048	92
	101.574	12.618	71.928	16.267	63.021	10.709

Abaixo, a movimentação ocorrida em 2014 nos saldos da provisão para contingências constituídas como prováveis:

	Saldo em 01/01/2013		Saldo em 31/12/2013		Saldo em 31/12/2014	
		Adições	Reversões	Pagamentos		
Trabalhistas	18.810	16.712	(7.133)	(8.138)	20.251	15.267
Cíveis	27.163	24.480	(14.355)	(2.659)	34.629	65.260
Tributárias	17.048	21	(21)	-	17.048	21.047
	63.021	41.213	(21.509)	(10.797)	71.928	101.574

O aumento de R\$ 29.646 decorre, principalmente, da atualização do valor provisionado para contingências cíveis.

A Companhia destaca a seguir o montante dos processos trabalhistas, cíveis e tributários, avaliados pela Assessoria Jurídica da Companhia, classificados como perda estimada provável, possível e remota, de grande relevância ou que tiveram desdobramentos no exercício:

	Processos judiciais em 31/12/2014			
	Probabilidade de saída de recurso			
	Provável	Possível	Remota	Total
Trabalhistas	15.267	102.881	2.168	120.316
Cíveis	65.260	477.465	82.007	624.732
Tributárias	21.047	165.354	-	186.401
	101.574	745.700	84.175	931.449

	Processos judiciais em 31/12/2013			
	Probabilidade de saída de recurso			
	Provável	Possível	Remota	Total
Trabalhistas	20.251	64.851	2.154	87.256
Cíveis	34.629	219.863	81.961	336.453
Tributárias	17.048	165.354	-	182.402
	71.928	450.068	84.115	606.111

	Processos judiciais em 01/01/2013			
	Probabilidade de saída de recurso			
	Provável	Possível	Remota	Total
Trabalhistas	18.810	40.161	2.183	61.154
Cíveis	27.163	192.711	85.682	305.556
Tributárias	17.048	169.590	-	186.638
	63.021	402.462	87.865	553.348

(*) Ressalta-se que, nas contingências cíveis classificadas como remotas, consta o Processo nº 000613-16.2000.8.18.0140 referente à Ação Popular que pleiteia a anulação do Contrato de Confissão de Dívida celebrado entre esta Companhia e a Fundação CEPISA de Seguridade Social - FACEPI no valor de R\$ 60.000. Tal processo foi assim classificado pela assessoria jurídica considerando que até a presente data não houve sequer sentença na referida demanda, bem como se vislumbra a possibilidade de extinção do processo quando juntados os comprovantes de pagamentos solicitados à manifestação do pedido de reconhecimento da litispendência e inépcia da inicial, extinção sem julgamento do mérito ou julgamento de ação como totalmente improcedente.

24.1 Trabalhistas

Refere-se a diversas ações movidas contra a Companhia, por empregados e ex-empregados, envolvendo hora-extra, adicional de periculosidade, equiparação e reequilíbrio salarial, insalubridade, diferenças de FGTS, indenização por danos morais decorrentes de acidente de trabalho e reintegração de demitidos, conforme descrevemos a seguir:

Contingências Trabalhistas	31/12/2014	31/12/2013	01/01/2013
SINTEPI / MPT	6.649	10.141	8.532
INSS	-	81	81
Ex-empregados da Companhia	4.085	3.594	2.425
Ex-empregados de empreiteiras	1.031	607	4.446
Empregados	3.502	5.828	3.326
	15.267	20.251	18.810

24.2 Cíveis

As principais ações são provenientes de indenizações por danos morais e materiais, movidas por pessoas físicas e jurídicas, e de ações de repetição do indébito, que visam à restituição de valores que o autor entende que foram pagos indevidamente, sendo as detectadas com expectativa provável de saída de recursos, devidamente provisionadas, as quais descrevemos abaixo:

Contingências Cíveis	31/12/2014	31/12/2013	01/01/2013
Indenização - ENGESER	15.239	15.239	8.000
Indenização - VELEIRO AGRÍCOLA (i)	13.783	1.000	1.000
Águas e Esgotos do Piauí S/A (ii)	10.000	-	-
Ministério Público Estadual (iii)	8.151	321	476
Indenização Produtos Vegetais do Piauí S/A	3.153	3.153	3.153
Indenização Construtora Gautama	2.000	2.000	2.000
Indenização por perdas	1.818	4.876	4.401
Martinho Laurentino da Silva e Outros	1.174	-	-
Indenização Santa Rosa	1.000	1.000	1.000
Francisco Wagner de Oliveira Costa	657	657	-
Electra Engenharia Elétrica	527	527	527
Cláudia Portela Costa	519	-	-
Moana Premoldados	518	517	517
Glomar Ferreira de Souza	471	-	-
Maria de Nazaré de Melo Rodrigues	432	432	-
Terranova Reflorestadora e Agropecuária	418	418	-
Indenização Teresa de Jesus Soares/Thadeu Costa Carvalho	396	496	496
Vera Cruz Seguradora S/A	393	393	254
Carlos dos Santos	337	-	-
Maria dos Remédios Carvalho Lima Sousa	319	-	-
Município de Paranaíba	142	752	752
Evolucion Empreendimentos Ltda	1	755	-
Anulatória Município de Oeiras (PI)	-	-	1.000
Indenização Raimundo Santos/Luis R. Moraes	-	635	635
Oriente Instalações e Comércio Ltda	-	262	264
Construtora Jurema	-	250	575
Outras	3.812	946	2.113
	65.260	34.629	27.163

Diário Oficial

56



Teresina(PI) - Sexta-feira, 17 de abril de 2015 • Nº 71

(i) A provisão do Processo nº 0016136-39.1998.8.18.0140 - Veleiro Agrícola S/A apresentou elevação significativa porque a condenação fora embasada nos lucros cessantes da empresa que, somente em maio de 2014, esta Companhia obteve acesso ao demonstrativo atualizado da sentença e, assim, procedeu ao aumento da estimativa provável de perda.

(ii) Trata-se do Processo nº 0004268-30.1999.8.18.0140 - Águas e Esgotos do Piauí S/A - AGESPISA, que pleiteia a restituição de faturas pagas em duplicidade.

(iii) O aumento do provisionamento refere-se à Ação Rescisória proposta com objetivo de cindir a sentença homologatória do acordo firmado nos autos da Ação Civil Pública em trâmite perante a Comarca de Cocal - Piauí (Processo nº 2010.0001.005822-6 - Ministério Público do Estado do Piauí). Tal Ação Rescisória foi julgada improcedente, em razão disso, torna-se provável as correspondentes execuções judiciais.

24-3 Tributárias

As ações tributárias provisionadas, consideradas com expectativa provável de saída de recurso, são as seguintes:

Contingências Tributárias	31/12/2014	31/12/2013	01/01/2013
ICMS	4.036	4.036	4.036
ISS (I)	12.011	8.011	8.011
Tributos Federais	5.000	5.001	5.001
	21.047	17.048	17.048

(i) A variação refere-se a nova estimativa do Processo nº 0001536-70.2004.4.01.4000 - Município de Teresina, decorrente da sentença que julgou favorável o pleito de indenização no recurso de apelação interposto à referida Ação Ordinária de Restituição com Compensação de Créditos.

A Companhia sofreu processo de fiscalização por parte da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí - SEFAZ, referente aos procedimentos fiscais adotados no registro e apuração do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, relativo ao período de janeiro de 2001 a dezembro de 2007, sendo lavrados, contra a Companhia, quatorze autos de infração, no total de R\$ 117.767 suportada pela avaliação dos consultores jurídicos da Companhia, este valor não foi provisionado por ser considerado como probabilidade de perda possível.

Discriminação do Fato	Auto de Infração		Valor	
	Nº	Data	Original	Atualizado
Consumidor não enquadrado como órgão público	32.794	30/07/2003	5.085	16.314
ICMS consumidor industrial	32.796	30/07/2003	2.881	9.969
ICMS competência dez/2005	32.797	30/07/2003	3.043	8.051
ICMS - subvenção consumidor baixa renda (Lei 10.604)	48.147	17/12/2007	548	1637
ICMS - subvenção consumidor baixa renda (Lei 10.604)	48.148	17/12/2007	6.394	19.436
ICMS - subvenção consumidor baixa renda (Lei 10.604)	48.149	17/12/2007	8.007	23.618
ICMS - subvenção consumidor baixa renda (Lei 10.604)	48.150	17/12/2007	9.869	27.813
Atraso na entrega do Convênio 115/03	48.461	04/06/2007	6.875	7.336
Apropriação de crédito fiscal do ativo permanente	48.462	02/07/2007	24	77
Apropriação de crédito fiscal do ativo permanente	48.463	02/07/2007	73	226
Apropriação de crédito fiscal do ativo permanente	48.464	02/07/2007	121	355
Apropriação de crédito fiscal do ativo permanente	48.465	02/07/2007	240	677
Apropriação de crédito fiscal do ativo permanente	48.466	02/07/2007	489	1.341
Apropriação de crédito fiscal do ativo permanente	48.467	02/07/2007	519	1.347
			44.049	117.767

O Agente do Fisco da Receita Federal do Brasil - RFB, em 25 de março de 2014, autou a Companhia considerando que a energia comprada e não revendida aos consumidores, em função de perdas da operação ou desvios no sistema de distribuição de energia elétrica, não deveria ensejar créditos de PIS/COFINS e dedutibilidade para fins de IR/CSLL. As perdas/desvios da energia comprada são reconhecidas quando da contabilização da energia adquirida para revenda, de forma que o Agente Fiscal realizou o levantamento por meio de controles gerenciais apresentados pela Companhia.

Os assessores jurídicos protocolaram Impugnação ao Auto de Infração, o qual encontra-se em trâmite no Contencioso Administrativo da RFB, argumentando pelo não cabimento da autuação.

Apresentamos a seguir um quadro resumo com o total das contingências apontadas no Auto de Infração:

Tributo	Valor R\$
IRPJ	28.522
CSLL	10.268
PIS	3.553
COFINS	16.363
Total	58.706

25 Adiantamento para futuro aumento de capital

Os recursos recebidos da Eletrobras até 31 de dezembro de 2014, registrados contabilmente no passivo não circulante, foram atualizados pela taxa SELIC e alcançaram o montante de R\$ 16.416 (2013 - R\$ 15.631), conforme composição abaixo:

	2014	2013	2012
Saldo no início do exercício	15.631	430.282	275.984
Liberação	-	40.000	102.619
Capitalização	-	(477.107)	-
Atualização monetária	785	22.456	51.679
Saldo no fim do exercício	16.416	15.631	430.282

26 Capital social

O Capital Social em 31 de dezembro de 2014 está representado por ações, como segue:

Espécie/Classe das ações	Ações	
	Quantidade	%
Ordinárias	744.131.334	95,50%
Preferenciais - Classe "A"	19.310.694	2,48%
Preferenciais - Classe "B"	15.778.524	2,02%
	779.220.552	100,00%

As ações ordinárias conferem direito de voto nas deliberações da assembleia geral de acionistas, na proporção de um voto por ação, ou o direito ao voto múltiplo, nos casos e na forma previstos em lei. As ações preferenciais não têm direito de voto na assembleia geral de acionistas e gozarão das seguintes vantagens:

- Prioridade na distribuição e recebimento de dividendos anuais de até 10%, calculados sobre o valor da parcela do capital representado pelas ações preferenciais classe "A";
- Montante de dividendos equivalente no mínimo a 10%, calculados sobre o valor da parcela do capital representado pelas ações preferenciais Classe "B"; e,
- Prioridade no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia.

27 Receita operacional líquida

	Nº Consumidores ^a	MWh ^a	R\$ mil			
			01/01/2014	01/01/2013	31/12/2014	31/12/2013
			31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
FORNECIMENTO						
Residencial	1.006.280	967.471	1.431.593	1.327.936	675.034	624.345
Industrial	3.525	3.600	215.788	193.042	76.217	62.001
Comercial	83.474	80.131	659.465	609.617	289.370	258.286
Rural	30.268	30.382	142.042	128.739	44.269	36.725
Poder Público	14.279	14.309	221.152	214.938	89.597	82.344
Iluminação Pública	365	665	188.457	174.710	51.735	46.977
Serviço Público	5.976	5.348	154.196	147.838	50.268	45.218
Consumo Próprio	163	176	3.778	4.004	-	-
Remuneração do Ativo Financeiro	-	-	-	-	(30.955)	(71.718)
Recicla de Distribuição	-	-	-	-	(519.767)	(481.509)
Total	1.144.330	1.092.032	3.016.471	2.800.824	726.768	602.660
SUPRIMENTO						
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-	-	-	-	6.
Total						6.
OUTRAS RECEITAS						
Disponibilidade da Rede Elétrica	-	-	-	-	18.657	22.49
Construção	-	-	-	-	126.130	196.59
Remuneração do Ativo Financeiro	-	-	-	-	30.955	71.11
Recicla de Distribuição	-	-	-	-	519.767	481.50
Parcela A - CVA e outros itens financeiros (Nota 13.1)	-	-	-	-	250.295	-
Outros	-	-	-	-	32.714	16.1
Total					977.618	788.45
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA					1.704.386	1.391.117
DEDUÇÕES						
ICMS	-	-	-	-	277.673	259.502
PIS	-	-	-	-	21.911	19.049
COFINS	-	-	-	-	100.922	87.764
RGR	-	-	-	-	-	289
CCC	-	-	-	-	-	1.641
CDE	-	-	-	-	2.994	1.687
PDD e PEE	-	-	-	-	9.096	8.327
Outras	-	-	-	-	213	211
Total					412.899	378.523
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA					1.291.577	1.018.911

^a Informações não examinadas por nossos auditores.

A variação da receita operacional líquida é resultante, principalmente, do crescimento do número de consumidores, bem como do aumento tarifário imposto pela Resolução Homologatória ANEEL nº 1.781, de 26 de agosto de 2014, que homologou o resultado do reajuste tarifário desta Companhia.

27.1 Encargos de uso do sistema de distribuição

De acordo com o Despacho nº 1.618, de 23 de abril de 2008, deverá ser realizada a transferência de receita para atividade de distribuição, adotando para fins de valoração uma única Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição – TUSD média.

27.2 Revisão Tarifária Extraordinária

Revisão Tarifária 2013 – Através da Resolução Homologatória nº 1.605, de 27 de agosto de 2013, com vigência a partir de 28 de agosto de 2013 a 27 de agosto de 2014, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, homologou a Revisão Tarifária de -8,72% (oito vírgula setenta e dois por cento negativos), sendo -12,59% (doze vírgula cinquenta e nove por cento negativos) relativos aos componentes econômicos, e 3,88% (três vírgula oitenta e oito por cento positivos) relativos aos componentes financeiros adicionais. Fixando também as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD).

27.3 Reajuste Tarifário Anual

Reajuste tarifário 2014 – Através da Resolução Homologatória nº 1.781, de 26 de agosto de 2014, com vigência a partir de 28 de agosto de 2014 a 27 de agosto de 2015, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, homologou o Reajuste Tarifário Anual de 31,40% (trinta e um vírgula quarenta por cento positivos), sendo 21,16% (vinte e um vírgula dezesseis por cento positivos) relativos aos componentes econômicos, e 10,24% (dez vírgula vinte e quatro por cento positivos) relativos aos componentes financeiros adicionais. Fixando também as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD).

28 Custo com energia elétrica

A composição do saldo desta rubrica está demonstrada a seguir:

	01/01/2014 a 31/12/2014			01/01/2013 a 31/12/2013		
	Nº Clientes *	GWh *	R\$ mil	Nº Clientes *	GWh *	R\$ mil
Contratos de Compra de Energia	1.144.330	4.555	585.969	1.102.032	4.271	415.225
Uso da Rede de Transmissão			48.881			35.492
Comercialização CWR - curto prazo			131.157			51.962
PRONFA			14.827			14.037
Repasso contas ACR/CDE			(179.291)			(34.876)
Total	1.144.330	4.555	601.543	1.102.032	4.271	461.840

* Informações não examinadas por nossos auditores.

Em abril de 2014, através do Decreto nº 8.221, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada – CONTA-ACR, destinada a cobrir, total ou parcialmente, as despesas incorridas pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência de exposição involuntária no mercado de curto prazo e despacho de usinas termelétricas vinculadas a Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR, na modalidade por disponibilidade de energia elétrica. Até 31 de dezembro de 2014, a ANEEL, emitiu os Despachos nº 1.256/14, 1.443/14, 3.0017/14, 3.588/14, 3.968/14, 4.288/14, 4.647/14, 4.657/14. O montante de CONTA-ACR registrado é de R\$ 179.291.

Desconsiderando o efeito do repasse da Conta ACR, verifica-se um aumento no custo com energia elétrica devido, principalmente, aumento acarretado pelo custo da parcela variável dos contratos por disponibilidade dos despachos das usinas térmicas, encerramento dos contratos do 1º leilão existente produto: 2006-2013/Montante de repouso que tinha preço médio de R\$ 110,08; início dos contratos do 12º leilão de energia existente (Leilão-A-1 2013 Produto: 2014-2014) em janeiro/2014 com preço médio do MWh contratado de R\$ 177,21 e início dos contratos do 13º leilão de energia existente (Leilão A-0 2014 Produto:2014-2019) em maio/2014 com preço médio do MWh contratado de R\$ 315,86.

29 Custo de operação, de construção e despesas operacionais

A composição do saldo está demonstrada a seguir:

	01/01/2014 a 31/12/2014			
	Custo de Operação	Custo de Construção	Despesas Operacionais	Total
Pessoal (i)	135.454	-	31.185	166.639
Material	3.831	-	565	4.396
Serviços de Terceiros	51.031	-	50.979	102.010
Depreciação e Amortização	30.566	-	771	31.337
Arrendamentos e Aluguéis	3.083	-	1.625	4.708
Provisões Operacionais (29.1)	46.736	-	(54.344)	(7.608)
Construção	-	126.130	-	126.130
(-) Recuperação de Despesas	-	-	(5.295)	(5.295)
Perdas Comerciais (ii)	-	-	75.865	75.865
Outros	17.785	-	3.949	21.734
	288.486	126.130	105.300	519.916

	01/01/2013 a 31/12/2013			
	Custo de Operação	Custo de Construção	Despesas Operacionais	Total
Pessoal (i)	210.725	-	40.861	251.586
Material	4.435	-	654	5.089
Serviços de Terceiros	47.587	-	55.340	102.927
Depreciação e Amortização	28.091	-	785	28.876
Arrendamentos e Aluguéis	3.175	-	1.495	4.670
Provisões Operacionais (29.1)	234.849	-	(13.449)	221.400
Construção	-	196.591	-	196.591
(-) Recuperação de Despesas	(3.203)	-	(2.921)	(6.124)
Perdas Comerciais (ii)	-	-	65.274	65.274
Outros	11.003	-	7.024	18.027
	536.662	196.591	181.961	915.214

(i) Variação decorrente da redução de 294 funcionários através do Plano de Incentivo ao Desligamento, conforme Nota 19.1.

(ii) A redução nas perdas comerciais decorre da refração nas baixas dos créditos incobráveis com valor menor que R\$ 5 mil reais em função do envelhecimento da dívida, das transferências realizadas em função dos créditos vencidos a mais de um ano, em cobrança administrativa e judicial.

29.1 Provisões operacionais

	01/01/2014 a 31/12/2014	01/01/2013 a 31/12/2013
Impairment (i)	10.567	221.875
Contingências (ii)	54.935	19.704
PCLD - Consumidores e Revendedores (iii)	(73.110)	6.719
	(7.608)	248.298

(i) O Impairment é decorrente da comparação entre o ativo intangível e financeiro em serviço e a Base de Remuneração Regulatória determinada pela ANEEL, no Terceiro Ciclo da Revisão Tarifária Periódica, movimentada até 31/12/2014. Nesta comparação, a BRR está menor que o valor contábil (ativo financeiro e intangível), constituindo-se dessa forma, um ajuste no resultado.

(ii) Variação decorrente do registro das contingências cíveis, trabalhistas e tributárias, conforme Nota 24.

(iii) A redução na provisão para créditos de liquidação duvidosa é decorrente do grande volume de reversão dos créditos negociados com as prefeituras municipais no exercício de 2013, que se encontram adimplentes em, no mínimo, quatro parcelas do contrato.

30 Resultado financeiro

	01/01/2014 a 31/12/2014	01/01/2013 a 31/12/2013
Receitas		
Rendimento de aplicações financeiras	820	997
Acréscimos moratórios	50.166	53.363
Variações monetárias ativas	5.721	13.508
Descontos financeiros	20.272	9.820
CVA	(56.486)	-
	20.493	77.688
Despesas		
Encargos de dívida	98.651	70.703
Juros PEE e P&D	3.091	2.306
Multas	14.969	18.064
Variações monetárias passivas	44.559	47.141
DIC/FIC - Res. 246 ANEEL	2.902	2.461
Juros	25.610	6.741
	189.782	147.416
Resultado Financeiro	(169.289)	(69.728)

A variação verificada no resultado financeiro no montante de R\$ 99.561 destaca-se pelos encargos (juros, juros de mora, taxa de administração e taxa de comissão) e atualizações de financiamentos e empréstimos junto à Eletrobras, bem como juros por atraso de pagamento dos fornecedores de materiais e serviços. A redução nas receitas financeiras reflete o efeito do registro da CVA, conforme OCPC 08.

31 Compromissos operacionais de longo prazo

Compromissos posições compradas:

Gerador de Energia	Empresas Geradoras do Grupo	Diversas Empresas Geradoras	Total	
2015	Volume MWh	1.714	2.364	4.078
	Preço/MWh	59,54	157,50	118,25
	Total	102.070	371.247	473.317
2016	Volume MWh	1.855	2.763	4.618
	Preço/MWh	61,24	157,85	124,52
	Total	101.957	436.139	538.096
2017	Volume MWh	242	3.458	3.700
	Preço/MWh	188,71	167,49	168,89
	Total	45.667	584.170	629.837
2018	Volume MWh	247	3.453	3.700
	Preço/MWh	193,22	167,67	169,36
	Total	47.725	583.990	631.715
2019	Volume MWh	247	3.453	3.700
	Preço/MWh	197,54	167,55	169,89
	Total	48.796	584.901	633.697
2020	Volume MWh	247	3.453	3.700
	Preço/MWh	202,15	168,21	170,45
	Total	49.931	585.864	635.795
2021/2045	Volume MWh	24.071	61.177	85.248
	Preço/MWh	66,88	151,96	129,92
	Total	1.608.779	9.295.570	10.904.349

* Informações não revisadas por nossos auditores para volume e preço.

Independente do prazo de finalização das concessões em 2015, a Companhia detém contratos de compra de energia. Tais contratos são firmados através da participação em leilões realizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE/ANEEL, no ambiente de contratação regulada - CCEAR, variando de 15 a 30 anos, conforme a modalidade de contratação.

32 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

32.1 Fatores de risco financeiro

Risco de crédito

A política da Companhia considera o risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios, bem como no acompanhamento dos prazos concedidos. São procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em Clientes.

A Companhia não realiza análise de crédito previamente ao início do fornecimento de energia, pois, como distribuidora de energia elétrica, é regida por contrato de concessão, bem como pela regulamentação do setor elétrico e obrigada a fornecer energia a todos os clientes localizados na sua área de concessão.

Para recuperação da inadimplência, a Companhia atua por meio de:

- Programas de renegociação dos débitos pendentes;
- Negativação de clientes em empresas de proteção ao crédito;
- Suspensão do fornecimento de energia elétrica, em conformidade com a regulamentação vigente;
- Contratação de empresa especializada na cobrança de contas em atraso; e,
- Cobrança judicial.

Risco de liquidez

É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descompasso de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez da caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Diretoria Financeira.

Os eventuais saldos de caixa auferidos pela Companhia, além dos programados para administração do capital circulante, são transferidos para contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos dentro das limitações legais que requer a concessão, com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Abaixo, apresentamos os saldos das contas de financiamentos e empréstimos, fornecedores e adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC:

Em 31 de dezembro de 2014	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	330.598	265.011	8.115	276.213
Fornecedores	165.288			
Em 31 de dezembro de 2013	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	191.497	184.754	231.011	185.414
Fornecedores	177.411	3.184		

Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

Esse risco é mitigado pelo fato da Companhia concentrar a captação de seus empréstimos com a Eletrobras, a juros fixos, conforme divulgado na Nota 16.

32.2 Análise de sensibilidade

A Companhia analisou os seus instrumentos financeiros ativos e passivo para identificar os instrumentos que possuem riscos significativos. Onde dos instrumentos financeiros identificados foram avaliados conforme abaixo:

Aplicações financeiras – As aplicações financeiras que a Companhia possui são aplicações de liquidez imediata de baixo risco, não representando risco significativo para a Companhia, assim com base no CPC 40.42, não foram realizadas análises de sensibilidade.

Empréstimos e Financiamentos (RGR e CEEF) – A Companhia não submeteu à análise de sensibilidade para o montante constante na nota 16, correspondentes aos financiamentos custeados pelo Fundo RGR, bem como ao empréstimo firmado com a Caixa Econômica Federal, tendo em vista que as taxas inerentes à atualização dos mesmos são fixas, não sendo, portanto, influenciadas por risco de variação cambial e oscilação de taxas de inflação oficiais, se enquadrando no que diz o CPC 40.41 para itens que não forem representativos do risco.

Empréstimos e Financiamentos indexados por SELIC, IPCA, FINEL e DÓLAR – A Companhia realizou a análise de sensibilidade no montante devido no final do exercício, com base no indicador esperado para o ano de 2015, submetendo-os a uma variação de alta de 25% e 50%, o que apresenta abaixo qual seria este impacto no montante em 31 de dezembro de 2014 se tal alta ocorresse:

Instrumentos financeiros Financiamento e empréstimos	Valor 31/12/2014	Provável 2015 (% a.a.)	Índice (%)		Valor	
			Cenário 1 (+ 25%)	Cenário 1 (+ 50%)	Cenário 1 (+ 25%)	Cenário 1 (+ 50%)
FINEL	17.247	6,50	8,13	9,75	22.184	26.621
IPCA	37.808	1,72	2,15	2,58	47.250	56.712
RO/SELIC	668.969	11,85	14,56	17,28	835.461	1.002.534
DÓLAR	8.861	6,60	7,50	9,00	11.050	13.290
	732.764				915.555	1.099.144

32.3 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar sua estrutura de capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e qualidade nas obrigações previstas no contrato de concessão, além de manter o equilíbrio necessário para a redução dos seus custos.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial) subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 podem ser assim sumarizados:

	31/12/2014	31/12/2013
Financiamentos e empréstimos	1.058.561	794.576
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(5.478)	(17.623)
Dívida líquida	1.053.083	776.953
Total do patrimônio líquido	(141.058)	(219.477)
Total do Capital	912.025	557.476
Índice de alavancagem financeira %	115	139

32.4 Instrumentos financeiros por categoria

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos (especulativos ou não especulativos).

Ativos Financeiros (Circulante/Não Circulante)	31/12/2014	31/12/2013
Empréstimos e recebíveis		
Clientes	503.807	371.516
Direito de ressarcimento	12.483	9.812
Disponível para venda		
Ativo financeiro - concessões de serviço público	651.978	549.416
Mantidos até o vencimento		
Caixa e equivalentes de caixa	5.478	22.450
	1.173.746	1.000.621
Passivos Financeiros (Circulante/Não Circulante)		
Mensurados ao custo amortizado		
Financiamentos e empréstimos	1.058.561	794.576
Fornecedores	165.288	122.595
	1.223.849	917.171

Qualidade do crédito dos ativos financeiros:

Receíveis por classe	31/12/2014	31/12/2013
Grupo I		
Residencial	101.716	-
Poder público	17.653	-
Iluminação pública	6.848	4.513
Outras	5.470	1.137
	131.687	5.650
Grupo II		
Residencial	-	70.193
Industrial	11.592	6.158
Comercial	37.052	24.135
Rural	6.862	4.253
Poder público	-	9.337
Serviço público	6.844	3.304
Suprimento	486	218
Parcelamentos Liquidados de PCLD	275.520	220.836
	338.356	338.434
Grupo III		
Renda não Faturada (*)	33.764	27.432
Total de Recebíveis	503.807	371.516

O total de recebíveis demonstrados acima é representado por faturas de energia elétrica a vencer ou vencidos não incluídos na PCLD, estes foram classificados de acordo com a taxa de inadimplênciaapurada pela área comercial da Companhia conforme descrito abaixo:

Grupo I - Nível de inadimplência compreendido até 20% do total de recebíveis;

Grupo II - Nível de inadimplência compreendido acima de 20% do total de recebíveis; e,

Grupo III - Energia vendida e não faturada em função do calendário de faturamento. Estes são reclassificados nos demais grupos na medida em que são efetuadas leituras periódicas.

*) A Companhia realiza estimativa mensal do faturamento de energia dos seus clientes denominada Renda Não Faturada - RNF que contempla a energia vendida aos consumidores e que não é medida dentro do mesmo período. A mesma tem como objetivo demonstrar um complemento do período de competência da energia consumida e não medida, fato que ocorrerá no período subsequente. Seu cálculo é baseado no produto da multiplicação da média diária do consumo faturado da unidade consumidora versus o número de dias não faturados.

32.5 Risco de não renovação das concessões

A Companhia detém a concessão para exploração dos serviços de planejamento, construção e exploração da produção, transformação, transporte, distribuição e comercialização de energia, regulamentadas pela ANEEL com vigência até 7 de julho 2015. A expectativa da administração é que a concessão seja prorrogada. Caso não seja deferida pelo poder concedente ou mesmo ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (concessão onerosa), ou estabelecimento de um preço teto, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

32.6 Risco quanto à escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico - ONS não prevê um novo programa de racionamento.

33 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apurou lucro contábil no exercício, cujas adições e deduções legais bem como os ajustes do regime de transição tributária (RTT) resultaram em prejuízo fiscal na apuração do imposto de renda e lucro fiscal para cálculo da contribuição social. Base para cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, conforme abaixo:

	01/01/2014 a 31/12/2014		01/01/2013 a 31/12/2013	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro (Prejuízo) do exercício	829	829	(427.871)	(427.871)
Despesas não dedutíveis para fins fiscais	265.573	265.538	692.501	692.469
Ações civis e trabalhistas	58.440	58.440	41.212	41.212
Auto de infração ANEEL	14.967	14.967	20.640	20.640
Provisão para devedores duvidosos	40.925	40.925	73.610	73.610
Custo de construção - IFRIC12	126.130	126.130	196.591	196.591
Prorrogação do salário maternidade	45	45	26	26
Perda por prescrição de créditos	-	-	9.370	9.370
Programa de Incentivo ao Desligamento	1.868	1.868	74.393	74.393
Gratificação a Administradores	35	-	32	-
Reversão de ativos/passivos regulatórios	-	-	43.382	43.382
Multa por infração a legislação fiscal	110	110	-	-
Outras provisões	23.053	23.053	233.245	233.245
Receitas não tributáveis para fins fiscais	314.165	314.165	418.899	418.899
Reversão/pagamento de provisões	154.199	154.199	185.100	185.100
Receita de construção	126.130	126.130	196.591	196.591
Reversão de ativos/passivos regulatórios	-	-	22.770	22.770
Ajuste devedor de exercício anterior	-	-	14.438	14.438
Reversão de Prog. De Incent. A Demissão - PID	5.650	5.650	-	-
Ajuste a Valor Presente	1.022	1.022	-	-
CVA (OCPC 08)	27.164	27.164	-	-
Prejuízo Fiscal	(47.763)	(47.798)	(154.269)	(154.301)
Compensação de prejuízo fiscal (30%)	-	-	-	-
Base de Cálculo do IRPJ/CSLL	(47.763)	(47.798)	(154.269)	(154.301)

33.1 Imposto de renda e contribuição social diferido

Em consequência dos sucessivos prejuízos apresentados nos exercícios anteriores, a Companhia possui base negativa e prejuízo fiscal a compensar com lucros tributáveis futuros, ainda não contabilizados devido à incerteza de sua realização, conforme apresentado a seguir:

	01/01/2014	01/01/2013
	a	a
	31/12/2014	31/12/2013
Prejuízos fiscais	1.103.952	1.191.212
Base negativa de contribuição social	928.159	888.039
	2.032.111	2.079.251

34 Cobertura de seguros

O seguro dos bens patrimoniais visa à contratação de coberturas securitárias adequadas, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e demais legislações aplicáveis.

A especificação, por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, está demonstrada a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância (R\$)	Prêmio (R\$)
Riscos Nomeados - Subestações	11/02/2014 a 11/02/2015	167.388	643
Riscos Nomeados - Almoarifado Central	11/02/2014 a 11/02/2015	11.539	45
Riscos Nomeados - Predios Administrativos e Contêdidos	11/02/2014 a 11/02/2015	34.399	132
Riscos Nomeados - Equipamentos Eletrônicos e Informática	11/02/2014 a 11/02/2015	7.595	29
		220.921	849

Na apólice contratada, foram destacadas as subestações e linhas de transmissão, nomeando os principais equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização, possuindo cobertura securitária básica, tais como, incêndio, queda de raios e explosão de qualquer natureza e cobertura adicional contra possíveis danos elétricos e riscos diversos.



35 Transações com partes relacionadas

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos, natureza e condições das transações estão demonstrados a seguir:

	01/01/2014 a 31/12/2014	01/01/2013 a 31/12/2013	01/01/2014 a 31/12/2014	01/01/2013 a 31/12/2013
	Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)	Receitas (Despesas)
ELETROBRAS				
Financiamentos e Empréstimos	(1.020.658)	(785.904)	(97.871)	(70.647)
Adiantamento para aumento de capital	(16.416)	(15.631)	(785)	(22.457)
Outros	912	176	(4.673)	(535)
	<u>(1.036.162)</u>	<u>(801.359)</u>	<u>(103.329)</u>	<u>(93.619)</u>
CHESF				
Energia comprada	-	(7)	(6)	(2.337)
Uso do sistema	(3.840)	(3.587)	(14.408)	(9.495)
Fornecimento	1	-	127	-
Despêndios a Reembolsar em Curso	80	-	-	-
	<u>(3.759)</u>	<u>(3.594)</u>	<u>(14.287)</u>	<u>(11.832)</u>
FURNAS				
Energia comprada	(11.204)	(9.613)	(52.089)	(31.362)
Uso do sistema	(1.888)	(1.609)	(2.280)	(1.480)
	<u>(13.092)</u>	<u>(11.222)</u>	<u>(54.369)</u>	<u>(32.842)</u>
CELG				
Uso do sistema	(5)	(3)	(52)	(32)
	<u>(5)</u>	<u>(3)</u>	<u>(52)</u>	<u>(32)</u>
CGTEE				
Energia comprada	(116)	(502)	(2.797)	(7.843)
Uso do sistema	(33)	(30)	(3)	-
	<u>(151)</u>	<u>(532)</u>	<u>(2.800)</u>	<u>(7.843)</u>
ELETRONORTE				
Energia comprada	(5.656)	(5.236)	(49.561)	(52.843)
Uso do sistema	(1.137)	(877)	(2.399)	(1.091)
Despêndios a Reembolsar em Curso	199	-	-	-
	<u>(6.594)</u>	<u>(6.113)</u>	<u>(51.960)</u>	<u>(53.934)</u>
ELETROSUL				
Energia comprada	(924)	(860)	(7.709)	(16.368)
Uso do sistema	(263)	(147)	(2.117)	(1.414)
	<u>(1.187)</u>	<u>(1.007)</u>	<u>(9.826)</u>	<u>(17.782)</u>
	<u>(1.060.950)</u>	<u>(823.830)</u>	<u>(236.623)</u>	<u>(197.904)</u>

35.1 Remuneração de pessoal chave

O pessoal chave da administração inclui os diretores executivos, conselheiros de administração e fiscal, cujo gasto total com a remuneração está demonstrado a seguir:

	31/12/2014	31/12/2013
Remunerações dos Diretores e Conselheiros	404	344
Encargos sociais	130	122
Provisões e Gratificações	75	75
Outras	47	45
	<u>656</u>	<u>586</u>

36 Treinamento e desenvolvimento de pessoal

A Companhia tem como política permanente o desenvolvimento das competências críticas de seus empregados e líderes tendo apresentado os seguintes indicadores nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

Indicadores	2014	2013
Total de empregados	1.146	1.172
Quantidade de empregados treinados	2.684	1.821
Empregados treinados (total horas)	30.570	27.201
Média hora treinamento	11,4%	14,9%
Índice de empregados treinados (%)	2,34	1,55
valor médio investido por empregado (R\$ mil)	0,2	0,2
Investimento total (R\$ mil)	670	451

37 Eventos subsequentes

37.1 Reajuste tarifário anual

A Diretoria da ANEEL deliberou em 27 de fevereiro de 2015 a Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) de 58 concessionárias de distribuição. O efeito médio a ser percebido pelos consumidores, ponderado pela receita das distribuidoras, é de 23,4% e os novos índices valem a partir do dia 02 de março de 2015.

A metodologia empregada na RTE foi discutida por meio da Audiência Pública 7/2015 e tem por objetivo reposicionar os dois itens em que havia maior distanciamento entre os custos efetivos e a cobertura tarifária: a CDE e os custos com compra de energia.

Com relação à CDE, houve elevação substancial da cota (de R\$ 1,7 bilhão em 2014 para R\$ 22,06 bilhões em 2015), o que motivou a necessidade de reconhecer a cobertura tarifária compatível com as cotas homologadas.

O efeito médio a ser percebido pelos consumidores da Companhia será em incremento de 3,2%.

37.2 Bandeiras tarifárias

A partir de 2015, as contas de energia terão uma novidade: o sistema de bandeiras tarifárias. As bandeiras verde, amarela e vermelha indicarão se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade.

A energia elétrica no Brasil é gerada predominantemente por usinas hidrelétricas. Para funcionar, essas usinas dependem das chuvas e do nível de água nos reservatórios. Quando há pouca água armazenada, usinas termelétricas podem ser ligadas com a finalidade de poupar água nos reservatórios das usinas hidrelétricas. Com isso, o custo de geração aumenta, pois essas usinas são movidas a combustíveis como gás natural, carvão, óleo combustível e diesel. Por outro lado, quando há muita água armazenada, as térmicas não precisam ser ligadas e o custo de geração é menor.

As bandeiras tarifárias são uma forma diferente de apresentar um custo que hoje já está na conta de energia, mas geralmente passa despercebido. Atualmente, os custos com compra de energia pelas distribuidoras são incluídos no cálculo de reajuste das tarifas dessas distribuidoras e são repassados aos consumidores um ano depois de ocorridos, quando a tarifa reajustada passa a valer. Com as bandeiras, haverá a sinalização mensal do custo de geração da energia elétrica que será cobrada do consumidor, com acréscimo das bandeiras amarela e vermelha. Essa sinalização dá, ao consumidor, a oportunidade de adaptar seu consumo, se assim desejar.

O sistema possui três bandeiras: verde, amarela e vermelha – as mesmas cores dos semáforos - e indicam o seguinte: Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo; Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos; Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 3,00 para cada 100 kWh consumidos.

37.3 Conta ACR

A partir de 2015, o custo total das operações de créditos contratadas pela CCEE será amortizado em 24 meses, por meio do recolhimento de contas anuais da CDE paga por todas as concessionárias de distribuição, na proporção de seus mercados cativos, mediante encargo tarifário a ser incluído nas tarifas de energia elétrica.

MARCELINO DA CUNHA MACHADO NETO
Diretor Presidente

PAULO ROBERTO DOS SANTOS SILVEIRA LUÍS HIROSHI SAKAMOTO
Diretor Financeiro Diretor de Gestão

PEDRO MATEUS DE OLIVEIRA LUIZ ARMANDO CRESTANA
Diretor de Planejamento e Expansão Diretor Comercial

NELISSON SERGIO HOEWELL
Diretor de Regulação e Projetos Especiais

PAULO DAS CHAGAS OLIVEIRA
Contador CRC PI - 3.090/0 - 4
CPF 067.070.333 - 87



KPMG Auditores Independentes
Rua Desembargador Lúcio Albuquerque, 635
Salas 501 e 502 - Alameda
00150-100 - Fortaleza, CE - Brasil

Telefone 55 (85) 3307-5100
Fax 55 (85) 3307-5101
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Companhia Energética do Piauí
Teresina - PI

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética do Piauí ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião as demonstrações financeiras referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética do Piauí em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nº 1 e nº 3 às demonstrações financeiras, que indicam que a Companhia, em 31 de dezembro de 2014, apresenta passivo a descoberto montante de R\$ 141.058 mil e excesso de passivo circulante sobre ativo circulante de R\$ 118.864 mil. Adicionalmente, até a data de aprovação destas demonstrações financeiras, não houve a decisão final do poder concedente sobre a aprovação quanto ao pedido de prorrogação da concessão, cujo vencimento será em julho de 2015. Essas condições, juntamente o não pagamento de tributos, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa conclusão não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram seu relatório datado de 26 de março de 2014, sem modificações. Conforme descrito na nota 2.1, o montante de R\$ 47.427 mil foi reclassificado no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2013, apresentado para fins de comparabilidade, da rubrica ativo financeiro para intangível. A justificativa e memória de cálculo desse ajuste, bem como movimentação do período e cálculo dos juros capitalizados foram examinadas por nós e entendemos que foram realizados adequadamente.

Fortaleza, 20 de março de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

João Alberto da Silva Neto
Contador CRC RS-048980/O

Danilo Siman Simões
Contador CRC 1MG058180/O-2 T-SP



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Energética do Piauí - CEPISA, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, em reunião realizada em 26/03/2015, examinou o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras compreendendo o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido, bem como as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2014.

Com base nos documentos examinados, nas análises realizadas e nos esclarecimentos e documentos apresentados pela Diretoria Financeira da Empresa e pelo representante dos Auditores Independentes, o Conselho Fiscal, de opinião, amparado no Parecer dos Auditores Independentes, datado de 20 de março de 2015, que as Demonstrações Contábeis da CEPISA apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira o desempenho das suas operações, e os seus fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

O Conselho Fiscal recomenda que a Diretoria Executiva da CEPISA dê continuidade a implantação de medidas que objetivem a redução do elevado índice de inadimplência e de perdas técnicas e comerciais da Companhia, bem como, de, também, prosseguimento ao processo de reestruturação econômico e financeira da Companhia.

Com base nos exames efetuados e à vista do parecer da KPMG Auditores Independentes datado do 20 de março de 2015, o Conselho Fiscal optou favoravelmente pelo encaminhamento dos documentos acima referidos, relativos ao exercício de 2014, para serem submetidos à discussão e votação pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas da CEPISA.

Bragança, 26 de março de 2015.

RODRIGO VILELA RUIZ
Presidente

PAULO SÉRGIO DOS SANTOS SARGE
Conselheiro

JOSÉ ALBERTO B. MAGALHÃES
Conselheiro



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

ADITIVO nº 01/2015 AO EDITAL DE PREENCHIMENTO DE 01 VAGA PARA O CARGO DE CONSELHEIRO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, conforme o disposto no art. 88, § 1º da Constituição Estadual; art. 218, parágrafo único; art. 219 e seus parágrafos, do Regimento Interno (Resolução 429, de 15 de dezembro de 2010), torna público para o conhecimento dos interessados as alterações e acréscimos abaixo no Edital de preenchimento de candidato para preenchimento de 1 (uma) vaga para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Piauí:

CONSIDERANDO o ofício nº 097/2015-GP emitido pela OAB-PI solicitando adequações no Edital de preenchimento de candidato para preenchimento de 01 (uma) vaga para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Piauí,

CONSIDERANDO a necessidade de atender aos objetivos do referido Edital,

CONSIDERANDO o poder de autotutela da Administração Pública para rever, ex officio, os atos por ela praticados,

CONSIDERANDO a conveniência e a oportunidade inerentes à atividade da Administração Pública,

CONSIDERANDO a necessidade de evitar maiores prejuízos para eventuais interessados em participar do certame,

DIVULGANDO ao Edital, nos termos que seguem:

1. A data apontada na redação original do edital, item I, para o fim do recebimento das inscrições será prorrogada nos termos abaixo:

I - RECEBIMENTO DE INSCRIÇÕES

27.03.2015 à 27.04.2015

2. O item II em suas alíneas “d” e “e” passam a ter nova redação nos seguintes termos:

II - REQUISITOS BÁSICOS:

d) possuir notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública;

e) possuir mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados no inciso anterior

3. O item III em sua alínea “d” passa a ter nova redação e acrescenta-se as alíneas g, h, i, j, k, l e m, nos seguintes termos:

III - DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NO ATO DA INSCRIÇÃO:

d) Currículo completo, acompanhado da respectiva documentação que comprove mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiro ou de administração pública;

g) Cópia dos comprovantes de escolaridade;

h) Certidão expedida pela Junta Comercial do Estado do Piauí em que constem informações sobre sociedades das quais o candidato faça parte ou tenha participado nos últimos cinco anos;

i) Certidões expedidas pela Justiça Estadual do Piauí, pela Justiça Federal, pela Justiça Eleitoral e pela Justiça Militar, 1º e 2º grau, dos lugares em que tenha residido nos últimos 8 anos, que informe a existência, ou não, de condenação judicial, transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em razão de ação penal ou por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, nos oito anos que antecedem a data de abertura das inscrições, salvo se o ato houver sido anulado ou suspenso pelo Poder Judiciário;

j) Certidão expedida pelo órgão profissional competente, informando a existência, ou não, se houve exclusão do exercício da profissão por infração ético-profissional, nos oito anos que antecedem a data de abertura das inscrições, salvo se o ato houver sido anulado ou suspenso pelo Poder Judiciário;

k) Certidão de quitação eleitoral;

l) Certidão de inexistência de reprovação de prestação de contas pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí e pelo Tribunal de Contas da União, nos oito anos que antecedem a data de abertura das inscrições, salvo se o ato houver sido anulado ou suspenso pelo Poder Judiciário;

m) Declaração do candidato em que informe sua participação em entidade da sociedade civil sem fins lucrativos, nos três anos que antecedem a data de abertura das inscrições;

Permanecem válidos e inalterados os demais dispositivos do Edital de preenchimento de 01 vaga para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, os quais devem ser observados por todos os candidatos.

PALÁCIO PETRÔNIO PORTELLA, em Teresina (PI), 15 de Abril de 2015.

Deputado **THEMÍSTOCLES FILHO**
Presidente

Deputado **FERNANDO MONTEIRO**
1º Secretário

Deputado **WILSON BRANDÃO**
2º Secretário

Of. S/N



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
FUNDAÇÃO CULTURAL DO PIAUÍ - FUNDAC
SISTEMA DE INCENTIVO ESTADUAL À CULTURA-SIEC

EXTRATO DE HABILITAÇÃO SISTEMA DE INCENTIVO ESTADUAL À CULTURA-SIEC

A FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO PIAUÍ – FUNDAC atesta para os devidos fins que em conformidade com a Lei Estadual 4.997/1997, e com as modificações na Lei 5.781/2008 e na Lei 6.313/2013 e regulamentada pelo Decreto Nº 11.486/2004, certifica que o Projeto **abaixo relacionado**, foi habilitado pelo Conselho Deliberativo do Sistema de Incentivo Estadual à Cultura-SIEC, de acordo com o Art. 10, & 1º, Inciso II da Lei 6.313 de 08/02/13, a captar recursos na modalidade Mecenato (patrocínio), com incentivo fiscal de 100% (Cem por Cento) junto à SEFAZ-PI, visto que possui os requisitos técnicos e artísticos de bom projeto cultural. Teresina, 16 de Abril de 2015.

PROJETO: “Circulação da Comédia Musical Itararé a República dos Desvalidos”. Proponente: Grupo Teatro Pesquisa-GRUTEPE. Resp. José Afonso de Araújo Lima. Valor: R\$ 200,00 (Duzentos Mil Reais).

Teresina, 16 de Abril de 2015.

Halysson Carvalho Silva
PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO SIEC.

Of. S/N

Diário Oficial

Teresina(PI) - Sexta-feira, 17 de abril de 2015 • Nº 71

63

RECURSOS A TRANSFERIR PARA AS PREFEITURAS PREFEITURAS MUNICIPAIS ATRAVÉS DO PEATE/P/1 REFERENTE AO MÊS DE MARÇO/2015

Nº	MUNICÍPIOS	VALOR R\$
01	ACAUÁ	6.976,29
02	AGRICOLÂNDIA	1.798,50
03	ÁGUA BRANCA	4.183,35
04	ALTO LONGÁ	12.697,86
05	ANGICAL DO PIAUI	4.346,58
06	ANÍSIO DE ABREU	7.256,01
07	ANTÔNIO ALMEIDA	563,67
08	AROEIRAS DO ITAIM	5.830,80
09	ARRAIAL	3.676,11
10	ASSUNÇÃO DO PIAUI	10.288,77
11	AVELINO LOPES	2.770,56
12	BAIXA GRANDE DO RIBEIRO	1.957,38
13	BARRA D'ALCANTARA	4.258,92
14	BARREIRAS DO PIAUI	727,89
15	BARRO DURO	2.152,95
16	BELA VISTA DO PIAUI	4.228,38
17	BELÉM DO PIAUI	3.520,71
18	BENEDITINOS	7.731,45
19	BERTOLÍNIA	3.312,15
20	BETÂNIA DO PIAUI	7.177,05
21	BOA HORA	9.566,19
22	BOCAINA	8.654,73
23	BOM JESUS	3.412,86
24	BOQUEIRÃO DO PIAUI	2.735,43
25	BREJO DO PIAUI	2.910,93
26	BURITI DOS LOPES	8.802,24
27	CABECEIRAS DO PIAUI	19.051,47
28	CAJAZEIRAS DO PIAUI	2.216,19
29	CALDEIRÃO GRANDE DO PIAUI	7.744,11
30	CAMPINAS DO PIAUI	4.465,92
31	CAMPO GRANDE DO PIAUI	7.935,03
32	CAMPO LARGO DO PIAUI	7.744,11
33	CAMPO MAIOR	14.798,19
34	CANAVIEIRA	953,58
35	CARACÓL	7.832,37
36	CARIDADE DO PIAUI	5.748,69
37	CAXINGÓ	8.597,07
38	COCAL DE TELHA	2.958,84
39	COLÔNIA DO GURGUÉIA	237,54
40	COLÔNIA DO PIAUI	11.701,84
41	CONCEIÇÃO DO CANINDÉ	4.384,35
42	CORONEL JOSÉ DIAS	4.918,47
43	CRISTALÂNDIA DO PIAUI	3.513,24
44	CRISTINO CASTRO	5.176,08
45	CURRAIS	3.764,19
46	CURRAL NOVO DO PIAUI	4.846,02
47	CURRALINHOS	6.698,91
48	DEMERVAL LOBÃO	6.219,21
49	DOM EXPEDITO LOPES	5.979,81
50	DOM INOCÊNCIO	14.404,29
51	DOMINGOS MOURÃO	7.126,41
52	ELESBÃO VELOSO	7.696,62
53	ELISEU MARTINS	143,88
54	FARTURA DO PIAUI	3.947,07
55	FLORES DO PIAUI	4.220,16
56	FLORESTA DO PIAUI	1.629,99
57	FLORIANO	6.015,24
58	FRANCINÓPOLIS	2.768,07
59	FRANCISCO AYRES	5.433,21
60	FRANCISCO MACEDO	2.939,19
61	GEMINIANO	6.724,62
62	GUADALUPE	177,12
63	GUARIBAS	5.872,14
64	ILHA GRANDE	2.093,97
65	INHUMA	12.305,07
66	ISAÍAS COELHO	11.877,48
67	ITAUÉIRA	5.872,14
68	JARDIM DO MULATO	4.798,50

69	JATOBÁ DO PIAUI	12.732,66
70	JOÃO COSTA	3.412,86
71	JOAQUIM PIRES	16.818,51
72	JUAZEIRO DO PIAUI	11.022,87
73	JÚLIO BORGES	3.714,00
74	JUREMA	5.520,72
75	LAGOÁ ALEGRE	8.936,52
76	LAGOA DE SÃO FRANCISCO	5.245,20
77	LAGOINHA	937,17
78	LUZILÂNDIA	9.997,26
79	MANOEL EMÍDIO	1.806,81
80	MARCOLÂNDIA	2.851,38
81	MATIAS OLÍMPIO	15.504,60
82	MIGUEL LEÃO	519,60
83	MILTON BRANDÃO	7.729,11
84	MONSENHOR GIL	5.962,44
85	MONSENHOR HIPÓLITO	11.069,46
86	MONTE ALEGRE	8.783,10
87	MURICI DOS PORTELAS	9.074,40
88	NAZARÉ DO PIAUI	6.976,20
89	NOSSA SENHORA DE NAZARÉ	3.676,11
90	NOSSA SRA. DOS REMÉDIOS	3.147,24
91	NOVA SANTA RITA	6.775,53
92	NOVO ORIENTE	6.879,39
93	NOVA SANTO ANTÔNIO	1.645,68
94	OLHO D'ÁGUA	1.630,83
95	PADRE MARCOS	9.548,88
96	PALMEIRA	5.922,33
97	PAQUETA	5.463,63
98	PATOS	1.805,37
99	PAU D'ARCO	2.984,10
100	PAULISTANA	3.613,62
101	PAVUSSU	1.706,40
102	PICOS	27.381,69
103	PIO IX	27.152,31
104	PIRACURUCA	14.538,03
105	PIRIPIRI	28.669,08
106	RIACHO FRIO	5.000,00
107	RIO GRANDE	3.990,84
108	SANTA CRUZ DO PIAUI	411,51
109	SANTA CRUZ DOS MILAGRES	1.793,22
110	SANTA LUZ	933,24
111	SANTANA DO PIAUI	3.340,08
112	SANTO ANTÔNIO DE LISBOA	2.489,10
113	SANTO ANTO. DOS MILAGRES	1.728,93
114	SANTO INÁCIO	1.287,39
115	SÃO BRÁZ	5.606,10
116	SÃO FÉLIX	3.182,97
117	SÃO FRANCISCO DO PIAUI	3.212,10
118	SÃO JOÃO DA CANABRAVA	5.379,54
119	SÃO JOÃO DA VARJOTA	4.343,76
120	SÃO JOÃO DO ARRÁIAL	8.388,63
121	SÃO JOSÉ DO DIVINO	5.777,82
122	SÃO JOSÉ DO PIAUI	14.390,67
123	SÃO LOURENÇO	4.480,65
124	SÃO LUÍS DO PIAUI	3.093,33
125	SÃO MIGUEL DO FIDALGO	1.235,25
126	SÃO PEDRO DO PIAUI	6.052,14
127	SEBASTIÃO BARROS	4.215,90
128	SIMÕES	8.694,33
129	SOCORRO DO PIAUI	7.934,07
130	TANQUE	2.090,43
131	URUÇUI	803,04
132	VARZEA BRANCA	6.698,91
133	VERA MENDES	3.934,56
134	VILA NOVA	4.784,04
135	WALL FERRAZ	8.641,80
TOTAL		820.137,60

Teresina(PI), 14 de Abril de 2015.

Of. 090



FICHA TÉCNICA

GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ
José Wellington Barroso de Araújo Dias

VICE-GOVERNADOR
Margarete de Castro Coelho

SECRETARIA DE GOVERNO
Ariane Sídia Benigno Silva Felipe

SECRETARIA DA FAZENDA
Rafael Tajra Fonteles

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
Rejane Ribeiro Sousa Dias

SECRETARIA DA SAÚDE
Francisco de Assis de Oliveira Costa

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
Fábio Abreu Costa

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
Francisco José Alves da Silva

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL
Francisco das Chagas Lima

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
Antonio Rodrigues de Sousa Neto

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
Luiz Henrique Sousa de Carvalho

SECRETARIA DAS CIDADES
Fábio Henrique Mendonça Xavier de Oliveira

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLÓGICO
José Icemar Lavôr Néri

SECRETARIA DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO
Gessivaldo Isaías de Carvalho Silva

SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA
João Henrique Ferreira de Alencar Pires Rebelo

SECRETARIA DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS
Daniel Carvalho Oliveira Valente

SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA
Janaina Pinto Marques

SECRETARIA DOS TRANSPORTES
Guilhermano Pires Ferreira Correa

SECRETARIA DO TURISMO
Flávio Rodrigues Nogueira

SECRETARIA DE DEFESA CIVIL
Hélio Isaías da Silva

SECRETARIA PARA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Mauro Eduardo Cardoso e Silva

SECRETARIA DE MINERAÇÃO, PETRÓLEO E ENERGIAS RENOVÁVEIS
Luís Coelho da Luz Filho

PROCURADOR GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ
Plínio Clerton Filho

CONTROLADOR GERAL DO ESTADO
Darcy Siqueira Albuquerque Júnior

DIRETOR DO DIÁRIO OFICIAL
Luzinaldo dos Santos Soares

www.diariooficial.pi.gov.br

TABELA DE PREÇOS

Preço da Linha - R\$ 3,50: para linhas de 10 cm de largura, fonte 10
63 (sessenta e três) caracteres

ASSINATURA SEMESTRAL DO DIÁRIO OFICIAL
Sem remessa postal - R\$ 178,00
Com remessa postal - R\$ 261,00

ASSINATURA ANUAL DO DIÁRIO OFICIAL
Sem remessa postal - R\$ 306,00
Com remessa postal - R\$ 499,00

PREÇO DO DIÁRIO OFICIAL
Número Avulso até 30 dias - R\$ 2,50
Exemplar Superior a 30 dias (busca) - R\$ 3,50
Exemplar Superior a 30 dias (busca) e xerox autenticada - R\$ 7,00

PAGAMENTO NA ENTREGA DA MATÉRIA

IMPORTANTE: Os originais não serão aceitos com rasuras ou palavras ilegíveis e devem ser entregues digitados em papel formato ofício e em meio magnético (CD ou Pen Drive), sem espaço, de um só lado.

HORÁRIO DE RECEBIMENTO DE EXPEDIENTE PARA PUBLICAÇÃO:
de 2ª a 6ª feiras de 7:30 às 13:30h

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PIAUÍ - ESCRITÓRIOS E OFICINAS
Praça Marechal Deodoro, 774 - Telefones: (86) 3221-3531 / 3223-5557

DIÁRIO OFICIAL ON-LINE

Compromisso com a Ética e a Transparência



ALCOÓLICOS ANÔNIMOS

**SE SEU CASO É BEBER
O PROBLEMA É SEU.**

**SE SEU CASO É PARAR DE BEBER
O PROBLEMA É NOSSO.**

**ALCOOLISMO É DOENÇA
AFIRMA A ORGANIZAÇÃO
MUNDIAL DE SAÚDE**

ESL - ESCRITÓRIO DE SERVIÇOS LOCAIS
Rua Barroso, nº 450 - Centro/Sul - www.aapiauí.org.br
Fone: (86) 3221-8112 - Caixa Postal 267 - Teresina - Piauí